



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 06/2024

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024

INICIADA ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	08
ANTES DA ORDEM DO DIA	08
ORDEM DO DIA	34
ENCERRAMENTO	99

ATA N.º 06/2024ABERTURA

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - Apreciação e votação de Atas**

a) Ata n.º 04/2024 de 25 de junho de 2024

b) Ata n.º 05/2024 de 29 de julho de 2024

2.2 - Leitura resumida do expediente**2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos****2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal****2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**

2.5.1 Proposta de Moção “Tomada de Posição sobre a Transferência de Competência Educação – Ano letivo 2024/2025 (PCP)

2.5.2 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira (PCP)

2.5.3 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de José Fernandes de Lemos (PCP e PS)

2.5.4 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Romeu Xavier Fontinha da Conceição (PS)

2.5.5 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Antero Morais Rodrigues Brancal (PS)

2.5.6 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento da Dr.ª Júlia Duarte Dias Gomes Patrício (PS)

2.5.7 Proposta de Voto de Louvor a Samuel Barata (PS)

2.5.8 Proposta de Voto de Louvor a Telmo Guerra (PS)

2.5.9 Proposta de Voto de Louvor às Forças da Proteção Civil (PS)

2.5.10 Proposta de Voto de Saudação aos vários eventos que tiveram lugar no concelho nos últimos meses e, conseqüentemente, a todas as entidades envolvidas na sua organização (PS)

- 2.5.11** *Proposta de Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Debate entre Grupos Municipais

- *“Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo e Espaços Verdes” (PPD/PSD)*
- *“Ordenamento do Território - instrumentos de planeamento e ordenamento do Concelho da Covilhã” (PS)*

3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município

3.3 - Apreciação e Deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 3

3.4 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação de IMI para o ano de 2024

3.5 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação da Derrama para o ano de 2024

3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual – Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE, BTN e IP – Município da Covilhã – Aquisição de MT – Média Tensão

3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Prorrogação de Isenção de IMI por mais 5 anos – Proc. N.º 119/17

3.8 - Transmissão da Correção Material da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS)

3.9 - Apreciação e deliberação sobre as Propostas de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana

3.10 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Componente de Apoio à Família – Prolongamento de horário e fornecimento de refeições nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Concelho da Covilhã durante o Ano Escolar 2024/2025

- a) *Aldeia de S. Francisco de Assis*
- b) *Barco e Coutada*
- c) *Cantar Galo e Vila do Carvalho*
- d) *Peraboa*
- e) *S. Jorge da Beira*
- f) *Unhais da Serra*

3.11 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia - Acompanhamento do Serviço de Refeições durante o Ano Escolar 2024/2025

- a) *Ferro*

b) Teixoso e Sarzedo

3.12 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Delegação de Competências do Município da Covilhã na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes do funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa durante o Ano Escolar 2024/2025*

3.13 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Transportes Escolares durante o Ano Escolar 2024/2025*

a) Cortes do Meio

b) Erada

3.14 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar durante o Ano Escolar 2024/2025*

a) Barco e Coutada

b) Cantar-Galo e Vila do Carvalho

c) Cortes do Meio

d) Dominguiço

e) Ferro

f) Orjais

g) Paul

h) Peraboa

i) S. Jorge da Beira

j) Unhais da Serra

k) Vale Formoso e Aldeia do Souto

l) Verdelhos

3.15 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Aquecimento Escolar do Ano Letivo 2023/2024*

3.16 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização de Celebração de Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-Escolar – Ano Escolar 2023/2024*

3.17 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Paul – Aquecimento Escolar do Ano Letivo 2023/2024*

3.18 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de Adesão do Município da Covilhã à RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*

3.19 - Designação de quatro cidadãos eleitores – CPCJ, nos termos da al. l) do n.º 1 do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 01/09, na sua redação atual

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição do Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Casimiro Lopes dos Santos em substituição da Senhora Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição da Senhora Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio da Costa Reis, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição do Senhor Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição do Senhor Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão os Senhores: Lino Fernandes Torgal, Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira em substituição do Senhor Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro e José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição do Senhor Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote. --**

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não se registaram quaisquer inscrições para Intervenção do Público. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 04/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 04/2024 de 25 de junho de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP), Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote (Paul), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

B) ATA N.º 05/2024 DE 29 DE JULHO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 05/2024 de 29 de julho de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dra. Maria da Graça

Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP), Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote (Paul), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernandes Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Presidente da Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, Deputado Bruno Nunes, a remeter ofício a dar conhecimento da criação de Grupo de Trabalho das Freguesias e da reativação da Comissão Técnica de Avaliação na sequência das propostas de desagregação de freguesias e face à dissolução da Assembleia da República; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção "Sistema Eleitoral para a Assembleia da República" e da Proposta "Acessibilidades à Serra da Estrela"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da Moção "Sistema Eleitoral para a Assembleia da República" e da Proposta "Acessibilidades à Serra da Estrela"; -----
- Email do Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes a requerer a sua suspensão de mandato - Período de 16/09/2024 a 16/12/2024; -----
- Email da Farmácia Covilhã a anunciar que é uma das três finalistas ao prestigioso Prémio Almofariz Farmácia do Ano 2024. -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Foi concedida a palavra ao Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que tinha enviado um requerimento, via Assembleia, para ser remetido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, achando que o seu recebimento/encaminhamento deveria constar do Expediente. -----

Questionou relativamente à informação solicitada à Mesa sobre o número de requerimentos apresentados pelos diversos grupos municipais e às respostas dos mesmos que o Senhor Presidente da Mesa tinha ficado de tratar e de enviar, mas que, entretanto, ainda não tinha chegado. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que o levantamento já tinha sido elaborado, mas que ainda carecia de tratamento, mas que estaria pronto para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez a seguinte intervenção: “A abertura do ano letivo no concelho da Covilhã foi acompanhado pelos nossos eleitos, ao longo dos últimos dias, registando-se preocupações antigas e não resolvidas ao longo dos anos. -----

Saudamos todos os profissionais, docentes, não docentes e funcionários da Câmara Municipal que prepararam e criaram as condições para a abertura do ano letivo. -----

Verifica-se genericamente que na escola pública continuam a persistir problemas que resultam da falta de investimento da Administração Central e da transferência de competências nesta área para os municípios. Problemas relacionados com a falta de assistentes operacionais, quer pela ausência de contratações por parte da Câmara Municipal, quer pela aplicação irracional da Portaria dos rácios e o recurso ao trabalho precário. -----

Existe a falta de terapeutas da fala ocupacionais e de psicomotricidade e não é oferecida formação específica aos assistentes operacionais, nomeadamente aos que estão afetos ao acompanhamento de alunos do Ensino Especial. -----

A manutenção e requalificação dos edifícios e espaços é uma necessidade permanente que exige o correspondente investimento público, situação mais premente nos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo, mas também nas escolas básicas do 2.º e 3.º ciclo. -----

Nos jardins-de-infância e escolas de 1.º ciclo, as crianças têm acesso às refeições em salas adaptadas de antigos pátios de recreio ou em salas de outras atividades sem condições adequadas para a toma de uma refeição. -----

Esperamos alterações para melhor no presente ano letivo. Desde logo a reflexão sobre a rede escolar que temos na cidade, Tortosendo, Paul, Canhoso e Teixoso e centros escolares eventualmente a construir; como ultrapassamos no imediato os constrangimentos criados pelo trânsito e estacionamento junto à Escola de São Silvestre; a remodelação do piso do ginásio na Escola Secundária Frei Heitor Pinto; e a requalificação da Escola Básica 2/3 Ciclos do Tortosendo com a construção do Pavilhão tipo 2 para usufruto pelos alunos de melhores condições para o desenvolvimento físico, motor e formação desportiva. -----

Esperamos que finalmente a Câmara Municipal consiga fazer chegar os auxílios económicos, o material escolar às crianças que frequentam o 1.º ciclo, que podem e devem usufruir de tal apoio

por direito. Assegurar os direitos das crianças deveria ser a prioridade do Município, de qualquer município, de toda a sociedade. -----

Saudar os Covilhanenses que, no passado dia 28 de setembro, se manifestaram no Pelourinho, no âmbito da Ação Nacional do Movimento Porta a Porta, exigindo, entre outras medidas, também para a Covilhã, um parque público de habitação e rendas acessíveis para os estudantes universitários. Apelar a todos à participação dos eleitos autárquicos e de toda a população covilhanense na ação solidária com a Palestina, com a população de Gaza e do Líbano que terá lugar na próxima sexta-feira, dia 4 de outubro, às 16h00, com um desfile do Jardim Público ao Pelourinho.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou com um agradecimento. “O agradecimento e reconhecimento aos homens e mulheres que defenderam o nosso país das chamas que destruíram o território uma vez mais. -----

Uma palavra de solidariedade para com os que perderam os seus familiares e amigos, para os que perderam os seus bens e locais de trabalho. -----

O país exige medidas concretas, reais e efetivas para erradicarmos este flagelo que nos assombra a cada verão. Quantas mais vidas, quanta área de floresta, quantos bens teremos ainda de perder para mudar esta nossa realidade? -----

O diagnóstico encontra-se feito e refeito por inúmeras missões e comissões. Aquilo que qualquer cidadão exige é a implementação de uma estratégia concertada, duradoura e que inverta este desígnio de ver o Interior a arder a cada ano. -----

Sendo também esta a primeira reunião que realizamos desde o início do novo ano letivo, não poderíamos deixar de saudar todos os alunos, os universitários que escolheram a nossa cidade e a Universidade para prosseguir na sua vida académica, como aos diversos anos de escolaridade. Desejamos os maiores sucessos aos alunos e professores da nossa cidade. -----

Senhor Presidente, caras e caros membros desta Assembleia, ao longo de 50 anos de história o CDS manteve-se firme na defesa da vida humana. Num período em que se discute a regulamentação da eutanásia e do suicídio assistido, o CDS defende que a prioridade e a resposta às necessidades de saúde dos portugueses passam pelo reforço da rede de cuidados paliativos de forma a apoiar com dignidade as pessoas em final de vida e as suas famílias. -----

Em junho deste ano, a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos denunciou que apenas 30% dos 100.000 doentes anuais com necessidade de cuidados paliativos chegam a receber apoio de equipas especializadas, o que significa que os restantes 70% dos portugueses não têm hoje acesso a cuidados paliativos no final da sua vida. -----

Acresce que, segundo o recente relatório da Entidade Reguladora da Saúde, 50% dos doentes indicados para os cuidados paliativos no ano de 2023 acabam por morrer antes, sem terem aberto vagas para serem tratados. -----

No que concerne aos cuidados pediátricos, são cerca de 8000 crianças por ano que têm a necessidade de cuidados paliativos. Infelizmente, 85% das mortes de crianças ocorrem sem que as mesmas tenham recebido os cuidados paliativos que careciam. -----

Os doentes com necessidades de cuidados paliativos representam doentes mais vulneráveis e uma parte da população que precisa de ajuda efetiva por serem doentes em final de vida, que sofrem de patologias graves, crónicas, avançadas e de prognóstico vital limitado e se encontram em estado debilitado, precisando de cuidados capazes de os acompanhar e confortar neste período de semanas a anos. -----

Os dados são claros e preocupantes. Existe uma carência extrema na resposta aos doentes mais vulneráveis, incluindo as mais diversas faixas etárias e patologias. Reforçar a oferta de cuidados paliativos deve ser uma prioridade e um compromisso de uma sociedade mais inclusiva, moderna e solidária. -----

Urge, por isso, uma reflexão séria sobre este tema. O programa de Governo do PSD e do CDS estabelece como prioridade assegurar a abertura de novas unidades de cuidados paliativos de forma a uniformizar a cobertura nacional, recorrendo complementarmente a novos modelos de parcerias público sociais. -----

A Unidade Local de Saúde da Cova da Beira conta com uma unidade e serviço de medicina paliativa reconhecida pelo seu desempenho e proximidade da comunidade. Importa capacitar de meios e recursos esta unidade nesta discussão nacional e aumentar a sua resposta de forma concertada num eventual reforço da cobertura nacional. -----

Quer, por isso, este Grupo Municipal do CDS unir-se à recomendação do Grupo Parlamentar na defesa de uma rede de cuidados paliativos e alertar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal para esta resposta às necessidades do nosso país e da nossa região.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Hoje subo a esta Tribuna para manifestar uma preocupação crescente e urgente: a falta de segurança na nossa cidade que tem atingido níveis alarmantes. Hoje, é claro que a falta de segurança é uma preocupação crescente entre os cidadãos. Hoje temos uma cidade mal iluminada, com vários espaços públicos degradados e abandonados e com uma perceção da questionável intervenção das forças de segurança, o que por si só alimenta o sentimento de insegurança dos nossos concidadãos. -----

Recentemente tivemos um incidente grave num espaço comercial da cidade em que um empresário foi esfaqueado. Este tipo de ocorrências mais ou menos graves estão a tornar-se frequentes e a interferir com o bom funcionamento de espaços de convívio e lazer que fazem parte da vida noturna da cidade e de uma das maiores comunidades da nossa cidade – a comunidade académica. Esta comunidade tem sido a principal vítima deste clima de insegurança relatado. Senão vejamos: estamos numa época especial, a UBI captou este ano mais de 1400 novos estudantes e estamos numa época de integração desses estudantes onde as atividades de receção

ao caloiro e de praxes são sobretudo noturnas e fazem parte das ruas da cidade e dos espaços noturnos o palco dessas mesmas atividades. -----

Este ano temos 21 comissões de latada. Representam, em média, 800 alunos nas ruas e nos bares da cidade diariamente. Estas atividades sempre foram realizadas preservando e respeitando a vida da cidade e das pessoas. -----

Estes jovens têm sido o alvo deste cenário de criminalidade. São o elo mais fraco por serem muito jovens, deslocados das suas famílias, numa cidade nova, com dinheiro na carteira e sem proteção. Estes jovens são diariamente assaltados e ameaçados quando tentam reagir ao assalto. -----

As comissões de latada têm já medo de andar na rua porque, para além dos assaltos aos seus caloiros, os distúrbios são frequentes, tendo levado já estudantes ao hospital. -----

Os empresários dos cafés e bares do centro da cidade já se viram obrigados a contratar empresas de segurança para conseguirem garantir a segurança aos seus clientes. Relatos de estudantes com necessidades de serem escoltados até aos carros à saída dos bares e a possibilidade da situação atual escalar para cenários impensáveis, leva-nos à emergência de resolver esta situação. -----

Este assunto está a levar ao desespero. Trabalhadores, comerciantes de espaços comerciais, estudantes e seus familiares já fizeram chegar as suas angústias ao Senhor Presidente na última reunião pública de Câmara. Conhecemos a resposta do Senhor Presidente a estes munícipes – a promessa de iluminação do Jardim Público e da implementação de câmaras de videovigilância nas zonas mais críticas da cidade. São boas notícias? São. São boas respostas para a situação descrita atrás? São. É a resposta suficiente para a resolução imediata da situação? Não. A iluminação do Jardim Público, bem como a instalação de câmaras de videovigilância têm que ser para ontem e têm que ser acompanhadas pela recuperação de todo o equipamento que se encontra destruído no espaço. E, claro, esta resposta tem de ser replicada em outros espaços críticos da cidade. -----

A Covilhã, historicamente reconhecida como uma cidade tranquila e acolhedora, na verdade, uma das nossas grandes bandeiras, enfrenta hoje uma situação que não podemos nem devemos ignorar: o aumento significativo dos crimes na cidade, particularmente assaltos e agressões físicas.

O esfaqueamento do empresário no seu estabelecimento deveria ter sido a campanha de alerta para que a gravidade da situação e do clima de insegurança em que todos hoje vivemos fizesse este executivo camarário dizer que isto não é um simples caso de polícia. -----

Sabemos todos que a Câmara Municipal e o seu Presidente não têm as competências que são exclusivas das forças de segurança para poderem agir diretamente nesta matéria, mas pode-se decerto fazer muito mais do que realmente se está a fazer. -----

A sugestão do nosso Vereador, Dr. Pedro Farromba, de solicitar uma reunião urgente com o Secretário de Estado da Administração Interna, foi, no nosso entender, desvalorizada erradamente pelo Senhor Presidente de Câmara. Mas atenção, não nos parece que encerrar espaços noturnos ou limitar o seu horário de funcionamento seja a solução para uma cidade universitária como a Covilhã, onde a sua atratividade também passa pela vida académica que proporciona a quem escolhe vir para cá viver e estudar. -----

Identificado que está o problema, é nosso dever, enquanto representantes da população, discutir e exigir a implementação de medidas eficazes e imediatas para garantir a segurança de todos os que vivem e estudam na Covilhã. -----

A segurança pública é um pilar essencial para o desenvolvimento de qualquer cidade e, quando este pilar é enfraquecido, toda a sociedade sofre. -----

Em resumo, gostaria de destacar alguns pontos fundamentais para enfrentar esta situação que podemos desenvolver com propostas noutros fóruns: -----

- 1.º Reforço do policiamento; -----
- 2.º Iluminação pública e videovigilância; -----
- 3.º Maior comunicação entre os cidadãos e as forças de segurança; -----
- 4.º Apoio à comunidade estudantil; -----
- 5.º Reabilitação de áreas urbanas degradadas. -----

A segurança pública não é apenas uma responsabilidade das forças policiais. É uma responsabilidade de todos nós. O futuro da Covilhã depende da nossa capacidade de proteger os seus cidadãos e especialmente aqueles que escolhem a nossa cidade para estudar e crescer. Por isso, exigimos a ação imediata deste executivo municipal, em colaboração, como é óbvio, com as autoridades competentes, para garantir que a Covilhã volte a ser a cidade segura e tranquila que todos conhecemos. -----

Termino com um apelo. Não podemos permitir que esta situação continue e se agrave. São os nossos filhos que andam na rua e que estão sujeitos a esta insegurança. São os jovens que queremos atrair para ficarem na Covilhã que estão a ser assaltados e agredidos. É a nossa terra que está a perder a sua paz e a sua tranquilidade.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção começando, “neste período das declarações políticas, por fazer duas referências a nível nacional e internacional e, depois, já lá irei à política local. -----

A primeira referência a nível nacional é dizer que vivemos um momento importante da vida política nacional, que é o momento em que se discute e criam ou não as condições para a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2025. É um documento importante, relevante para os Portugueses, para o governo, para a nossa comunidade e quero, neste aspeto, reforçar uma ideia.

Em 10 de março, o Partido Socialista perdeu as eleições e o Secretário-Geral do Partido Socialista foi muito claro na noite eleitoral dizendo que o Partido Socialista tinha perdido as eleições, tinha consciência desse impacto e que iria assumir a liderança da oposição. Por outro lado, a direita, festejou uma vitória reduzida com mais dois deputados que se traduz em mais dois deputados na Assembleia da República, exultante que tinha finalmente derrotado o Partido Socialista e tinha corrido com os socialistas do Governo e que a direita tinha maioria na Assembleia da República. -

Ora, esta direita e este Governo hoje consegue uma coisa extraordinária que é transformar uma obrigação e uma responsabilidade de apresentar um documento, uma proposta de Orçamento de Estado que colha o apoio da maioria dos deputados na Assembleia da República, que se procura vitimizar e inverter o ónus dizendo que compete à oposição, nomeadamente ao Partido Socialista,

a obrigação de aprovar um Orçamento de Estado de forma acrítica, sem nenhum critério. No fundo, um cheque em branco. -----

Quero dizer o seguinte para que todos saibam nesta Assembleia e fora desta Assembleia. É muito claro para todos e para o Partido Socialista que só não haverá o Orçamento de Estado se o Governo e o PSD não quiserem. Mesmo que esse Orçamento de Estado não seja aprovado, só haverá eleições antecipadas se o Governo, o PSD e o Presidente da República assim o quiserem. -----

O Partido Socialista, desde o primeiro momento, tem mostrado uma atitude de grande responsabilidade. Demonstrou-a não se opondo à aprovação do programa de Governo, viabilizando depois da trapalhada inicial da maioria na eleição do Presidente da Assembleia da República. Foi o Partido Socialista que encontrou soluções. Atempadamente, o Partido Socialista já veio dizer quais são os termos em que está disponível para viabilizar o Orçamento de Estado. Há total abertura do Partido Socialista para o fazer. É preciso que o Governo tenha consciência que, não tendo maioria na Assembleia da República, tem que construir um documento que mereça a aprovação. E para merecer a aprovação, nomeadamente do Partido Socialista, é muito claro aquilo que já enunciamos anteriormente, desde logo de forma mais expressiva a 1 de setembro, naquilo que foi a declaração e no discurso político do Secretário-Geral na *rentrée*. -----

Portanto, este é o posicionamento do Partido Socialista em relação ao Orçamento Geral do Estado.

Depois quero também dar nota da total solidariedade que também já aqui foi expressa e creio que seja transversal a toda a Câmara para com as populações vítimas dos incêndios. É um drama cada vez mais recorrente que tem várias razões, mas para as quais, garantidamente, as alterações climáticas concorrem de forma determinante e a verdade é que, sete anos depois da grande tragédia de 2017, voltámos a ter um período de incêndios críticos com perdas de vidas. -----

Quero, em nome do Partido Socialista, manifestar total solidariedade às vítimas, às famílias das vítimas, aos territórios afetados e quero também agradecer, saudar e enaltecer todo o trabalho que tem sido feito pelas forças de combate, de Proteção civil e de prevenção. Infelizmente não conseguimos ainda debelar este problema que é transversal e tem muitas causas. Não há uma bala de prata, nem há uma varinha mágica que o resolva. Mas a verdade é que todos temos essa responsabilidade de continuar a garantir que estaremos cada vez mais preparados e em melhores condições para o fazer. -----

Não posso deixar de fazer uma nota prévia e rápida sobre a questão da guerra na Ucrânia e na Palestina que se estendeu neste momento ao Líbano. É inaceitável aquilo que está a acontecer e aquilo que acho é que nos devemos associar àquilo que tem sido a posição ponderada do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Engenheiro António Guterres que tem sido um referencial, um farol e uma luz neste aspeto. -----

Passando para a política local, não posso nesse aspeto deixar de referenciar aquilo que foi inaugurado recentemente – o Centro Interpretativo do Brulhão – e aquilo que foi a articulação e o apoio de várias entidades, desde logo a Câmara Municipal: com um investimento total de 304.000 €, onde a ADERES, através de fundos comunitários, participou com 159.000 €, a Câmara Municipal com 129.000 € e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio com 17.000 €. Este é um bom exemplo de articulação para valorização do património cultural e tradicional dos

nossos territórios que permite continuar a senda de desenvolvimento e promoção turística que o Município, este Executivo Municipal, nomeadamente do Presidente da Câmara Vítor Pereira, tem seguido. Isto é, temos capacitado, criado infraestruturas, criado conteúdos, ajudado e contribuído para isso, para que hoje a Covilhã tenha fontes e focos de interesse para a sua vida e para a sua visitação. -----

Não posso também, antes de terminar, deixar de referenciar e saudar o início do ano letivo, desejar a todos os alunos e a todos os professores um bom ano letivo, um ano letivo de sucesso, de aprendizagem. Saudar naturalmente também os mais de 1000 novos alunos que a Universidade da Beira Interior acolhe e dizer-lhes que é aqui que continuarão a ter espaço para serem felizes e para desenvolver as suas vidas. -----

Concluindo muito rapidamente para fazer duas brevíssimas notas sobre a intervenção que me antecedeu. -----

Sobre a questão da eutanásia do CDS, somos todos pela vida e o Partido Socialista também é pela vida. Aquilo que se espera neste momento (do CDS também, que faz parte da maioria que governa a Assembleia da República), é que regulamentem a lei que foi aprovada, foi rejeitada três vezes pelo Presidente da República e que foi finalmente aprovada por uma larguíssima maioria na Assembleia da República e aquilo que se espera é que o atual Governo, a atual maioria na Assembleia da República crie condições para regulamentar a lei. -----

Sobre a questão da segurança. Senhora Deputada, lamento imenso, não escondendo nem escamoteando todas as questões de segurança que estão em causa, mas a verdade é que a Senhora Deputada está a tentar fazer disto um caso muito extensivo. Creio que nesta Assembleia teremos tempo para falar e oportunidade para falar das questões de segurança. Pese embora todos estes epifenómenos que aconteceram, que é no fundo um caso mais grave que envolve uma superfície comercial e que está perfeitamente identificada na polícia. Confiamos totalmente nas forças de segurança e nos tribunais para os resolver.” -----

--- Tendo o Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** solicitado o uso da palavra para fazer uma intervenção por existir tempo remanescente, o Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal dizendo que, “efetivamente, o Regimento tudo permite e, quando se quer, tudo se permite. Aquilo que está no Regimento é que as declarações políticas são declarações políticas e os tempos que não são utilizados nas declarações políticas são utilizados no PAOD a seguir. Portanto, se o Deputado quiser fazer e se se quiser inscrever para as declarações a seguir no PAOD, fará. Agora, não é neste período que tem o direito de o fazer, Senhor Presidente, e a interpelação à Mesa é que, no mínimo, se cumpra o Regimento nesta parte que é o mínimo que é exigido. -----

No momento que antecedeu esta intervenção, fez questão de referir qual é que era o *timing* de cada partido e disse claramente que, se exceder o tempo, é cortado no período a seguir e, se não, é utilizado e passado para o ponto a seguir. Agora temos é que passar para o ponto a seguir e não fazer duas declarações políticas.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que estava “a misturar alhos com bugalhos. Não é o Deputado Hélio Fazendeiro que tem; é o PS que tem dez minutos. Utiliza os dez minutos. Estamos entendidos? Isto é interpretação pura e simples. Não tem nada a ver com legislação.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** disse querer que ficasse “registado em ata o meu protesto pelo não cumprimento do Regimento nas coisas mais básicas. É um direito que me assiste.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, “em função do que disse, não tem razão.” -----

--- Atribuída a palavra, o Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “do ponto de vista de intervenção política, aquilo que me aqui apraz neste momento é falarmos um pouco daquilo que foi a celebração da Semana Europeia da Mobilidade que no início da segunda quinzena de setembro celebrámos aqui na Covilhã. Nesse momento foram enfatizados e demos mais um passo naquilo que é a mobilidade na cidade da Covilhã. -----

A mobilidade suave entrou em pleno funcionamento; as aplicações móveis entraram em funcionamento também; temos os abrigos de passageiros instalados em larga escala pela cidade; vai iniciar, a partir de amanhã, o aumento no desconto dos passes séniores de 50 para 75% e ainda celebrada a adesão à rede das Cidades e Vilas que Caminham num reforço do compromisso do Município da Covilhã na área da mobilidade. -----

O maior facto, que algumas destas pessoas que aqui estão nesta Assembleia já conheciam, é que em 2023 tivemos um aumento de 38% na utilização dos transportes públicos rodoviários. Este número denota que a estratégia definida pelo Partido Socialista na área da mobilidade para a Covilhã está a produzir resultados. Está a produzir resultados para os cidadãos, está a produzir resultados para aquilo que é a melhoria e a qualidade de vida na cidade da Covilhã e é certamente nessa expectativa que mais e novos desafios vão surgir dentro da área da mobilidade. -----

A maior utilização quer dizer que novos desafios vão surgir e certamente que o Partido Socialista estará presente para dar resposta a esses mesmos desafios. -----

Relembro que, nesta Assembleia, há precisamente um ano, o PSD dizia, por exemplo, na área da mobilidade suave, que não era para a cidade da Covilhã. Isto foram afirmações do PSD nesta Assembleia. Ou ainda, por exemplo, as propostas que ouvimos do CDS de pôr o desconto de 50% dos passes escolares. É gratuito para todos. Isso é o nosso compromisso. -----

Por fim, Senhor Presidente, não posso também resistir àquilo que foi a intervenção do PSD nesta Assembleia que antecedeu à do Deputado Hélio, de fazer um desafio à Dra. Vanda. A Dra. Vanda fez aqui uma afirmação de que a criminalidade da Covilhã aumentou exponencialmente. Desafio

a Dra. Vanda que, até ao final desta Assembleia, diga de onde é que tirou esses dados e que fontes é que tem para apresentar a esta Assembleia. -----

Não vamos com populismo. A segurança não é tratada com populismo.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**, após cumprimentar todos os presentes, parabenizou “duas associações de desenvolvimento local: a RUDE e a ADERES pelo trabalho desenvolvido e pelas suas estratégias que foram aprovadas e reconhecidas pela PEPAC, assim permitindo que o nosso território tenha, até 2030, através da RUDE 2.438.000 € e através da ADERES 1.791.000 €. Estas duas associações e os seus dirigentes estão de parabéns pelo que conseguiram e pelo trabalho desenvolvido no nosso território nos últimos 30 anos. -----

Dar também os parabéns à RUDE que liderou a candidatura da Serra da Estrela pela Aliança Internacional do Turismo de Montanha, acompanhada pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, pela Estrela UNESCO Global Geopark, pelo Turismo do Centro e pelos municípios da Serra. A todos o reconhecer e agradecer porque conseguiram que a Serra da Estrela se tornasse e fosse reconhecida através da Internacional de Turismo da Montanha sediada na China com um certificado de turismo internacional para visitar a nossa Serra e o nosso ambiente. A todos o nosso bem-haja. -----

Por fim, agradecer ao Município o apoio que deu à Junta de Freguesia para a concretização do Centro do Brulhão. Esta obra é a prova que as freguesias têm e terão competências devidas para executar os fundos que lhe são atribuídos e, como disse o Senhor Secretário de Estado no dia da inauguração, temos que nos preparar porque vamos ter um valor global de 150 milhões € no próximo Orçamento de fundos comunitários para as freguesias. A todos os meus colegas, dizer-lhes que, como coordenador da ANAFRE, a ANAFRE irá estar disponível e criar um gabinete de apoio para que as freguesias não deixem sair do nosso concelho nem 0,01 €.” -----

--- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo)**, após cumprimentar todos os presentes, enalteceu "a excelente coordenação que foi tida mais uma vez num incêndio que ocorreu em Gibraltar, na nossa Freguesia do Teixoso, uma excelente coordenação do Senhor Comandante Luís Marques, acompanhado também pelo nosso Presidente de Câmara, como é lógico na qualidade de Coordenador da Proteção Civil, e a todas as componentes que envolveram a defesa desse mesmo incêndio. Todo este trabalho conjugado, permitiu que não ocorresse ali uma tragédia enorme. Há dois anos a esta parte, a nossa zona foi a única mancha verde que ficou na zona Norte e poderia ter sido dizimada se este esforço não tivesse sido feito de forma coletiva. Por outro lado, como Presidente da União de Freguesias, quero agradecer a todos aqueles que mandaram mensagens de solidariedade num momento difícil que a União de Freguesias estava a ter.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 – Proposta de Moção “Tomada de Posição sobre a Transferência de Competência Educação – Ano Letivo 2024/2025” -----

“O Processo de Transferência de Competências para as autarquias na Área da Educação teve início em 1984, sempre alicerçado numa interpretação tendenciosa do princípio da descentralização e, mais recentemente do princípio da subsidiariedade. As reais intenções, porém, estiveram sempre à espreita, sob uma linguagem mais ou menos clara, lá se ia adiantando a ideia do não aumento, ou até da diminuição da despesa do Estado com a Escola Pública, num claro processo de desresponsabilização dos sucessivos Governos com esta função social do estado. -----

Enquanto se propalava a proximidade, avançava-se nos cortes na estrutura desconcentrada dos vários Ministérios da Educação, enquanto se defendia a descentralização concentravam-se nas autarquias as funções anteriormente exercidas pelos órgãos de gestão das escolas, aprisionando o princípio da autonomia do poder local a uma teia de encargos, de burocracia centralizada, sem recursos que permitissem travar o subfinanciamento crónico da Escola pública e, conseqüentemente a sua desvalorização. Foi e, lamentavelmente, é assim, apesar do enorme esforço que muitas autarquias empenham na defesa da Escola Pública. -----

O processo de transferência de competências para os Municípios, previsto na Lei n.º 50/2018, constitui uma clara desresponsabilização do poder central de áreas sociais geradoras de descontentamento, que, resulta da falta de investimento público que garanta as respostas adequadas às necessidades dos cidadãos. -----

Com o Decreto-Lei n.º 21/2019, o governo transferiu para as autarquias, competências na área da educação, algumas indevidamente retiradas às escolas, e, desresponsabilizou-se de problemas que têm vindo a gerar frequentes e justos protestos e insatisfações de pais, alunos, trabalhadores não docentes e professores. -----

Quando o Governo à data, decidiu impor o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, garantiu que iria transferir os meios financeiros necessários ao pagamento das competências transferidas e que por isso as competências transferidas não iriam onerar os orçamentos municipais. -----

Acontece que tal não corresponde à verdade, porquanto os meios financeiros são claramente insuficientes para pagamento das competências transferidas. -----

Esta transferência constituiu um acréscimo de responsabilidades dos municípios, num quadro de subfinanciamento, que, porá em causa o direito universal de acesso à Escola Pública gratuita e de qualidade. Decisões sobre a organização da educação e do ensino em função das opções seguidas e da disponibilidade de recursos existente em cada município põem em grave risco o caráter universal do direito constitucional à educação. -----

O Governo, com este Decreto-Lei, procurou alijar para o Poder Local responsabilidades que devem pertencer ao Governo e às escolas e agrupamentos. Contudo, o Governo continua a manter a decisão sobre o que de mais importante nas escolas poderia contribuir para o sucesso educativo das crianças e jovens, tal como constituição de turmas, organização dos horários, apoio a crianças que dele necessitam ou a organização de estruturas intermédias de gestão. Sobre estas matérias deverá caber às escolas e agrupamentos decidir, num quadro de reforço da sua autonomia, e não a outras entidades. -----

O governo, com o Decreto-Lei nº 21/2019, ao invés de descentralizar, (re)centraliza, uma vez que transfere para os Municípios competências que hoje são exercidas pelos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos. -----

A experiência demonstra que esta opção é um erro, levando ao acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios e à desresponsabilização do Estado pelo financiamento da Escola Pública, pondo em causa a igualdade de oportunidades e comprometendo o direito a uma educação de qualidade para todos. -----

Considerando que: -----

a) Relativamente aos transportes escolares, o D.L. 21/2019 veio introduzir alterações substanciais ao atual regime, ampliando o acesso aos transportes escolares, que sendo positivas, colocam problemas de difícil resolução, quer a nível logístico, quer a nível financeiro e que não estão acautelados, tanto maiores quanto mais marcada for a sua dispersão geográfica e populacional e mais fraca a rede de transportes públicos existente. -----

b) No que se refere ao Apoio Alimentar é alargada a competência de gestão dos refeitórios escolares (artigo 35º) para fornecimento de refeições, aos estabelecimentos de ensino de 2º e 3º ciclos do básico e secundário. Este alargamento teve um forte impacto financeiro e na operacionalização dos processos inerentes a esta gestão. -----

c) A contratação de pessoal e a gestão de recursos humanos assumem um caráter muito preocupante uma vez que, o número de funcionários a transferir suporta-se numa portaria que estabelece critérios desajustados das necessidades reais das escolas, embora desde 2020 tenha já sido objeto de duas alterações. E a realidade e a experiência confirmam a inadequação do rácio e o conseqüente comprometimento do normal funcionamento da escola, quer ao nível da segurança e vigilância dos alunos, quer ao nível do trabalho administrativo. -----

Ainda no âmbito da gestão das competências em matéria de pessoal não docente importa referir que o DL 21/2019, de 30 de janeiro, não atenta um conjunto de outras obrigações legais: saúde e segurança no trabalho, trabalho extraordinário, fardamento, formação, progressão nas carreiras entre outras que ficaram à vontade e encargo de cada município e, que anteriormente não eram respeitadas pelos sucessivos Ministérios da Educação, numa clara violação dos direitos dos trabalhadores e da legislação laboral em vigor. -----

Assim se aprofunda o desequilíbrio entre a despesa e a receita, decorrente do necessário e justo aumento das componentes remuneratórias, incluindo horas extraordinárias, às quais há que somar custos indiretos, resultando em défices de milhões de euros. -----

d) As áreas de conservação e manutenção dos equipamentos educativos foram as que, ao longo dos anos, mais têm sido alvo de desinvestimento e subfinanciamento, nomeadamente a construção e requalificação do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, tendo sido também transferidas para os municípios as competências no âmbito da contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, água, outros fluidos e comunicações. -----

e) No que respeita à Requalificação do Parque escolar e Construção de Novas Escolas não se pode ignorar o estado de subfinanciamento dos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico e do ensino secundário, o estado de degradação em que as muitas escolas se encontram, a ausência de equipamentos, nomeadamente ginásios e pavilhões desportivos, assim como a insuficiência dos respetivos quadros de pessoal, tanto de assistentes operacionais e assistentes técnicos, como de profissionais de apoio à ação educativa. A perspetiva de garantir que a atual despesa com as competências que pretendem transferir seja repartida pelos municípios, deixa um ónus e uma pressão para que estes passem a assegurar responsabilidades financeiras que até hoje os governos nunca assumiram. -----

O Programa para a Requalificação de Escolas, mesmo tendo mapeado 451 escolas, não integra todas as escolas em situação de elevada degradação (e muito menos a construção de equipamentos em falta nessas escolas), nem aí se encontram respostas para novas construções para ampliação da rede educativa. -----

O Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para o financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas dos 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário, subscrito em julho de 2023, não assegurou as garantias devidas aos municípios acrescentando incertezas e fatores de preocupação quanto à resposta a um problema que assume particular gravidade. -----

f) O Funcionamento das Comissões de Acompanhamento e Monitorização do processo de transferência de competências, na área da educação, demonstrou-se deveras importante permitindo aos Municípios em que funciona uma fundamentada demonstração do subfinanciamento deste processo e da falta de instrumentos do Ministério da Educação em várias áreas. -----

g) O desinvestimento e subfinanciamento crónico da Escola pública são uma evidência, mantém-se a necessidade de legislação de caráter universal e com fórmulas de financiamento claras, que não se encontra contemplada. -----

Importa sublinhar que as Lei do Orçamento de Estado de 2019, 2020 e 2021 não estabeleceram o normativo do Fundo de Financiamento da Descentralização. Embora o Fundo de Financiamento da descentralização tenha sido regulamentado em 2022, este fundo continua a não ter fórmulas claras de financiamento das várias subáreas transferidas, nem teve o reforço suficiente para suprir as carências identificadas, mantendo no geral os valores apurados com a despesa do Ministério da Educação nessas áreas no ano de 2018. -----

Ao que acresce ainda a complexidade e irracionalidade do modelo de reporte, que, visa, por um lado, subavaliar os gastos efetivamente ocorridos, no sentido de justificar como adequado o montante transferido e, por outro, transforma os municípios em meros agentes administrativos. -

A questão central neste processo de transferência de competências na área da educação é mesmo a da universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, e que com a aprovação deste diploma passaram a estar pulverizados pelos municípios, suscitando preocupações sobre a existência de uma política nacional de educação e ensino, que é também garante de desenvolvimento individual e social. -----

A experiência confirma que não se trata de um verdadeiro processo de descentralização de competências para as autarquias locais. Na verdade, o que se verifica é um grande retrocesso, com base nos seguintes aspetos: -----

- Não salvaguarda do princípio da universalidade no direito à educação; -----*
- Não garante o carácter público da gestão e exercício das várias “competências transferidas”; ----*
- Contraria o princípio essencial da existência de uma delimitação clara de competências entre os diversos níveis de administração, realçando a necessidade de criação de Regiões Administrativas com competências próprias; -----*
- Devido ao subfinanciamento crónico da Escola Pública, adensam-se diversos problemas de natureza financeira e orçamental na gestão autárquica; -----*
- Provoca dificuldades no funcionamento geral dos serviços, exigindo soluções diferenciadas nas estruturas municipais e no reforço de trabalhadores em várias áreas, crescendo ao esforço financeiro e administrativo das autarquias; -----*
- Causa dispersão na definição das prioridades de intervenção descentrando as autarquias locais do que deviam ser as suas preocupações centrais; -----*
- Transmite um sinal errado às populações do que devia ser um verdadeiro processo de descentralização com consequências imediatas e futuras. -----*

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 30 de Setembro de 2024, delibera: ----

1) Solicitar à Câmara Municipal cópia do Relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do balanço anual do desenvolvimento e da evolução das competências transferidas, relativos aos anos de 2018 a 2023, referido no nº5, do artigo 66º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro. -----

2) Solicitar que o Município da Covilhã desenvolva um conjunto de ações com vista o esclarecimento da comunidade educativa e da população em geral, identificando a análise realizada no âmbito das Comissão de acompanhamento e monitorização e dos meios que a transferência de competências para as autarquias pressupõe e do seu impacto na Escola Pública, nomeadamente através do agendamento de uma sessão específica do Conselho Municipal de Educação. -----

3) Exigir a suspensão do processo de transferência e a retoma das negociações com os Municípios com base no pressuposto que a questão central neste processo de transferência de competências na área da educação é a da universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, objetivos incompatíveis com a desresponsabilização do Estado por esta competência. -

4) Solicitar ao Ministério da Educação ponto de situação atualizado sobre a estratégia de gestão da rede educativa, o financiamento e calendário a implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, incluindo cronograma de financiamento.4) Solicitar ao Governo que salde as dívidas acumuladas desde 2022 e que reforce as verbas previstas para 2024 e anos seguintes. -----

A moção deverá ser enviada ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Educação, à Comissão de Educação da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV **Doc.01**) -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** apresentou a moção dizendo que “tem um introito, tem os considerandos e penso que o mais importante, de facto, é aquilo que se propõe para que a Assembleia possa deliberar na parte final. Solicitamos à Câmara, nesta moção, a cópia do relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Balanço Anual do Desenvolvimento e da Evolução das Competências Transferidas, relativos aos anos de 2018 a 2023, referido no n.º 5 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. -----

Depois solicita-se ao Município que desenvolva um conjunto de ações tendentes à reflexão, à avaliação daquilo que é ou foram a transferência de competências nesta área da Educação, partindo, como é evidente, do tal Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitorização que deve estar em funcionamento. -----

Portanto, fazendo-se a avaliação e penso que na área da educação e da transferência de competências há que tomar uma posição em relação ao Governo no sentido de solicitar-se ao Governo a mudança da estratégia na gestão da rede educativa, o financiamento, o calendário, implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares. -----

No fundo, aquilo que pretendemos com esta moção é que seja possível promover esta reflexão que carece, como é evidente, de um documento como base de apoio que é o tal documento de monitorização da Comissão que está prevista na lei.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “Tomada de Posição sobre a Transferência de Competência Educação – Ano Letivo 2024/2025”** foi **aprovada por maioria com 37 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV e DMI’s) e 02 abstenções (CDS-PP)**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Informar a Assembleia Municipal que, a propósito desta matéria, solicitámos através de requerimento à Câmara Municipal um conjunto de elementos que possibilitem esta avaliação porque, passados seis anos, penso que é importante fazer-se a avaliação daquilo que me parece que penaliza um pouco o Município e da necessidade, de facto, de haver aqui alterações de financiamento do Município para esta transferência de competências.” -----

2.5.2 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira

“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira, em 23 de Julho de 2024. -----

Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira, natural e residente no Souto da Casa, foi uma cidadã interveniente e exemplar. -----

Lurdes Figueira, professora de Geografia, exerceu a função docente na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na Covilhã e na Escola Secundária do Fundão. -----

Defensora da Escola Pública e da Gestão Democrática, foi membro do Conselho Diretivo da Escola Frei Heitor Pinto e exerceu o cargo de presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas do Fundão. -----

Pertenceu à direção do Sindicato de Professores da Região Centro (SPRC), desde 1987 até 2002. --

Coordenou o Executivo Distrital de Castelo Branco, nos mandatos 93/96 e 96/99. -----

Fez parte do Conselho nacional da FENPROF em vários mandatos e foi delegada sindical na Escola Secundária do Fundão. -----

Foi eleita nas listas da CDU, fez parte da Assembleia Municipal da Covilhã e da Assembleia Municipal do Fundão. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Setembro de 2024, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV *Doc.02*) -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** referiu que propunham o Voto de Pesar “levando em conta que fez parte dos órgãos desta autarquia, quer do executivo Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal e, por isso, pensamos que é relevante e importante o reconhecimento por esta Assembleia Municipal.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

2.5.3 – Propostas de Voto de Pesar pelo Falecimento de José Fernandes de Lemos -----

“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de José Fernandes de Lemos, em 6 de Agosto de 2024. -----

José Fernandes de Lemos tinha 85 anos e foi um dirigente sindical íntegro, sério, honesto e de uma entrega sem limites à causa dos trabalhadores e da sociedade covilhanense. -----

Foi Presidente da Direção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa antes e depois do 25 de abril. -----

Iniciou a sua luta sindical em plena ditadura fascista, e foi daqueles dirigentes que marcaram e marcam a história do movimento sindical da Covilhã e do Distrito de Castelo Branco. -----

Foi um democrata, antifascista, construtor de Abril fazendo parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã, após o 25 de Abril e foi vereador pela CDU neste município no mandato de 1998 – 2001. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Setembro de 2024, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV Doc.03) -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV) referiu que propunham o Voto de Pesar “levando em conta que fez parte dos órgãos desta autarquia, quer do executivo Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal e, por isso, pensamos que é relevante e importante o reconhecimento por esta Assembleia Municipal.” -----

“Voto de pesar pelo falecimento de José Fernandes de Lemos, de 85 anos. -----

Um defensor dos direitos dos trabalhadores, entregou-se a esta causa ainda antes do 25 de Abril, como presidente da direção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa. -----

Na sua luta pela Democracia, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã onde, entre 1998 e 2001, foi vereador eleito pela CDU. -----

A título de reconhecimento do valioso contributo que deu à causa pública na defesa dos direitos dos trabalhadores, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS Doc.04) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de José Fernandes de Lemos** foi **aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP).-----

2.5.4 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Romeu Xavier Fontinha da Conceição ---

“Voto de Pesar pelo falecimento de Romeu Conceição, aos 35 anos de idade. -----

Romeu Xavier Fontinha da Conceição, natural de Soutelo, concelho de Albergaria-a-Velha, residia na Covilhã desde 2008, formando-se em Engenharia Informática na Universidade da Beira Interior.

Durante cerca de 16 anos, Romeu Conceição não só viveu na Covilhã como a adotou como sua, tendo criado fortes laços com a comunidade covilhanense e contribuído positivamente para o sucesso de projetos de coletividades, de que é exemplo o andebol do CCD Oriental de São Martinho/AAUBI, equipa de que foi o primeiro capitão, ou a associação de apoio ao Sporting Clube da Covilhã, Alma Serrana 6200, onde mais uma vez demonstrou o amor que nutria pela terra que o acolheu. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta este voto de pesar pelo falecimento do covilhanense Romeu Conceição a título de reconhecimento pelo seu contributo social junto da nossa comunidade.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS *Doc.05*) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Romeu Xavier Fontinha da Conceição** foi **aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP).-----

2.5.5 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento de Antero Moraes Rodrigues Brancal -----

“Antero Moraes Rodrigues Brancal, nasceu em 1933. -----

Oriundo de uma família de comerciantes, começou a sua carreira profissional num armazém de fazenda. -----

Na década de sessenta montou a sua primeira fábrica, “Lanifícios Monteserra”, juntamente com o irmão. -----

No final da década de sessenta passou a administrador da “Empresa Transformadora de Lãs” e posteriormente Presidente do Conselho de Administração com o apoio do principal acionista o “Banco do Alentejo”. -----

No início da década de setenta viu o furo dos fios para tricotar à mão e à máquina. -----

Iniciou a construção da fábrica “Empresa Têxtil Brancal”, cujo nome comercial era “Tricots Brancal”. -----

Rapidamente a empresa cresceu e o passo seguinte foi a venda direta ao público com a abertura de lojas próprias de Norte a Sul do país num total de aproximadamente 80 lojas. -----

Na década de oitenta por divergências com o acionista “Banco Fonecas & Burnay”, na altura acionista principal da “Empresa Transformadora de Lãs”, abandonou o cargo e dedicou-se em exclusivo aos “Tricots Brancal”. -----

Foi na década de oitenta e noventa Presidente da Direção da Adega Cooperativa da Covilhã. -----

Na década de noventa montou juntamente com o filho a empresa “Antero Brancal & Filhos, Lda., que se dedica a produzir fios para a indústria de lanifícios, malhas, têxteis lar e também sector automóvel. -----

Apoiou atividades culturais dando apoio às atividades que a Câmara Municipal da Covilhã promovia. -----

No sector imobiliário tem vários investimentos tanto na área habitacional como industrial. -----

Empregador de várias gerações de covilhanenses, deixa um legado empresarial relevante. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista e a Assembleia Municipal da Covilhã manifestam à família e amigos o seu profundo pesar pelo seu falecimento, reconhecendo e agradecendo o seu importante legado e exemplo de vida na nossa comunidade.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS **Doc.06**) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Antero Morais Rodrigues Brancal** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

2.5.6 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento da Dr.ª Júlia Duarte Dias Gomes Patrício ---

“Dr.ª Júlia Duarte Dias Gomes Patrício nasceu em Belmonte, em 1920. -----

Veio viver para a Covilhã onde desenvolveu a sua atividade profissional na área da docência e farmacêutica, sendo proprietária da Farmácia Parente, onde se destacou pelo exercício da sua profissão de forma exemplar, com um forte pendor humanista, solidário e empreendedor. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista e a Assembleia Municipal da Covilhã manifestam à família e amigos o seu profundo pesar pelo seu falecimento, reconhecendo e agradecendo o seu importante legado e exemplo de vida na nossa comunidade.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.07**) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Dr.ª Júlia Duarte Dias Gomes Patrício** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

2.5.7 – Proposta de Voto de Louvor a Samuel Barata -----

“Samuel Barata, 31 anos e natural da Bouça, freguesia de Cortes do Meio, concelho da Covilhã, representou Portugal nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. -----

Nestes que foram os seus primeiros Jogos, o atleta covilhanense terminou a prova de maratona na 48ª posição, com um tempo de 2:13:23 horas, a sua melhor marca da temporada. -----

É sempre um orgulho para a Covilhã ver um dos seus representar o nosso país em provas internacionais, como o Samuel já tem feito por inúmeras vezes, mas torna-se ainda mais especial quando estamos perante uma participação em Jogos Olímpicos, o ponto alto na carreira de qualquer atleta. -----

A trajetória de Samuel Barata é um exemplo inspirador para os jovens atletas da região. -----

Com dedicação e esforço, ele alcançou não apenas um sonho pessoal, mas também se tornou uma referência de perseverança e disciplina. -----

Como reconhecimento pela sua honrosa prestação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor ao atleta Samuel Barata.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.08) -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: Referiu que “Samuel Barata é um desportista e um distinto Covilhanense, farto de ganhar distinções, medalhas e competições na área do atletismo, mas pela primeira vez foi disputar, nos Jogos Olímpicos, a prova mítica dos Jogos Olímpicos: a Maratona. -----

Pese embora esta Assembleia já tenha, noutros momentos, aprovado votos de louvor ao Samuel Barata, entendemos que só o facto de ele ter participado nos Jogos Olímpicos é distintivo.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Samuel Barata** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

2.5.8 – Proposta de Voto de Louvor a Telmo Guerra -----

“Telmo Guerra é um artista covilhanense, nascido em 1974 na freguesia do Tortosendo e emigrado na Suíça desde 2012, que se tem afirmado pela sua capacidade criativa e produção artística, no domínio das artes, especialmente em, gravação em baixo relevo. -----

Tendo como lema de vida “Criar para não morrer, porque criar talvez seja uma forma de eternidade”, Telmo Guerra utiliza a técnica de gravação em baixo relevo, para criar peças únicas que conjugam sobretudo rostos humanos com figuras geométricas e símbolos, servindo muitas das suas obras para homenagear personalidades e figuras de relevo contemporâneo ou histórico que o artista pretende distinguir. -----

Tem uma vasta obra espalhada por vários locais do mundo, desde logo, na sua cidade natal, a Covilhã, onde está instalado desde 2021, numa das paredes exteriores da Biblioteca Municipal da Covilhã, um painel de azulejo de 6mx3m, alusivo aos 150 anos de elevação da Covilhã a Cidade onde retrata várias imagens icónicas e identitárias das tradições, da paisagem e do património material e imaterial da nossa cidade. -----

Telmo Guerra tem também produzido várias obras para entidades ligadas ao desporto, nomeadamente o COI - Comité Olímpico Internacional. -----

Esse trabalho trouxe-lhe o reconhecimento do COI, que em 21 de junho de 2024, o distingue com a medalha de ouro Pierre De Coubertin, sendo o primeiro português a receber esta distinção. -----

Trata-se de uma distinção criada em 1964, que tem o nome do criador dos Jogos Olímpicos modernos - o Barão Pierre de Coubertin - e distingue atletas e pessoas envolvidas no desporto, que demonstram alto grau de desportivismo e espírito olímpico. -----

Trata-se de um justo e merecido reconhecimento a um covilhanense que, apesar de emigrado, mantém uma forte ligação à sua terra de origem. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã pretende através da aprovação deste Voto de Louvor, expressar ao artista o orgulho e reconhecimento do seu trabalho, fazendo votos para que prossiga uma carreira longa de criação artística e, através dela, a perpetuação das suas origens e dos valores mais nobres e elevados do humanismo, do desporto e da paz.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.09) -----

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS): Referiu que “Telmo Guerra é um Covilhanense que está emigrado na Suíça. Ele é um artista que, para abreviar e para poupar tempo, podem depois consultar o voto de louvor que escrevemos. Ele recebeu uma distinção do Comité Olímpico Internacional, a Medalha Pierre de Coubertin e é uma distinção que é dada a personalidades, a pessoas que se destacam no âmbito do desporto, não necessariamente atletas, mas também que promovem o espírito olímpico. E é de facto honroso que tenha sido o primeiro português a ser distinguido com essa medalha. O Telmo Guerra é um distinto Covilhanense e entendemos que deve ser também louvado.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Telmo Guerra** foi **aprovado por unanimidade**.

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

2.5.9 – Proposta de Voto de Louvor às Forças da Proteção Civil -----

“Chegámos ao Outono e uma vez mais o Verão foi de enorme dificuldade em matéria de incêndios em Portugal. Uma vez mais voltámos a assistir, impotentes, a este flagelo que tem assolado, ano após ano, o nosso país, a este flagelo que uma vez mais reivindicou vidas entre civis, mas também entre aqueles que com enorme sacrifício, por vezes até com o sacrifício supremo, se empenham em proteger-nos. Proteger a nossa vida e até mesmo os nossos bens materiais. -----

Este voto poderia também ser intitulado como voto de pesar, mas penso que louvar os seus camaradas é uma homenagem que muito agradaria àqueles que deram a sua vida recentemente.

Infelizmente, por via das alterações climáticas essencialmente, poderá ainda ser cedo para fazer uma avaliação final dos acontecimentos deste ano. Essa avaliação deverá fazer-se, não para “assacar responsabilidades”, não para rolar as cabeças, não para se fazer política com a miséria ou com a desgraça. Deveremos retirar, a seu tempo, as lições que nos permitam melhorar de forma abrangente a abordagem a este flagelo, seja na sua prevenção, no combate ou na minimização das suas consequências – sem partidarites. -----

No entanto este é o tempo de louvar os agentes da Proteção Civil, todos sem exceção, que dão o melhor de si nos tempos mais difíceis. De louvar e reconhecer o tanto que fazem. De lhes dar alento dizendo que estamos reconhecidos e gratos. É tempo de lhes transmitir que não esquecemos os que, de entre eles, caíram para garantir que tantos de nós continuemos vivos. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida no dia 30 de Setembro de 2024 aprova o presente voto de louvor às forças da Proteção Civil, solicitando que o Serviço de Proteção Civil Municipal o faça chegar às forças que a integram.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.10) -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Uma referência especial às Forças de Proteção Civil, a todos aqueles que nos mantêm seguros, nomeadamente nesta altura em que ainda temos um período crítico de incêndios. Reforçar, no âmbito deste voto de louvor, a gratidão que temos a todas e a todos aqueles que, com prejuízo pessoal e muitas vezes com risco da própria vida, nos mantêm seguros e a salvo e aquilo que têm feito para nos manterem seguros e a salvo nesta altura e no combate ao incêndio.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor às Forças da Proteção Civil** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP).-----

2.5.10 – Proposta de Voto de Saudação aos vários eventos que tiveram lugar no concelho nos últimos meses e, conseqüentemente, a todas as entidades envolvidas na sua organização -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de saudação pela organização de eventos que tanto enriqueceram o nosso concelho ao longo do último Verão. -----

A Feira de São Tiago, que voltou a atrair milhares de pessoas, a Volta a Portugal e a Vuelta a Espanha, que levaram a Covilhã além-fronteiras, a FIADA (Feira Internacional de Artesanato, Design e Outras Artes), que expôs a excelência da cultura criativa, o Verão no Centro Histórico e o Festival da Cherovia, que trouxeram vivacidade à zona histórica da cidade, foram todos eventos que propiciaram momentos marcantes, reuniram a comunidade e visitantes e divulgaram o que de melhor temos para oferecer, celebrando a cultura, a tradição e desporto. -----

Merecem igualmente a nossa saudação os eventos organizados pelas diversas coletivas do concelho e juntas de freguesia, fundamentais para promover a união e o envolvimento das nossas populações. Estes eventos têm um papel fulcral na promoção da vitalidade das nossas freguesias, contribuindo para o fortalecimento da nossa comunidade e a promoção da riqueza cultural do concelho. -----

Saudando os eventos, saudamos naturalmente o empenho das entidades organizadoras, principalmente as diversas coletividades que, com dedicação e visão, transformaram o concelho da Covilhã num verdadeiro centro de dinamismo cultural e desportivo. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de saudação aos vários eventos que tiveram lugar no concelho nos últimos meses e, conseqüentemente, a todas as entidades envolvidas na sua organização.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.11) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Saudação aos vários eventos que tiveram lugar no concelho nos últimos meses e, conseqüentemente, a todas as entidades envolvidas na sua organização** foi **aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP).-----

2.5.11 – Proposta de Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço -----

“A 1 de fevereiro de 2024 começou, finalmente, a funcionar a Unidade de Intervenção da Covilhã.

Um sonho antigo de alguns, uma ambição de vários e uma necessidade de toda a população da região, que viu finalmente no início deste ano a abertura de um serviço hospitalar crítico, na área da cardiologia, que reforça a capacidade de resposta do nosso Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, aumentando a segurança das nossas populações numa área tão crítica e tão impactante na vida e na sobrevivência de todas e todos aqueles que precisam, programadamente ou de urgência, deste tipo de especialidade na área da cardiologia. -----

Ao fim de muitos anos, de muitas promessas, de muitos esforços e do trabalho, da resiliência e insistência de um conjunto - não muito grande - de pessoas, finalmente e com o apoio do Governo e todas as entidades da saúde, o nosso hospital viu começar o novo serviço da Unidade de Intervenção, realizado por equipas de excelência de nível nacional e internacional. -----

8 meses depois da abertura, são 243 dias de um serviço que funciona 24h por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Neste período, esta equipa, já realizou cerca de 1.000 intervenções e atos médicos que, tratando-se de cardiologia, na grande maioria dos casos equivale a dizer que já salvou 1.000 vidas! -----

Não é coisa pouca nem de somenos importância. -----

Porque os cuidados de saúde são, porventura, dos serviços mais importantes e essenciais das populações, e os cuidados de saúde rápidos e eficazes, nesta área específica da cardiologia, significam quase sempre a diferença entre a vida e a morte do paciente. -----

Pela importância deste serviço e pelo significado simbólico de em 8 meses se chegar ao número redondo de 1.000 intervenções, entendemos ser justo e merecido não apenas assinalar esta marca mas sobretudo agradecer e reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização deste serviço bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã pretende através da aprovação deste Voto de Louvor, expressar a todas e a todos o penhorado agradecimento e o sentido reconhecimento do seu trabalho, fazendo votos para que prossiga com um trabalho de excelência, a salvar vidas e a ser um referencial de segurança, de confiança e de esperança para todos aqueles que vivem na Covilhã, no interior e no país. -----

Sendo aprovado, este voto deve ser enviado ao Presidente da ULS Cova da Beira, ao Coordenador de todas as equipa da Unidade de Intervenção, à Ministra da Saúde, ao Diretor Executivo do SNS e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.12) -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: Apresentou a proposta dizendo que “a Unidade de Intervenção da Covilhã é um serviço na área da Cardiologia do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, agora Unidade Local de Saúde, e que a 1 de fevereiro, ao fim de muitos anos, de muito tempo, de muitas expectativas e de muitas promessas, viu finalmente entrar em funcionamento a Unidade de Intervenção na área de Cardiologia. -----

Na prática, realizam intervenções na área da cardiologia, programadas, mas sobretudo de emergência, quando alguém está a ter um problema na área do coração. São aquelas intervenções que são realizadas cujo tempo de resposta é crítico. -----

O nosso território estava numa zona e numa área cinzenta em que aquilo que acontecia era que as pessoas que precisavam desse tipo de intervenção tinham que se deslocar para Viseu, para Coimbra, para outros espaços e, muitas vezes, não chegavam a tempo. -----

É um serviço que começou a 1 de fevereiro com equipas multidisciplinares com reconhecida capacidade nacional e internacional. Soubemos que estará a atingir, nos próximos dias, 1000 intervenções, cuidados e atos médicos. Significa isto que, de grosso modo, nesta área específica, são 1000 vidas que este serviço salvou nestes oito meses de funcionamento. Isso é extraordinário. E sendo extraordinário, queremos louvar e saudar naturalmente todos os intervenientes, desde os políticos aos técnicos, aos médicos, aos enfermeiros, aos auxiliares, todos aqueles que, desde do momento em que sonharam este projeto para o Hospital da Covilhã, todo o caminho que foi feito para construir e capacitar a infraestrutura para que ele acontecesse, aos decisores políticos, ao Governo, ao Ministério da Saúde, ao Diretor Executivo do SNS, às equipas de trabalho... A todos esses, estamos profundamente agradecidos porque estão a trabalhar para um Serviço Nacional de Saúde mais robusto, uma qualidade de saúde dos nossos concidadãos de melhor qualidade e de mais segurança. -----

Estamos a salvar vidas e é para isso que os políticos servem, é para isso que as instituições e o Serviço Nacional de Saúde servem. -----

No fundo, propomos aqui, de facto, um voto de louvor e saudação a todos aqueles que se envolveram nesta decisão.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que “são 993 intervenções e hoje serão feitas cinco. Portanto, provavelmente amanhã atingirá as 1000.” -----

--- Colocado à votação, o presente ***Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço*** foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP). -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PPD/PSD indicou para discussão o tema “*Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo e Espaços Verdes*” e Grupo Municipal do PS o tema “*Ordenamento do Território - instrumentos de planeamento e ordenamento do Concelho da Covilhã*”. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “*Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo e Espaços Verdes*”: -----

“A bancada do PSD escolheu este tema para debate, convicta que a Covilhã tem um potencial imenso para ser uma cidade de referência no interior do país, com uma forte ligação à sua história industrial e à natureza que a rodeia. No entanto, quando analisamos o atual estado do urbanismo, desenvolvimento sustentável, espaços verdes e mobilidade, percebemos que, apesar de algumas boas intenções, há lacunas significativas que têm travado o progresso da cidade. -----

Hoje propomos uma reflexão estratégica sobre como podemos transformar a Covilhã, aproveitando o que já temos de positivo, mas também reconhecendo os erros entretanto cometidos neste particular. -----

Com uma visão clara inspirada em boas práticas, a Covilhã pode tornar-se uma cidade moderna, ecológica e acessível para todos. Falamos, por isso, em quatro vetores principais: -----

- 1.º Urbanismo – O nosso centro histórico é um dos maiores patrimónios da Covilhã, mas tem sido sistematicamente ignorado ou mal gerido. Em vez de incentivarmos a revitalização dos edifícios devolutos e a instalação de novos negócios e serviços, temos permitido que o centro se esvazie, que a população se desloque para áreas periféricas. Cidades como Guimarães e Évora, com realidade semelhante, souberam aproveitar o seu património histórico para dinamizar a economia local. Estas cidades reabilitaram edifícios antigos e criaram incentivos fiscais que atraíram residentes e comerciantes. Em vez de seguir este exemplo, a nossa gestão tem permitido que o abandono prevaleça. É urgente promover uma requalificação sustentada e criar políticas que incentivem o regresso da vida ao centro histórico, garantindo uma ocupação multifuncional com habitação, comércio e cultura. ---
- 2.º Desenvolvimento sustentável – Falamos muito de desenvolvimento sustentável, mas na prática a Covilhã ainda depende fortemente de práticas urbanísticas desatualizadas. A cidade tem desperdiçado oportunidades de apostar em soluções verdes, energias renováveis e práticas de construção sustentáveis. Enquanto cidades como Braga ou Aveiro têm liderado projetos de eficiência energética e economia circular, na Covilhã continuamos a depender de infraestruturas ultrapassadas. Falta-nos uma estratégia robusta de transição energética que promova a eficiência dos edifícios públicos e privados e que incentive as

energias renováveis, como o solar, aproveitando a nossa geografia favorável, sem que isso signifique ter um verdadeiro Mar Negro às portas da cidade, cortando, como já dissemos antes, a ligação da cidade ao rio. Precisamos de planos concretos que reflitam o nosso compromisso com as metas climáticas nacionais e europeias, sem cair no erro de pensar que o simples discurso político resolve os problemas. -----

3.º Espaços verdes – Um dos aspetos mais paradoxais da Covilhã é estar inserida numa paisagem natural riquíssima, mas apresentar uma gritante falta de espaços verdes dentro do seu perímetro urbano e o centro da cidade, em um emaranhado de ruas e edifícios com pouca ou nenhuma integração de parques e zonas de lazer. Lisboa e Porto têm desenvolvido uma rede de parques urbanos e pequenos espaços verdes que se interligam com os bairros e promovem a qualidade de vida. Estes espaços não são apenas estéticos, são essenciais para o bem-estar das populações, ajudando a mitigar os efeitos das alterações climáticas, como o calor excessivo no Verão, e promovendo a saúde física e mental dos cidadãos. Na Covilhã vemos o oposto – projetos práticos, esporádicos, sem visão de conjunto. É preciso integrar mais áreas verdes no tecido urbano e garantir que estas sejam acessíveis e bem distribuídas por toda a cidade. Um plano urbanístico que privilegie a criação de corredores verdes ligando diferentes zonas seria fundamental para uma cidade equilibrada e sustentável. -----

4.º Mobilidade – A mobilidade urbana é outro ponto crítico. A topografia da Covilhã apresenta desafios, mas não podemos continuar a usá-la como desculpa para a nossa falta de uma rede multimodal eficiente de transportes. A nossa cidade ainda depende fortemente do automóvel particular, o que gera congestionamento, poluição e ineficiência no dia-a-dia dos cidadãos. Cidades como o Funchal, que enfrentam desafios geográficos semelhantes, souberam implementar sistemas inovadores de mobilidade, incluindo elevadores urbanos e uma rede de transportes públicos eficaz. Na Covilhã temos uma rede de autocarros que continua a mostrar insuficiências dentro do perímetro urbano e que se acentuam se falarmos do transporte de zonas limítrofes do Concelho; e a mobilidade suave, como o uso da bicicleta ou percursos pedonais, continua a necessitar de ser melhorada. É urgente insistir em soluções de transporte público mais sustentáveis, como autocarros elétricos, bem como criar ciclovias e percursos pedonais seguros e acessíveis. Além disso, precisamos de tornar a cidade mais inclusiva para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo que as áreas mais íngremes sejam servidas por soluções eficientes, como os elevadores e as escadas rolantes (e manter esse funcionamento) e que os passeios reabilitados não estejam limitados com postes e sinais. -----

Conclusão: Estamos num ponto de viragem para a Covilhã. Podemos continuar a adiar as decisões, permitindo que a cidade se torne cada vez mais desconexa e disfuncional ou podemos adotar uma visão estratégica clara que nos leve a um futuro mais verde, inclusivo e sustentável. -----

Precisamos de uma política urbanística que revitalize o centro histórico de uma abordagem ao desenvolvimento sustentável que se traduz em medidas concretas e de uma rede de espaços verdes que melhoram a qualidade de vida. E, acima de tudo, necessitamos de um sistema de mobilidade que esteja à altura das necessidades de uma cidade moderna. -----

Hoje, o PSD lança este desafio a todos nós. Sejam ambiciosos, estratégicos e corajosos. A Covilhã merece um futuro melhor e cabe-nos a nós, enquanto responsáveis por esta cidade, traçar o caminho para lá chegar.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O desenvolvimento sustentável é um conceito que busca atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. -----

No contexto urbano, isso implica a criação de cidades que equilibrem crescimento económico e inclusão social, justiça social e proteção ambiental. -----

A relação entre desenvolvimento sustentável, urbanismo e espaços verdes é essencial para criar cidades mais resilientes e habitáveis, espaços verdes que não são áreas do sol cobertas por ervas e relva. Quando bem integrados no planeamento urbano, não são apenas esteticamente agradáveis, mas desempenham funções vitais no equilíbrio ecológico, na promoção do bem-estar humano e na criação de cidades mais sustentáveis, resilientes às alterações climáticas. -----

A par do espaço verde, é fundamental criar espaços de lazer, de atividade física para os adultos, de jogo e aventura para as crianças, para além dos tradicionais parques infantis integrados no espaço urbano. -----

A chave para essa relação é o planeamento cuidadoso e a visão de longo prazo. Uma visão que deve ser atualizada e, sobretudo, comprometida com os valores democráticos. Só desta forma se poderá garantir padrões elevados de qualidade de vida, desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Requalificar, reabilitar e revitalizar são os conceitos e ações que devem estar presentes em qualquer ação ou intervenção no espaço urbano consolidado ou no espaço dito dos centros históricos urbanos.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes iniciou com “um agradecimento ao PSD por ter trazido este tópico, um tópico que deveria ocupar-nos provavelmente numa discussão mais alargada dentro desta Assembleia, mas também depois com a própria sociedade civil. -----

Iniciamos com duas constatações: -----

- 1.ª A nossa cidade não soube olhar o rio e a montanha como oportunidades. Já o aqui temos dito e referido. O próprio Presidente da Câmara já o disse e afirmou algumas vezes. Vivemos de costas voltadas para aquilo que foram a cidade e o rio durante muitos anos e muitos mandatos. -----
- 2.ª Fomos atropelados pela expansão urbana e pelo desenfreado crescimento da construção sem a visão global de uma cidade e de todos os seus espaços. E, portanto, este crescimento, fruto também daquilo que é o próprio desenvolvimento das cidades, atropelou esta preocupação com o desenvolvimento sustentável. -----

E, portanto, uma cidade sustentável é aquela que adota uma série de práticas inteligentes para a melhoria da qualidade de vida. Se atendermos aos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, há um longo caminho a trilhar, quer na erradicação da pobreza, numa agricultura sustentável, na saúde e bem-estar, no consumo e produção de energias renováveis, na redução das desigualdades, nas condições de vida, naquilo que é o ambiente e, portanto, desde logo, a água do nosso rio Zêzere e afluentes. -----

Importa, por isso, refletir e criar um plano naquilo que se refere ao planeamento urbano, um aumento dos espaços verdes de água, o incremento de uma estratégia local para a eficiência energética e o consumo de energias renováveis, desde logo, nos edifícios públicos, a gestão eficiente dos resíduos e a participação em mobilidade e, por fim, aquilo que é a utilização da inovação para o suporte destas práticas. -----

Por economia de tempo, não consigo falar em todas as áreas onde seria importante. Permitam-nos, desde logo, esta referência à questão do planeamento urbano, uma preocupação, diria, bastante presente na nossa cidade, fruto daquilo que é o crescimento desenfreado da construção. Temos assistido a espaços cada vez mais conflituosos entre, por um lado, os espaços verdes e, por outro lado, o próprio crescimento urbano. Desde logo, a inexistência dos ditos corredores verdes. É espantoso olhar, por exemplo, para a zona do Data Center e perceber que aí poderia ter surgido um corredor verde que unisse o Jardim do Lago ao Parque da Goldra e, em vez disso, estamos a ver construção atrás de construção. -----

Portanto, esta era uma preocupação que devíamos ter presente e, por outro lado, apostar neste alinhamento entre aquilo que é o crescimento urbanístico com o ambiente.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“O urbanismo e a organização do espaço urbano tem determinadas pretensões que não se verificavam aquando, por exemplo, do início dos planos diretores municipais e outro tipo de instrumentos do território. Havia a necessidade de implementação de medidas para organizar a expansão urbanística. -----

Neste momento, o urbanismo requer não só a possibilidade de expansão, mas também de conservação e de valorização do pré existente, seja ele em termos de edificado, em termos de património, para valorizar esse mesmo património, quer seja em termos de conservação da natureza. -----

Na apresentação deste ponto por parte do PSD, devo dizer que há aí algumas inverdades que gostaria de rebater. -----

É verdade que há 20 anos atrás o objetivo era expandir e houve uma expansão da cidade da Covilhã para a zona Sul, havendo um desertificar do centro histórico, situação que não acontece neste momento. Neste momento existe precisamente o contrário. Portanto, existe uma valorização do património existente no centro histórico, existem uma série de medidas e de incentivos que este Município e que este Executivo procurou implementar no sentido de se fazer esta reabilitação urbana, traduzindo essa reabilitação urbana em dados concretos e em coisas que são

perfeitamente visíveis neste momento no centro da cidade e que passam não só pelo investimento público, mas também por investimento privado. Ao nível deste aspeto, e porque porventura fará sentido debatermos de uma forma mais factual, seria eventualmente interessante o Município poder despende de alguns dados estatísticos futuramente relativamente à quantidade de licenciamentos que puderam ter estes benefícios e quais é que são os números efetivos de reabilitações que estamos a falar, para que não haja uma interpretação por parte de alguns de que são pouquíssimas ou que passa pelo público ou passa pelo privado. Portanto, termos efetivamente dados concretos para que possamos estar a falar todos a mesma língua. -----

Também devo rebater a questão das energias renováveis. Obviamente que o Município tem alguns compromissos e algumas metas, nomeadamente ainda há pouco tempo trouxemos a esta Assembleia o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima, onde referimos metas, definimos compromissos, medidas de sustentabilidade energética e climática e algumas delas já estão efetivamente realizadas, nomeadamente em termos das energias renováveis nos edifícios públicos e no património municipal. Portanto, isso é um facto. -----

Relativamente à mobilidade que também foi aqui trazida e há bocadinho um dos nossos Deputados já teve a oportunidade de referir, houve 38% de aumento do uso dos transportes públicos com este plano de mobilidade que está em andamento e que será consolidado cada vez mais com a mobilidade suave que está enraizada neste momento já pela cidade e que de certeza que fará uma mobilidade futura completamente diferente da mobilidade que os Senhores quiseram trazer aqui de que passa exclusivamente pelo automóvel próprio. Neste momento não é assim e cada vez mais haverá esta utilização de uma forma mais generalizada. -----

Também ao nível de zonas de lazer e espaços públicos, obviamente que o ideal será termos equipamentos e espaços verdes para tentar diminuir o impacto do edificado e trazer qualidade de vida aos nossos concidadãos. Obviamente que haverá com certeza nestes novos licenciamentos, (que são obrigados a ceder áreas quer para equipamentos, quer para espaços verdes) espaços verdes que poderão, entretanto, surgir ao longo da cidade. Mas devo dizer que é também obra deste Executivo o Jardim das Artes que é, de certa forma, o grande parque, o grande espaço verde incluído dentro da cidade e que é obra deste Executivo. Portanto, deixámo-nos dos jardins de pedra e passámos efetivamente a ver alguns espaços verdes. -----

Efetivamente, do nosso ponto de vista, é importante que tragamos esta discussão quer a esta Assembleia e, eventualmente até com alguns dados, como diria, pode ser algum tema temático numa futura Assembleia. Agora devemos é efetivamente debruçarmo-nos em dados específicos e em estatísticas que acho que o Município porventura, noutra oportunidade, possa eventualmente reunir e apresentar.” -----

--- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Dar aqui uma ligeira achega àquilo que foi dito como resposta, digamos, à nossa apresentação do tema. -----

Falámos já na Assembleia anterior e voltámos a repetir nesta, quando falamos de energias renováveis, a ideia é que se façam e não é que se criem parques fotovoltaicos a impedir que a

cidade vá na direção do rio, nem termos uma mancha negra cada vez que saímos da autoestrada e olhamos para a cidade. Não é esse o objetivo. -----

Depois, quando falamos de mobilidade, de facto, aumentou 38%. É bom e ainda bem que é assim. Mas dissemos que os autocarros não deviam era ser a gasóleo, deviam ser autocarros elétricos e continuamos a ter a necessidade da utilização da viatura privada, principalmente nas pessoas que trabalham nos parques industriais porque os horários continuam a não satisfazer o funcionamento das empresas. -----

A mobilidade suave, ela está em pleno funcionamento. Gostava então de saber onde é que estão as ciclovias porque bicicletas pintadas no piso não representam ciclovias. Temos aí vários exemplos nas cidades e nas localidades à nossa volta do que é uma verdadeira ciclovias para onde as pessoas possam circular em segurança e com todas as condições. -----

Existe sim o Jardim das Artes. É de facto uma obra deste Executivo, como existia o Jardim do Lago, mas também existe o Parque da Goldra no estado em que ele está. E, portanto, quando falamos de parques verdes, de uma zona urbana verde, não referimos um. Referimos todos e a tudo o que deve existir dentro de uma cidade.” -----

--- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “Em primeiro lugar, dizer que o PSD fechou hoje o círculo da argumentação política porque começou que não havia recuperação urbana no centro da cidade. O centro histórico, entretanto, vai tendo a recuperação urbana, atividade e hoje voltou outra vez ao início que não há recuperação urbana e que o centro da cidade está mais ou menos abandonado, o que é objetivamente mentira, como todos os Covilhanenses sabem. -----

Depois, relativamente à questão das energias renováveis, o PSD fundamentalmente não tem uma ideia para o Concelho porque não quer as manchas pretas, não quer as manchas brancas, não quer coisa nenhuma, quer energias renováveis de alguma maneira, mas não pode ser com manchas. Portanto, não há uma ideia. Há simplesmente aquilo que é normal que é deitar abaixo o Concelho, deitar abaixo os Covilhanenses, dizer que nada do que se faz aqui é bem feito. Ainda bem que assim é porque os Covilhanenses continuam a achar que os Senhores estão completamente fora daquilo que é a realidade do Concelho hoje em dia. -----

Por outro lado, também referir que, de facto, houve aqui alguns problemas de construção e de espaços verdes porque, de facto, não entendemos como é que a zona da Anil tem prédios de dez andares e como é que isso foi permitido, como é que isso foi fomentado, quando espaço para construir não faltava e, de facto, lá temos prédios de dez andares. De facto, houve uma altura em que a construção mandava mesmo no Concelho da Covilhã. Isso é mesmo um facto: a construção mandava no Concelho da Covilhã. -----

Por fim e relativamente ao Parque da Goldra ou da Degoldra, como a gente lhe quiser chamar, a verdade é que gostaria de perguntar se alguma vez já tentaram ir com um carrinho de bebé de uma ponta à outra, desde que ele foi feito. O Parque da Goldra ou da Degoldra, como lhe quiserem chamar, nunca foi feito para ser frequentado. Foi feito naquilo que era na altura uma opção de reabilitar para não ser utilizado. A verdade é essa. E o exemplo é o Jardim das Artes, que foi feito

por este Executivo e é altamente frequentado porque foi pensado no sentido de ser utilizado. Não foi só para utilizar os financiamentos públicos que estavam à disposição. A Goldra nunca foi pensada para ser frequentada.” -----

--- A Deputada Municipal **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** fez a apresentação do tema “*Ordenamento do Território - instrumentos de planeamento e ordenamento do Concelho da Covilhã*”: -----

“O PS traz aqui “*Ordenamento do Território - instrumentos de planeamento e ordenamento do Concelho da Covilhã*”. Este tema, trazido pelo Partido Socialista, pretende potenciar a discussão sobre a política de ordenamento do território no nosso Concelho e os instrumentos de gestão territorial associados. -----

O ordenamento do território envolve a criação de políticas, regulamentos e planos de desenvolvimento que orientam o crescimento e a expansão das áreas urbanas e rurais, garantindo um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Nas políticas de desenvolvimento urbano atuais procura-se o planeamento e gestão do espaço urbano e rural, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, equitativo e resiliente das comunidades. Procura-se que as cidades e territórios minimizem o consumo de recursos naturais, reduzam os impactos ambientais, promovam a eficiência energética, melhorem a mobilidade urbana e garantam a qualidade de vida para todos os seus habitantes. -----

O Município da Covilhã tem definido objetivos e implementado várias medidas assentes nestes pressupostos, das quais destacaria: o incentivo dado para a reabilitação urbana que potenciou investimentos públicos e privados em áreas urbanas degradadas, renovando não só o espaço urbano, mas fomentando o desenvolvimento económico e social nestas áreas reabilitadas; as medidas de prevenção da floresta, como a limpeza de faixas de gestão de combustível, a instalação de três bocas-de-incêndio e um depósito no Parque Natural da Serra da Estrela para combate a incêndios; o sistema de mobilidade que integra meios de transporte menos poluentes, como os meios de transporte tradicionais, promovendo assim a mobilidade pedonal e ciclável; ou ainda a implementação de medidas de sustentabilidade energética e climática definidas no Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima aprovados nesta Assembleia. -----

Os instrumentos de gestão territorial, em particular os da competência do Município, também se destinam a estabelecer opções e ações concretas de planeamento e organização do território, assim como definir o uso do solo a que correspondem os planos diretores, os planos de urbanização e os planos de pormenor municipais e intermunicipais. -----

Neste momento, encontramos-nos no processo de revisão do PDM da Covilhã, cujos objetivos traçados passam precisamente pelo desenvolvimento e planeamento sustentado do território. A proposta do PDM desenvolvido assenta em oito objetivos estratégicos para o Município: -----

- 1 - Revisão de um modelo de desenvolvimento territorial mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído; -----

- 2 - Revisão de perímetros urbanos que garantam uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados e que sejam compatíveis com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano; -----
- 3 - Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida como forma de fixação da população e rejuvenescimento da sua estrutura etária; -----
- 4 - Sustentabilidade ambiental que promova a adequada proteção e valores dos recursos e valores naturais e da paisagem, compatibilizando-o com a necessidade do solo para atividades económicas, residenciais e recreio e lazer; -----
- 5 - Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional; -----
- 6 - Reforçar a manutenção da política de infraestruturação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais; -----
- 7 - Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e áreas existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade interna multimodal sustentável; -----
- 8 - E adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, desportivo e educativo e de saúde às necessidades da população. -----

Muito se tem falado na revisão do PDM, nomeadamente nesta Assembleia, e dada até a última votação onde fui eleita como representante desta Assembleia na Comissão de Coordenação, gostaria de prestar alguns esclarecimentos acerca da primeira reunião com esta Comissão. -----

Devo informar esta Assembleia que o PDM se encontra em fase de concertação para se chegar à versão final que será depois, posteriormente, apresentada para discussão pública. No passado dia 28/06 decorreu a primeira reunião plenária da Comissão Consultiva, reunião coordenada pela CCDR Centro. No enquadramento foi indicado que o reinício da revisão do PDM em desenvolvimento foi deliberado a 05/06/2020, com um prazo de execução inicial de 24 meses, prorrogado por mais 24. Foi também esclarecido que, relativamente ao prazo de elaboração, não obstante de a Câmara Municipal da Covilhã se encontrar em cumprimento dentro da prorrogação do prazo, a alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial vem determinar um regime excecional e um regime transitório em que não há lugar a sanções de caducidade do procedimento por questões de prazo, nos quais esta revisão do PDM se enquadra, uma vez que se trata da integração de novas regras de classificação e qualificação do solo. Portanto, era uma das preocupações levantadas por esta Assembleia e acho que fica esclarecida. -----

Ao longo da reunião foram dados contributos de várias entidades, tendo sido identificada a necessidade de pequenas alterações ou complementos de informação e conteúdo documental em falta, a verificação de simbologia das plantas de condicionantes, averiguação de alguns artigos do regulamento, nomeadamente verificação de conformidade, compatibilidade da proposta com outros programas territoriais existentes, bem como foram colocadas questões associadas às áreas limitadas, havendo sempre alguma salvaguarda para algumas reuniões setoriais para a emissão e

para depois serem emitidos os pareceres numa compatibilização da proposta quer da RAN quer da REN. -----

Foi esclarecido ainda que a verificação da conformidade regulamentar a aplicar em áreas abrangidas pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e pelo Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato é feita pelo ICNF e pela APA, respetivamente, que pressupunham também algumas reuniões setoriais *a posteriori* desta reunião. -----

Em suma, das 37 entidades que compõem esta Comissão Consultiva, apenas cinco solicitaram reuniões setoriais para concertarem posições sobre a versão final, sendo estas o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a CCDR, o Património Cultural, a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional, à exceção do Património, no objetivo, em grande parte delas, para o desenvolvimento da delimitação da REN e propostas de exclusão. -----

Após estas reuniões setoriais para a reunião plenária final, a Câmara deverá apresentar o conteúdo documental em falta, bem como clarificar, reformular alguns documentos identificados nos pareceres das entidades e que, de acordo com a entidade que coordena esta revisão, estaremos em bom porto para chegarmos à segunda reunião plenária já com uma versão final. -----

Do meu ponto de vista, pelo que pude testemunhar enquanto membro desta Assembleia nesta Comissão, este é um processo longo, com muitas exigências documentais, que envolve muitas entidades, algumas com manifesta dificuldade de falta de técnicos ou trabalho excessivo para responderem a todas as solicitações em tempo útil. Estas dificuldades na fase de avaliação do plano, na emissão de pareceres ou na consensualização deste com outras entidades, atrasam efetivamente a conclusão do processo de revisão que os técnicos ou o Executivo da Câmara Municipal não conseguem, obviamente, controlar. -----

Creio que estamos próximos desta proposta final para a fase seguinte de discussão pública do PDM da Covilhã, que deverá ser informada e participada. -----

Por isso, o apelo que deixo é às entidades públicas e privadas, aos membros desta Assembleia, associações, coletividades, cidadãos anónimos que participem na discussão deste instrumento que planeia o crescimento e o desenvolvimento do nosso território de forma sustentável.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território são determinantes para se exercer a democracia, a justiça e o desenvolvimento sustentável. Estes instrumentos deverão procurar dar resposta aos desafios atuais, através da valorização do território, dos imóveis e espaços públicos de valor arquitetónico, cultural e social, juntando as partes dispersas num conjunto interligado e harmonioso. -----

Um dos objetivos deverá ser incentivar o aparecimento de novas centralidades assentes em modelos de organização e funcionamento contemporâneos, inclusivos e justos. Deverá potenciar o desenvolvimento como um todo e ter uma visão integradora de todo o território do Concelho da Covilhã. -----

Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território do Concelho da Covilhã deverão observar o Concelho com um olhar atual, desprovido de lentes antigas que prejudicam quem cá vive, presos a conceitos já ultrapassados há anos. Esta terra merece ser olhada com um olhar carregado de modernidade científica, cultura, justiça, democracia e sentido estético e ecológico e esses instrumentos deverão conseguir materializar esse valor. -----

Porém, não basta concretizar a elaboração de planos, muitas vezes encomendados a entidades externas ao município que fazem com todo o rigor o diagnóstico e define objetivos mais ou menos realizáveis e exequíveis. Plano de desenvolvimento disto ou daquilo, planos de proteção da natureza ou das pessoas, planos diretores municipais, etc. Planos que só são úteis quando se tratam de obrigações legais ou quando se visam receitas comunitárias, nacionais ou próprias, ou quando se visa facilitar, ajudar, apoiar este ou aquele investimento particular considerado de interesse público municipal. Planificamos em função daquilo que nos é no imediato necessário, quer por obrigação dos programas de financiamento, quer perante propostas de investimento. Adequamos, estudamos, alteramos os planos em função de um momento. Não elaboramos planos de acordo com os princípios atrás referidos. -----

Avaliamos com periodicidade razoável os planos? -----

Fazemos as necessárias avaliações intermédias? -----

O PDM, o primeiro Plano Diretor do nosso Concelho, discutido e aprovado no final do século passado, já foi avaliado, apreciado e reformulado? -----

Temos municípios que já vão na terceira e quarta geração do Plano Diretor. Nós ainda estamos na primeira geração que, passados 25 anos, se mantém em vigor! -----

Deixava, por último, aqui um apelo ao Senhor Presidente da Câmara que se fosse possível recuperar um livro do Arquiteto Teotónio Pereira, editado pela Câmara e nunca distribuído e nunca divulgado por alguma razão (deve ter sido porque criticava a gestão PSD da época e também do PS antes do PSD)... Penso que seria útil recuperá-lo porque só ler o prefácio desse livro valia a pena porque o Senhor Arquiteto, que estava presente na Covilhã, fez estudos e trabalhos na Covilhã nessa altura e considerava que o desenvolvimento urbanístico e o planeamento na cidade tinha sido, nos anos anteriores, digamos, muito pernicioso, senão criminoso em termos de planeamento urbanístico." -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “quando vi esta sugestão ou esta indicação para o debate municipal pelo PS, fiquei esperançado. Fiquei esperançado que efetivamente tivéssemos novidades, e ainda bem que a Senhora Deputada teve o cuidado, enquanto representante, de nos dar qual é que é o ponto de situação da eterna revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã, porque, de facto, aquilo que era necessário e essencial era termos novidades sobre este plano e que este plano estivesse, de facto, já numa fase que já deveria ter estado desde 2013. -----

Portanto, não podemos esquecer, nem escamotear o que é que já foi dito sobre este Plano Diretor Municipal, o que é que já foi inventado pela Câmara para adiar decisões sobre este Plano Municipal, o que é que já foi escrito pelas empresas que foram contratadas para auxiliar

tecnicamente a revisão deste Plano Municipal e que claramente disse que a Câmara Municipal não fez nada do que lhe competia nesta matéria. Está escrito e, portanto, isso é indesmentível. -----

Neste momento, aquilo que constatamos é que ficamos à espera que ele venha a acontecer. No final de 12 anos de mandato socialista, um plano é o instrumento essencial básico para o desenvolvimento da Covilhã e pegando aqui também naquilo que foi dito anteriormente, e o desenvolvimento sustentável da Covilhã está por fazer. E isto é o balanço da governação socialista nesta matéria. -----

Virem aqui propor um debate municipal sobre esta questão e virem trazer uma mão cheia de nada fica-vos mal. Fica mal ao PS, durante 12 anos, não ter feito absolutamente nada e ser o único responsável por hoje estarmos onde estamos que é, como disse o meu colega do Partido Comunista, no século passado em termos de instrumentos de organização urbanística e de planeamento urbanístico. -----

Portanto, o balanço que podemos fazer e que temos que efetivamente fazer nesta matéria é que, de facto, esta Câmara não veio para o futuro, veio para manter a Covilhã no passado e no século passado. E essa é a conclusão a que chegámos.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu que “a Carta Europeia de Ordenamento do Território, publicada em 1988, define que o ordenamento do território é a *tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.* -----

Estando todos nós cientes da responsabilidade do ordenamento do território, temos de procurar obter os meios para o seu planeamento e implementação de um modo responsável e sustentável em todas as suas vertentes. Neste sentido, é crucial termos um Plano Diretor Municipal atualizado e adequado à realidade atual. Somos o último e o único município da Beira Interior que ainda não tem aprovada a revisão do PDM. -----

O PDM atual está em vigor há 25 anos e está obsoleto. O PDM é um instrumento de charneira para um bom planeamento e ordenamento do território do concelho. -----

Como instrumentos de planeamento e ordenamento do Concelho da Covilhã, propomos algumas medidas: -----

- Calendarização da ampliação dos Parques Industriais do Canhoso e Tortosendo com base na maior procura existente de espaços mais económicos e infraestruturados, com boas ligações viárias e ferroviárias, quer para o tecido industrial e ou serviços de base tecnológica; -----
- Caracterização do Concelho em relação ao tecido industrial, agrícola, comércio e serviços associados com as novas tecnologias, desenvolvimento tecnológico e investigação com parcerias com a UBI; -----

- Revitalização e manutenção da Delegação de Madeira da Covilhã, localizada no Parque Industrial do Canhoso, já que esta se reveste de especial importância para a nossa indústria exportadora; -----
- Promover a edificação de um parque tecnológico nos antigos terrenos do aeródromo; ----
- Elaborar estudos económicos sobre a gestão das redes públicas de águas e esgotos do Município, substituição de condutas e alteração de traçados que conduzam a uma melhor racionalização de recursos, evitando perdas de água potável e introdução de água pluvial nas condutas de esgoto; -----
- Reavaliação e implementação dos Planos de Pormenor da Ribeira da Goldra e da Carpinteira; -----
- Valorização do património edificado, melhorar os acessos e transportes, promoção e requalificação das zonas através da reabilitação urbana, com finalidade de integrar tecido urbano planeado e radicar alojamento e comércio; -----
- Nas zonas antigas da cidade, vilas e aldeias, avaliar as condições de reabilitação dos imóveis e a sua valorização, a estrutura social existente e o apelo a uma população mais jovem; -----
- Revitalização dos núcleos urbanos, tendo em conta a proteção do património cultural classificado; -----
- Retomar algumas das redes viárias projetadas e existentes em projeto e que não foram implementadas. Tal opção diminui custos e tempo e para a sua execução, como por exemplo a ligação da rotunda do Intermarché à estação da CP, levantamento da ADE e ligação à Data Center. Estas ligações estão projetadas desde 1999; -----
- Estudar e projetar uma via estruturante de acesso à Serra da Estrela de modo a diminuir drasticamente o tráfego dentro da cidade; -----
- Estudar e projetar vias estruturantes de crescimento da cidade em relação ao rio Zêzere; -
- Elaborar um plano paisagístico com enquadramento dos atuais espaços verdes e promover novos espaços verdes; -----
- Criação de circuitos pedestres e ciclovias em todo o Concelho de modo a promover o desporto saudável e massificar a mobilidade amiga do ambiente; -----
- Promover um estudo com os concelhos vizinhos com o objetivo da implementação de um metro de superfície entre as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, com horários ajustados ao comércio, indústria e população estudantil, com enfoque no ensino superior.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Só um esclarecimento. Dizer aqui ao nosso amigo Deputado que disse que os prédios de dez andares foram aprovados pelo PSD: deve

estar esquecido. É que o Plano de Pormenor foi no tempo do Partido Socialista na Câmara Municipal. -----

E também perguntar-lhe, já agora, quem é que aprovou a rua do Rodrigo, José Ramalho, etc. com aquelas alturas?" -----

--- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “estes dois temas, quer o sugerido pelo Partido Social Democrata, quer o sugerido pelo Partido Socialista, ou seja, Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo, Espaços Verdes e Ordenamento do Território, estão indissociavelmente ligados e são um tema que é uma grande oportunidade para refletir sobre a importância que ele tem para o futuro da nossa região. -----

O ordenamento do território é um conceito muitas vezes visto como técnico ou distante do nosso dia-a-dia mas, na verdade, ele é o chapéu que orienta todas as intervenções que moldam o nosso espaço físico e social. Desde a construção de infraestruturas à preservação do ambiente, passando pela revitalização urbana, pela promoção de uma mobilidade mais sustentável, o ordenamento do território é a base sobre a qual se define o desenvolvimento equilibrado e sustentável das nossas comunidades. É a partir deste enquadramento, que é estratégico, que conseguimos conciliar as diferentes necessidades do crescimento económico à proteção ambiental, à melhoria da qualidade de vida e à preservação do património cultural. -----

Hoje, mais do que nunca, torna-se vital planear de forma integrada, considerando os desafios do futuro como as alterações climáticas, as necessidades de uma sociedade em mudança. -----

Nos últimos anos, as ações desenvolvidas pelo Município da Covilhã têm-se afirmado como pilares estratégicos para enfrentar os desafios do futuro e posicionar a Covilhã como um município inovador e sustentável. -----

O ordenamento do território tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do Concelho, especialmente em áreas como o combate às alterações climáticas, a reabilitação urbana, a mobilidade sustentável e através de uma gestão dinâmica dos planos territoriais municipais, entre as principais ações de destaque. -----

No âmbito do combate às alterações climáticas, o Município aderiu ao Pacto dos Autarcas, assumindo um compromisso com a União Europeia em reduzir as emissões de CO2 em 55% até 2030. Para alcançar essa meta, foram elaborados documentos estratégicos cuja implementação está a ser monitorizada: a elaboração do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima com inventário de referências de emissões e medidas de mitigação e adaptação; a elaboração do Plano Municipal da Ação Climática que define uma estratégia da ação, de identificação e de opções e medidas de adaptação; a reabilitação urbana – o foco tem sido a criação de condições para impulsionar a revitalização das áreas degradadas, preservar o património histórico, atrair novos investimentos para o centro da cidade e dos aglomerados rurais. Será presente ainda hoje para aprovação por esta Assembleia, a delimitação de 23 áreas de reabilitação urbana que irão permitir dar continuidade à política de incentivos à reabilitação urbana através da concessão de benefícios fiscais e municipais nessas áreas. -----

No contexto da mobilidade sustentável, está em desenvolvimento um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que visa encontrar soluções viáveis para enfrentar problemas relacionados com o tráfego automóvel e os transportes públicos. Este plano abrange ainda a promoção de meios de transporte mais ecológicos, como a mobilidade pedonal e ciclável, de forma a possibilitar a implementação para uma maior humanização do território. O Município pretende afirmar-se como uma referência na aplicação de soluções de mobilidade sustentável em territórios com declives acentuados. -----

No domínio dos planos territoriais, de forma a responder rapidamente às necessidades de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental, o Município da Covilhã tem adotado uma abordagem dinâmica, ajustando os planos territoriais através de procedimentos, alterações, revisões, suspensões e revogações. Destacam-se os procedimentos de alteração a servidões e restrições de utilidade pública, como é o caso da Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, as áreas não *edificandi* das infraestruturas rodoviárias. E por último, não posso deixar de manifestar a minha satisfação pelo facto do processo de revisão do PDM estar na fase de conclusão, contrariamente ao que aqui já foi referido, Trata-se de um procedimento longo e complexo que envolve novas dinâmicas da Reserva Agrícola Nacional à Reserva Ecológica, bem como a correção e a desafetação de áreas abrangidas pelo regime florestal. Posso adiantar que após a primeira reunião plenária, como já aqui também foi referido desta comissão Consultiva que acompanha o plano, apenas tivemos que concertar com cinco entidades, dado que as outras 37 aderiram imediatamente àquilo que tínhamos, e bem, feito e que os nossos técnicos e consultores fizeram como devia ser. Constituem, portanto, uma Comissão consultiva com os quais têm vindo a ser realizadas reuniões sectoriais para chegar a uma posição concertada. Deste modo, é expectável que, brevemente, mas mesmo muito brevemente, a Câmara da Covilhã esteja em condições de submeter a proposta de revisão do PDM à discussão pública. -----

Em suma e mesmo para terminar, todas estas iniciativas demonstram o forte compromisso da Covilhã em consolidar-se como um município inovador, sustentável e preparado para enfrentar os desafios do futuro. Estou certo que, com a colaboração de todos, mas mesmo de todos, conseguiremos alcançar os nossos objetivos e garantir um território mais equilibrado e mais humanizado para as gerações vindouras.” -----

3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Dar os parabéns pelo início do ano letivo e agradecer à Câmara Municipal pela intervenção que foi feita no Jardim-de-Infância do Peso que já vinha sendo pedida há alguns anos e, agora sim, ficamos com as instalações sanitárias adequadas e com o refeitório adequado ao bom desenvolvimento das aulas no jardim-de-infância. Tanto os pais como os professores agradecem. Queria que ficasse aqui em ata também esse agradecimento. -----

Também relembrar e dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não se esqueça das nossas instalações em Vales do Rio. Sabendo que já foram a concurso e que não houve nenhuma empresa a concorrer, no entanto espero que a verba seja reforçada e novamente adequada porque é muito urgente resolver a situação porque continua a chover dentro da sala de aula e não podemos continuar dessa forma. Essa escola teve um problema em 2014 em que a queriam encerrar. Quando recebemos pela DGEstE, e está aqui o senhor Deputado Municipal Dr. Torrão que nos ajudou na altura como Vereador e, Senhor Presidente da Câmara, andámos a caminho de Coimbra e de outros sítios e até em algumas manifestações e a escola ficou aberta. Agora temos o problema de que a escola tem alunos a mais e espaço a menos. Portanto, sinto-me satisfeito e orgulhoso por isso e acho que a Câmara Municipal também. Acho que não devemos deixar o edifício abandonado, mas sim resolver o problema com a maior urgência possível. Desde já o nosso obrigado.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** Iniciou cumprimentando todos os presentes e “cumprimentar de forma muito especial o nosso colega Presidente de Junta das Cortes do Meio. É sempre bom ver regressar-te a esta casa. É uma alegria imensa voltar-te a ver aqui, caro amigo Jorge. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, queria questioná-lo acerca de algumas questões da Freguesia, nomeadamente qual o ponto de situação da construção do posto da GNR do Tortosendo (já estão ultrapassadas as questões com o Tribunal de Contas). -----

Naturalmente saudar o início do ano letivo. Agradecer à Câmara Municipal a ordenação do território que foi feita com marcação de estacionamento junto à Escola EB2/3. -----

Dizer que, no que respeita à Escola da Feira, nos dias de Inverno, as crianças da Escola da Feira continuam a ter que andar à chuva porque há muito que se pede a construção de um telheiro que vá do edifício principal da escola para a cantina. Essa obra ainda não está feita, bem como o arranjo de todo o pátio. E a escola da Feira continua a ser um dos estabelecimentos de ensino do Concelho que não dispõe de um parque infantil para as crianças na hora de recreio poderem frequentar. ---

E porque falamos de parques infantis, já lhe agradei na última Assembleia Municipal a instalação do novo parque infantil no Jardim Público e gostaria de saber, até porque já lhe fizemos chegar o orçamento para tal e há um compromisso da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal da Covilhã de, abdicando dos quase 12 ou 13 parques infantis que havia (eles foram todos removidos), a instalação de dois bons parques infantis: um já está instalado no jardim público; gostaríamos de saber se já há novidades no que respeita à instalação do parque infantil no futuro Parque da Vila.

Ainda no Parque da Vila, gostaria de saber se já há novidades em relação ao protocolo que a Junta de Freguesia solicitou que a Câmara Municipal da Covilhã pudesse assinar com a Federação Portuguesa de Basquetebol para instalarmos no Parque da Vila um campo três por três, em que a instalação é feita pela Federação Portuguesa de Basquetebol. Dizer aqui que a Federação apenas assina protocolos com Municípios no país e, dada a dimensão do Município da Covilhã, há a possibilidade de instalar dois campos três por três por parte da Federação Portuguesa de Basquetebol. Todos sabemos que o Tortosendo tem uma história muito forte ao nível do basquetebol e espero que, desses dois campos a instalar no concelho da Covilhã, naturalmente que a Freguesia do Tortosendo seja contemplada. -----

Agradecer aqui os últimos passos dados no que respeita ao Projeto KM ZERO. Aguardamos essa reunião com o Turismo de Portugal e dizer-lhe que vamos aceitar a cedência da Escola do Casal da Serra que é mais um passo para que este Projeto KM ZERO seja uma realidade. -----

Venho solicitar, e já o fizemos várias vezes, o reforço de marcação de passadeiras e perguntar por que razão é que a marcação da estrada 230 (a antiga Nacional 230) que liga o Tortosendo à Covilhã parou na periferia. Vários Tortosendenses manifestaram o desagrado junto da Junta de Freguesia porque parece que o Concelho da Covilhã termina ali no que respeita a marcações. Tivemos a marcação da estrada desde as Pedras Lavradas até à rotunda do Jardim, da competência das Infraestruturas de Portugal, e quando vimos a marcação de estrada a começar no sítio da Palmatória em direção ao Tortosendo foi com alguma insatisfação que vimos que parou junto ali à periferia. -----

Gostaria também de perguntar qual o ponto de situação das obras previstas para o Centro de Saúde do Tortosendo. -----

Hoje também já se falou aqui em abrigos de passageiros na Covilhã, mas os abrigos de passageiros vão para além da cidade da Covilhã no que respeita a transportes urbanos. Gostaríamos de saber para quando a remodelação dos abrigos de passageiros na nossa Freguesia e a instalação de novos abrigos. Dizer-lhe que, por exemplo, na Urbanização da Bela Vista no TCT são dezenas de crianças que todas as manhãs estão ali ao frio e, quando vier a chuva, naturalmente estarão à chuva a aguardar os transportes para os estabelecimentos escolares. -----

Ainda em relação ao TCT, é visível que sempre que a Junta de Freguesia faz a limpeza desse eixo há rails de proteção que estão deteriorados. Gostaríamos de saber para quando a alteração e a instalação de novos rails de proteção no eixo TCT. -----

Em outubro de 2023, todos os presidentes de junta receberam um email da Câmara Municipal da Covilhã com o Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo em Meio Urbano do Município da Covilhã. Foi um Regulamento publicado em Diário da República no dia 6 de outubro de 2023. Solicitámos, no início deste mês de setembro, a poda de árvores e o corte de árvores ao longo da Estrada Nacional 230 porque, nesta estrada antiga que liga o Tortosendo à Covilhã, há vários ramos que vão caindo para a estrada. Temos ali a situação de moradias que estão, inverno após inverno, a sofrer com esse porte de árvores. Este Regulamento dizia que a partir de outubro de 2023 a Comissão iria fazer o inventário das árvores. Estranhamente, num pedido à Câmara Municipal da Covilhã para que fosse feito esse corte de árvores ou poda, recebemos a informação que a Câmara não dispõe de meios ou *know-how* necessário à realização da intervenção no que respeita a

árvores. Portanto, gostaríamos de saber se esta comissão existe ou não existe e se já fez algum trabalho. -----

No que respeita ao ecoponto à entrada do Parque Industrial do Tortosendo que, neste momento, é apelidado por eco lixo, se já há alguma ideia da Câmara Municipal no sentido de alterar aquele ecoponto porque aquilo é uma vergonha. Já o tenho dito várias vezes nesta Assembleia Municipal. É uma má imagem para o Parque Industrial do Tortosendo, à entrada do Parque Industrial. -----

Ainda em relação ao Parque Industrial do Tortosendo, se há algum avanço junto ao Parkurbis do novo acesso do Parque Industrial do Tortosendo à Estrada Nacional 18. -----

Saudar aqui o muito investimento feito por particulares no que respeita à recuperação de casas em ruína na nossa Freguesia e, neste aspeto, gostaria de saber se a Câmara Municipal da Covilhã, que é titular e proprietária de casas em ruínas na nossa Freguesia e uma vez que nos foi informado não houve por parte de privados a aquisição dessas casas em ruína, se há algum projeto para que a Câmara Municipal também siga o bom exemplo dos privados no que respeita à recuperação de casas em ruína na nossa Freguesia.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “pela primeira vez venho intervir nesta Assembleia, pois através de *e-mail* enviado ao Município raramente conseguimos receber qualquer tipo de resposta, respostas essas que necessito para elucidar e poder transmitir a todos os habitantes de Peraboa. -----

Possui esta Freguesia um posto de carregamento que o Município decidiu instalar nas suas freguesias e muito bem. No entanto, já há um ano que está pronto, mas por problemas que nos são alheios, o mesmo faz parte de uma minoria que ainda não se encontra a funcionar. Enviámos um e-mail no início de agosto, email esse que ficámos na dúvida se foi recebido ou não, pois não obtivemos qualquer tipo de resposta. -----

Foi anunciado pelo Município à Comunicação Social, já há um ano, que o Museu do Queijo ia sofrer uma requalificação, requalificação essa com que estamos plenamente de acordo, pois esse foi um dos únicos pedidos que foram debatidos entre esta Freguesia e o Senhor Vereador das Freguesias, José Miguel Oliveira. Gostaríamos de saber em que ponto de situação se encontra. -----

Acerca dos parques infantis, tema este que é debatido constantemente em todas as Assembleias desde 2021, pensamos que o parque infantil de Peraboa já se encontra concluído há vários meses. No entanto, ainda não recebemos qualquer tipo de ordem de abertura por parte do Município. Achará este Município que as crianças de Peraboa têm assim tantos pontos de diversão que o único parque infantil existente nesta Freguesia possa estar fechado já há três anos? Queremos acreditar que o Senhor Presidente tem conhecimento da realidade da nossa Freguesia e irá resolver este problema o mais urgente possível. -----

Para finalizar, gostaria de agradecer a disponibilidade tida pelo Senhor Presidente da Câmara pois, passados três anos de mandato e vários emails a solicitar reunião, teve finalmente um tempinho para, após uma breve conversa telefónica, ficar de dar uma resposta a esta Freguesia, o que ainda hoje esperamos. -----

Não desistindo, até porque não podemos desiludir quem confiou em nós, informamos que as obras da casa mortuária já foram entregues a um construtor civil. Já deram início à sua construção, estando neste preciso momento a proceder-se ao enchimento dos respetivos alicerces. Acreditamos, todos os Peraboenses, que, no ano de 2025, iremos ter uma resposta positiva acerca da casa mortuária e acerca da Estrada Municipal 506. É esse o desejo de todos os Peraboenses. -- Senhor Dr. Vítor Pereira, não os desiluda, pois eles acreditaram em si no ano de 2021!" -----

- **Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “na informação escrita, nas páginas 19, 20 e 22 do texto é referido o Eixo do TCT. Quando se fala de eixo, normalmente temos em consideração questões de engenharia mecânica ou de engenharia rodoviária. Todas as referências ao TCT nestas páginas nos remetem para correções, aperfeiçoamentos, requalificações, conversões, acrescentos. Por esse facto se poderá concluir que o TCT nasceu torto e o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. No entanto, não devemos desistir nunca. -----

Refere-se o pior troço entre a Rotunda dos Caldeirões e a rotunda do cruzamento com a Estrada Nacional 18-4 que vem do Parque Industrial para o Tortosendo. Parece ser o troço mais mal concebido, o que já teve mais acidentes, alguns com mortos, e o número já ultrapassa em tão poucos quilómetros o admissível há muito tempo. Não podemos ignorar. Como utente diário deste troço do TCT, assusta-me sempre que sou ultrapassado por alguém que segue a cento e tal, numa daquelas descidas de mergulho com uma curva ao fundo, logo seguidas de uma subida em curva que imita a montanha russa do circo. Também me assusta ver constantemente os rails de proteção sempre amolgados. Num dia de chuva intensa, com um lago de água à frente causado por insuficiente escoamento de água, já estive envolvido num choque em cadeia. Vejo com muita frequência acidentes neste eixo, afinal mal concebido, como provam os factos. -----

Os restantes troços também não são muito melhores, tendo também locais perigosos. Como elemento da Assembleia de Freguesia do Tortosendo já aprovámos uma moção em que se pediam algumas correções e requalificações que passavam essencialmente pela segurança das populações e dos utilizadores. Pedíamos a requalificação da via, infraestruturas necessárias que acompanhem essa requalificação, como sejam bandas sonoras, sinalização luminosa de delimitação da velocidade e recomendávamos a reconfiguração de alguns cruzamentos e entroncamentos que parece que agora finalmente poderá vir a acontecer. -----

Ao longo do tempo, nos anos subseqüentes, já depois de ter sido limitada a velocidade naquela sinalização vertical que lá está, continuámos a insistir na Assembleia de Freguesia e verificámos que aquilo que agora se propõe (requalificação e conversão) de alguma maneira poderá vir a ter soluções adequadas por aquilo que se lá refere. No entanto, pedíamos acima de tudo a explicitação dos aspetos técnicos presentes nesse projeto, o que é que se pretende fazer com essa requalificação e conversão, criação de rotundas, etc.” -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou “apenas para demonstrar a congratulação do Executivo da Junta e da nossa população pelo

asfaltamento que se verificou na zona da escola C+S, evitando mais constrangimentos e possíveis acidentes. A Escola C+S é complementada pelo Pavilhão Gimnodesportivo, constrangimentos esses que eram provocados pelo funcionamento do mercado ambulante, o que originou a sua mudança. Temos um terreno nosso que irá para obras muito em breve. Terá um novo espaço. ----

Após uma reunião que a Junta e diversos pais da Escola Primária tiveram com a Senhora Vereadora, Doutora Regina, por causa das obras exteriores no que diz respeito à Escola do 1.º Ciclo, agradeço a deslocação do seu diretor de obras, na pessoa do Senhor Engenheiro Jorge Vieira, pela prontidão com que respondeu a essa reunião. Contudo, faço aqui um apelo porque começou o novo ano letivo e de facto, essas obras, pelo que sei, estão a ser projetadas, mas de facto ainda não tiveram o seu início para flagelo das crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino. -----

Por outro lado, e para terminar, quero aqui manifestar o meu agradecimento à Senhora Vereadora Doutora Regina pela sensibilidade que mostrou em diálogo com o Executivo, através da minha pessoa, na questão da redução dos escalões. Inicialmente tenham sido aprovados para o funcionamento das CAF's e que me parece que estará no bom caminho essa mesma redução a levar, portanto, à sessão de Câmara próxima. Todos nós, as crianças, os pais, derivado à sua insuficiência económica e sabemos que a vida cada vez está mais difícil, por isso quero deixar aqui este agradecimento à Senhora Vereadora." -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “No que diz respeito à questão do contencioso, é impressão minha ou, de facto, depois de se conseguir que a Câmara conseguisse apresentar a questão da relação dos processos, depois não atualiza a informação de sessão para sessão. Continuamos aqui a ver “intentar a ação em maio de 2024”, a “contestar e intentar a ação de 2023”. Não há atualização dos dados. Qual é que é a evolução destes processos? Não se sabe. ----

Relativamente à questão do Gabinete de Turismo, não resisto a ler o que está aqui no início desta informação porque, de facto, as pessoas têm que perceber qual é que é a excelência do trabalho deste Gabinete de Turismo e começa: *“No âmbito da promoção da Covilhã e da região e no intuito de sublinhar a cidade como destino de excelência, foi mandado executar material de merchandising (bonés e canetas), para brindar quem nos visita.”* -----

Esperava desta divisão de Turismo que, em vez de oferecer bonés e canetas às pessoas que cá vêm, fizessem de facto um trabalho de promoção do turismo a outro nível, mas pelos vistos andamos mesmo aos bonés a nível de turismo no Concelho. Mas pronto, que seja. -----

No que diz respeito às obras, não posso deixar de constatar e aliás fiquei surpreendido com o início de uma obra que, se calhar, era das últimas em termos de prioridades, em termos de necessidade de requalificação. De facto, não se compreendeu inicialmente a razão de ser da intervenção na rua da Universidade nesta fase porque, de facto, se formos ver o que eram os passeios, o que era o pavimento da Avenida 25 de Abril e de outras vias da nossa Covilhã e do nosso Concelho, se calhar aquela não era ou não deveria ser uma intervenção prioritária. E, no entanto, somos confrontados com uma intervenção sem grande justificação num dos principais eixos de acesso ao centro da cidade, numa altura já depois no início do ano escolar universitário com os movimentos que sabemos que existem e com os constrangimentos de trânsito que existem. Depois fui alertado por

alguns munícipes e por alguns curiosos que me levantaram uma questão: “já viste por onde é que eles começaram esta intervenção?” E, de facto, passei lá e ainda hoje de manhã tive o cuidado de lá passar e, de facto, comecei a ver que efetivamente a intervenção neste eixo começa exatamente pela requalificação ou pela reposição, não sei se será melhoramento, dos passeios e dos acessos a um empreendimento imobiliário que está, por acaso, associado ao universo empresarial do Senhor Jorge Patrão, Presidente da Parkurbis. E pergunto, para descansar estas pessoas, que obviamente não acredito que isto alguma vez passasse pela cabeça da Câmara, qual é que é a justificação para aquela intervenção e o início logo naquela parte. Se a Universidade começa nos semáforos de acesso ao Tortosendo e termina cá em cima, qual é que é a razão para começar ali? Será, de facto, coincidência? Ou será, de facto, como alguém malévolo com certeza vem dizer, que se calhar seria aqui algumas influências que se mexeram nesta matéria? -----

Uma questão que se coloca a nível da cultura. Sempre nos gabámos e sempre tivemos muito orgulho naquilo que eram as instalações da Tinturaria e a Tinturaria está fechada e abandonada há vários meses, pelo menos. Não só a Tinturaria, não só o edifício em si das exposições e das atividades que se faziam (nunca mais se lá realizou nada), mas também toda a envolvência que ali está que, para mim, é uma envolvência nobre que, coincidentemente, tem a Casa do Benfica do outro lado que também está fechada em termos da utilização comercial daquele espaço e, de facto, coloca-se aqui a preocupação pela não utilização daquele espaço, mas sobretudo, e aqui entramos num ponto que é a da segurança, pela questão de que já se começam a ouvir relatos com alguma preocupação do que se passa, nomeadamente debaixo, na ponte. Não haver luminosidade, não haver nenhum tipo de policiamento, nem algum tipo de coisa que, de facto, é preocupante a esse nível. -----

Só para terminar, Senhor Presidente, já aqui ouvimos falar sobre segurança e estamos aqui a falar sempre de casos e casinhos. De facto, se calhar falta fazer a ligação entre os vários casos. Tem de haver uma preocupação maior sobre esta matéria. E eu não posso deixar aqui de referir, Senhor Presidente, que o último acontecimento grave, que acho que é gravíssimo, é um assalto à mão armada na Praça do Município. Isto aconteceu na sua porta, Senhor Presidente. E a pergunta que lhe faço é, olhando para estas coisas, para estes casos e casinhos e coisas que são perfeitamente sem relações nenhuma, mas que são sucessivos e que todos falam, quando é que quer tirar a cabeça da sua caixa de areia e começa a olhar, de facto, para fazer alguma coisa para tentar resolver o problema? Porque até agora não vemos nada.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Um ano depois da suposta implementação integral do Plano de Mobilidade, continuamos aqui a questionar, mais uma vez, o famoso Plano de mobilidade. -----

Hoje já questionamos um bocadinho menos porque já não perguntamos pelas bicicletas e pelas trotinetes porque, finalmente, chegaram à cidade. Entrando um bocadinho em brincadeira, um mês mais tarde e como aquela canção natalícia *Santa Claus is coming to town* de Frank Sinatra, mas passando o humor, ainda bem que elas estão. -----

Agora, as ciclovias e as trotinetes servem para mobilidade suave e a mobilidade é específica neste caso concreto. Ou seja, precisamos de perguntar: e as ciclovias? Porque as mesmas circulam para

as mesmas circularem em segurança. Como é óbvio, precisamos delas. Para o PSD, como já referido pelo meu companheiro Dr. Jorge Vaz, elas nunca existiram porque não são bonecos timbrados na via pública que, por sinal, até já desapareceram, que são ciclovias. Não são faixas pintadas de vermelho nas vias públicas sem qualquer proteção e segurança de trajeto descontínuo que são ciclovias. Não é preciso, Senhor Presidente, ter mundo para se saber como se criam ciclovias nas cidades. Basta-nos olhar para exemplos no nosso país e mesmo aqui ao lado. -----

Mas a questão das ciclovias, apesar de ser flagrante, não é o único problema, infelizmente. A questão da mobilidade vai muito para além das ciclovias. E os passeios da nossa cidade? Na verdade, hoje não são passeios, mas sim verdadeiros obstáculos para quem quer circular a pé. Falamos desde a irregularidade do piso, à sinalética ou às árvores no meio do passeio, à vegetação a romper entre os paralelos e cimento, etc. Pessoas com mobilidade reduzida e idosos, até crianças forçadas muitas vezes a andar na estrada devido à falta de manutenção dos passeios. -----

Neste momento já questionamos não só o desleixo na gestão da manutenção das infraestruturas municipais, mas sobretudo a existência de um grande risco à segurança dos cidadãos. -----

Mas temos mais. E os abrigos nas paragens de autocarro? Sim, é verdade que muitos já foram melhorados, mas continua a ser um problema, principalmente neste tempo que agora vem. Dou como exemplo a paragem junto ao Pólo IV da Universidade da Beira Interior, onde os estudantes e cidadãos ficam expostos às intempéries sem qualquer proteção enquanto esperam pelo transporte público. -----

Mas temos mais. E a Ponte da Carpinteira? Esta ponte pedonal, que é crucial para a mobilidade dos cidadãos, está num estado deplorável, Senhor Presidente. O chão está esburacado, a iluminação fundida, tornando a travessia não só desconfortável, mas também perigosa, especialmente à noite. -----

E o Silo Auto do Sporting? Já sabemos que continua ainda encerrado. O que é que se passa com aquele espaço? As obras de melhoramento, que nunca começaram, deixou de ser uma justificação para se ter retirado aos Covilhanenses o usufruto daquele espaço. -----

E o autocarro elétrico? O tal investimento de 480.000 € onde é que ele anda, que deixámos de o ver a circular na cidade? -----

Passando para outro tema, voltamos também a verificar que no documento nada é referido no que diz respeito à alteração às normas de funcionamento do Teatro Municipal. O atual modelo continua sem servir os interesses dos munícipes. Estamos fartos de o aqui dizer, principalmente às coletividades e associações do Concelho. Voltamos, sim senhor, a esta questão porque estamos de facto convictos que esta situação, senhor Presidente, pode e deve ser resolvida. Tendo em conta as justificações do Senhor Presidente neste órgão para nos tentar convencer que não é possível de forma nenhuma resolver esta situação, é no mínimo alarmante ver a atividade do Teatro nos meses de Verão. Ora vejamos: passamos de sete eventos em junho, que me parece, de acordo com as datas, até minimamente razoável para dois em julho, zero em agosto e dois em setembro. Será que as coletividades e associações do Concelho não aceitariam a proposta de fazer algumas das suas atividades nestes meses? É inadmissível que um investimento desta natureza esteja literalmente às moscas durante três meses de verão, aliás porque a cidade tem muita gente

nesta altura e, por outro lado, temos as nossas associações a reivindicar o espaço para as suas atividades. -----

Senhor Presidente, todos sabemos que as obras são necessárias e causam sempre transtorno. Isso estamos todos de acordo. Neste sentido, agradecemos que nos informe por que razão se iniciaram agora as obras de remodelação da Avenida da Universidade. O corte desta avenida causa o congestionamento noutras ruas da cidade já por si com muito tráfego. Estas obras não deveriam ter sido realizadas no período de Verão, digo eu, em que a população estudantil está de férias e o tráfego é muito mais reduzido? Até porque o Senhor Presidente disse aqui, perante todos nós, que fazer obra nos meses de chuva é muito complicado. Pois esta vai ser feita nesses meses! -----

E agora o famigerado Parque da Goldra. O que passou de uma grande obra de requalificação urbana, frequentada diariamente por tantos, ao contrário do que aqui acabou de ser dito nesta Assembleia (lembro-me daquele Parque ter grandes eventos e a participação e a presença de tantos jovens naquele parque) para um dos maiores, desculpem a expressão, eu sei que é forte, mas tem de ser, cancro da cidade. Esta sim é a maior bandeira de desleixo na gestão do património, que é de todos nós e que também contribui para a mobilidade e o bem-estar dos cidadãos. -----

E os parques infantis também já aqui ditos e falados? Quais já foram renovados? Quais já foram entregues às respetivas freguesias e como se está a assegurar aquilo que é primordial, que é a sua manutenção? -----

Termino com mais uma questão: na Assembleia Municipal de abril e de julho, o PSD e o Senhor Deputado Dr. Marco Gabriel questionaram o Senhor Presidente sobre as obras da Estrada Municipal 506. Senhor Presidente, temos mais alguma informação? Tem mais alguma informação para nos fornecer acerca deste assunto? É que, para além de a estrada não ter sido reparada, como garantiu estar para breve, uma vez que já tinham sido acionados à garantia Aero Wind, ainda abriram mais uns quantos buracos para colocarem mais caixas.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Gostaria de fazer aqui alguns comentários, relativamente às intervenções que ouvi até agora. -----

Virmos falar no Teatro Municipal... Acho que as pessoas às vezes não ouvem o que se diz. Na última Assembleia, fui àquele púlpito falar de Cultura na Covilhã. Os dados da Pordata trazem, comparativamente de 2022 para 2013, um aumento de 700% na frequência de espetáculos ao vivo. 700%! Bem sei que não devemos estar acomodados e que devemos fomentar ainda mais a Cultura, o Desporto e tudo aquilo que são áreas da governação numa Câmara Municipal. Acho que devemos apostar ainda mais e aperfeiçoar-nos. Mas a verdade é que são 700%! A política pode estar toda errada na opinião de cada um ou toda certa na opinião de outros, mas a verdade é que os números não mentem. -----

O mesmo se aplicaria à segurança. A gente tem que falar as coisas com seriedade à nossa população. Não há números? Tanta vez que o PSD e o CDS falam de insegurança, de um episódio e do outro episódio, mas há alguns números ou alguma coisa que, de facto, nos venha aqui dizer, para lá de qualquer dúvida, que há um aumento da insegurança no nosso Concelho? São casos pequenos que devem ser atendidos, que são de gravidade para aqueles que os sofreram, mas a

verdade é que querer cavalgar isto é fazer dar a entender à população que temos um problema grande de insegurança no nosso Concelho, é amedrontar as pessoas, aquilo em que os senhores são especialistas. É apoucar o Concelho. -----

Gostaria ainda de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: se há bocado o Senhor Presidente da Junta de Peso e Vales do Rio, quando estava a falar nas escolas, estava a falar nas escolas do Rodrigo ou se agora já estava mesmo a falar na Junta de freguesia dele porque ele há bocado falou ali na rua do Rodrigo. Não sei se era mesmo as escolas do Peso e de Vales do Rio. Era? Então agora já é outra vez Presidente da Junta de Freguesia de Peso e Vales do Rio -----

Relativamente também ao Senhor Presidente, dizer-lhe uma coisa: os Covilhanenses são todos importantes por igual e os representantes dos Covilhanenses são todos importantes por igual. Se o nosso tempo é aquele tempo, devemos coadunar-nos, independentemente de representarmos os eleitores e os cidadãos, todo o concelho ou de alguma freguesia em particular. Devemos todos coadunarmos o tempo que temos. -----

E, por último, uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: se o Senhor Presidente ou o Vereador das Freguesias se têm reunido com as Juntas de Freguesia que tantas perguntas têm para vir expor aqui à Assembleia para a Câmara. Mas é para a câmara aquele que filma!" -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**, em resposta, perguntou se estava a falar enquanto Administrador da Icovi ou se era enquanto Deputado Municipal. -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço, tendo reiniciado pelas 15:10 horas. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dando nota que tinha ouvido “muito atentamente todas as questões que aqui foram suscitadas pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados Municipais e, independentemente do tom, do modo ou da razão, merecem todas o meu respeito democrático e é como tal que lhes irei responder de forma um pouco aleatória. -----

Pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas relativamente ao Quartel da Guarda Nacional Republicana do Tortosendo – Foram várias e complexas questões que o Tribunal colocou. Portanto, tem toda a legitimidade e poder para o fazer. Tê-lo-á feito de forma acertada e também queremos acertar na resposta. As indicações que tenho dos serviços é que será dada nas próximas 48 horas, nos próximos dois dias, porque são matéria muito complexa, de vária índole e natureza, ou seja, matéria multidisciplinar e não é só uma única questão. São várias questões e, como tal, iremos dar essa mesma resposta de forma compacta, englobando todas as questões suscitadas e prosseguindo nesse sentido. -----

Parque Infantil na Vila do Tortosendo – Como sabe o Senhor Presidente, não foi previsto no primeiro lote de parques já contratados e em fase de conclusão. Convém não esquecer que o prazo desta fase dos parques infantis termina apenas e só no dia 14 de outubro, ou seja, ainda não estão concluídos, apesar de ser o entendimento da empresa que contratou e concebeu os parques de

que eles podem efetivamente, já na sua esmagadora maioria, ser utilizados independentemente de alguns requisitos que foram suscitados. Portanto, nesta fase, como o Parque da Vila do Tortosendo é composto por vários outros elementos (estamos a falar de um campo de basquetebol, de um padel, recuperação da piscina), dar nota que a Junta de Freguesia, tenho que o sublinhar com toda a objetividade, apenas apresentou um estudo prévio. Ou seja, não temos ainda um projeto e a Câmara trabalha com projetos definitivos ou com um projeto já numa fase de maturação mais avançada. Estamos a falar de um protocolo de um valor ainda relativamente elevado e, para nos pronunciarmos sobre ele, temos que ter mais dados, temos que ter um estudo mais cabal, mais aprofundado, mais maturado, para podermos responder nesses precisos termos.

Tenho nota de que pediram máquinas para movimentação de terra. Pediram mais um protocolo para o efeito. Enfim, uma série de coisas que estão aqui assim todas misturadas. Estão todas, no fundo, baralhadas (não no mau sentido, no bom sentido do termo). São muitas coisas ou várias coisas e, portanto, elas têm de ser tratadas de forma articulada, harmoniosa e estarem devidamente fundamentadas tecnicamente. -----

As obras no Centro de Saúde do Tortosendo ainda não se encontram em fase de concurso. Para lá caminha. É a informação que tenho dos serviços. -----

O TCT é uma antiga e velha questão que remonta aos anos 60. A maior parte de algumas e de alguns Senhores Deputados que estão aí com toda a legitimidade sentados ainda não tinha nascido quando o TCT foi idealizado e pensado. O troço entre o Tortosendo e o Teixoso é uma história longa que não vamos agora aqui contar, mas a verdade é que foi projetado depois de forma mais precisa entre 1990 e 1995, num conceito de via ligação entre núcleos urbanos. Entretanto, hoje esse eixo começa, por razões constatáveis, a assumir-se como um arruamento urbano ao ser envolvido pela ampliação da área urbana deste mesmo eixo, chamemos-lhe assim, passo a redundância, pelo que terá que ser reformulado e isto não se consegue fazer de um momento para o outro, estando já contratado o projeto de reconversão em arruamento urbano. Ele vai deixar de ser um eixo e não é por acaso. Estou a olhar além para o Senhor Professor Casimiro que colocou pertinentes questões sobre esta matéria e observações muito a propósito deste troço, dizendo que não é por acaso que a limitação da velocidade é 50 km/hora. Cá estamos nós caídos naquela velha questão do civismo e o civismo depende de todos e de cada um de nós. Podem haver muitos sinais, muitas lombas, mas isso não resolve a questão fundamental que é a de cumprir as regras do Código da Estrada. Isso não quer dizer que não se possam melhorar pontualmente situações muito concretas, os rails de proteção, etc. que já agora aproveito para dizer que não estão ainda para ser instalados a curto prazo. Sê-lo-ão mais tarde, mas estão previstos. -----

Entretanto, falou-se aqui também na questão da antiga rotunda à Zona Industrial ou Parque Industrial do Tortosendo. Como sabem e porque hoje já aqui falámos e aprovámos, e bem, uma moção relativamente à descentralização de competências, hão de recordar-se que a descentralização de competências não se ficou só e apenas pela Educação. Também chegou a outros domínios da governação, quer local, quer nacional. Mas enfim, não é por acaso que o Poder Central nos quer delegar essas competências. Não as aceitei e não as aceitarei. Não as aceitei e aqui far-me-ão justiça que podia tê-las aceitado porque aqui podia ser feita, e abro um parêntese, uma leitura política ou partidária do meu enquadramento e não o fiz. Não o fiz porque acho que é

injusto porque nos querem dar umas cascas de alhos para conservar e manter estradas com esta importância, com esta centralidade e com esta função tão estruturante quanto é a da variante. Quem diz a variante, diz outras estradas. Acho profundamente injusto, seja qual for o Governo. Foi um Governo da cor do meu Partido e não o aceitei e também não o aceito neste a menos que alterem as regras do jogo e as regras do jogo, na altura, eram estas: a gente arranja a estrada, a gente compõe isso. É curioso que têm feito a manutenção da plataforma da estrada, vão limpando e, muitas vezes quando lá passamos, eu sobretudo vou lembrando a quem de direito que é preciso limpar aquela zona que não é da incumbência da Câmara Municipal. Portanto, a certa altura, houve mesmo negociações no sentido de transferirmos para a esfera municipal essas mesmas competências, mas isso implicava um investimento por parte das Infraestruturas de Portugal que não foi aceite. Era pôr termo aos atuais semáforos entre, sensivelmente, a zona da Senhora do Carmo e o Souto Alto, a construção de uma ciclovia em toda esta extensão, uma pedovia ao lado da ciclovia, iluminação amiga do ambiente. Aliás, o Senhor Eng.º Vieira acompanhou, a par e passo, esta matéria na medida em que fizemos mesmo um projeto que lhes apresentámos e a verdade é que não quiseram assumir a responsabilidade de nos transferir ou a verba ou as obras. Ou faziam as obras que pretendíamos de acordo com este projeto ou nos transferiam o dinheiro, ou seja, a rotunda que desejavelmente deve existir entre a Ponte do Zêzere e a rotunda que atualmente dá acesso ao Parque Industrial para que se consiga aceder de forma mais fácil, mais cómoda, mais segura, mais rápida ao Parque. -----

Atualmente os camiões andam ali perdidos. As pessoas vêm de fora e apesar do GPS e da evolução tecnológica que já existe felizmente, não é suficiente para evitar enganos e andarem perdidos ali no meio do Parque. Mas há uma coisa incontornável: não há forma de resolver o assunto? Há. A Câmara Municipal aceita ficar com essas incumbências desde que, como dizia bem o Senhor Deputado Vítor Reis Silva a propósito da Educação, nos transfiram o envelope financeiro suficiente para nós fazermos face a esta manutenção e a esta alteração do estado de coisas que atualmente existe e que seria desejável que fosse alterado. E, por conseguinte, ninguém tem mais vontade de alterar o *status quo* do que eu ou o Município na sua globalidade, seja a posição, seja a oposição e estou certo que as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais concordarão que não devemos aceitar só por aceitar a transferência de competências. -----

Na Educação, já agora, porque também lá à distância os nossos concidadãos poderão dizer “*mas aceitaram a da educação*”. Não. Convém dizer-vos, caras e caros concidadãos que nos acompanham remotamente, que fomos obrigados a aceitar. Não fomos obrigados no primeiro e no segundo ano, mas seríamos obrigados dois anos decorridos sobre a publicação da lei. O que é que nós optámos? Optámos por antecipar essa mesma delegação para que tudo pudesse funcionar de acordo com a máquina que temos instalada e com as disponibilidades que temos de pessoal, de técnicos, enfim, com todos os meios logísticos e com as infraestruturas que tínhamos na altura que, entretanto, todos sabem que viemos a melhorar, fazendo obras em todo o Concelho em tudo quanto é escolas. -----

Portanto, isto para dizer que há aqui uma diferença entre a descentralização de competências no que diz respeito a estradas e no que diz respeito à educação. As da Educação, quer quiséssemos quer não, tínhamos que as aceitar. As das estradas, não somos obrigados a aceitá-las, a menos que alterem a lei e se a alterarem muitas convulsões e poder reivindicativo existe por parte dos

municípios portugueses e respeitando a autonomia que temos para esse efeito. Isto para dizer que era muito mais fácil para nós que isso fosse de outra forma. -----

O eixo TCT, como digo, vai passar a ser mais uma rua da Covilhã. Vai deixar de ser um eixo no sentido em que ele foi concebido porque a expansão verificada ao longo dos anos, quer nos mandatos que me antecederam, quer nos meus mandatos, alteraram a realidade e a realidade está alterada de molde a que ele já não seja um eixo tal como tinha sido concebido. Não é um elo de ligação. Obviamente, do ponto de vista da circulação do tráfego e da ligação efetiva entre o Teixoso, a Covilhã e o Tortosendo, ou vice-versa, ela existe, mas não de compreender que não se faz com a mesma fluidez, com a mesma rapidez, com a mesma segurança. Aliás, segurança que já aqui foi hoje referida, daí o termos limitado a velocidade para 50 km/ hora. Para quê? Para preservar pessoas e bens. Nos bens estou a falar dos veículos, como é óbvio, para além de outros, de outra natureza. -----

Obviamente que estamos atentos, vigilantes e atuantes relativamente a tudo quanto são vias de comunicação. Deixei dito aqui em 30 de julho o que íamos fazer em termos de infraestruturas e estamos a fazê-las. E porque aqui também foi suscitada a questão, eu gostava que as obras nas estradas nos sítios nevrálgicos onde há mais tráfego se fizessem de noite ou se fizessem na altura em que há menos tráfego, designadamente no mês de agosto, mas toda a gente conhece a realidade do país e toda a gente sabe quão difícil é uma empresa arranjar mão-de-obra no nosso querido mês de agosto, como está muito popularizada a expressão, em que toda a gente quer passar férias. Têm este direito e é um legítimo anseio e direito que as pessoas têm. -----

Mas também há outra questão que não é de somenos importância: é que uma obra só se pode iniciar após ter terminado o processo de contratação e já aqui foi hoje referido e têm um exemplo flagrante e insuspeito que é o do Senhor Presidente da União de Freguesias do Peso, que já referiu hoje aqui, com conhecimento próprio de causa, que relativamente à Escola de Vales do Rio ficou o concurso deserto. Não de calcular que não foi por vontade da Câmara, nem por vontade do Senhor Presidente da Junta, nem por vontade de quem decide ou quer que as coisas aconteçam. É que há muita obra a correr ao mesmo tempo nos 308 municípios portugueses. Estamos em plena execução do PRR. Tudo está inflacionado, quer pela existência do PRR, quer pelos efeitos colaterais das guerras que grassam no Médio Oriente e no Leste da Europa e, portanto, são variáveis que nenhum presidente de câmara, nenhum presidente da junta, nenhum empresário ou responsável técnico consegue dominar. Era o que faltava que conseguíssemos agarrar no casaco do responsável de uma empresa e obrigá-lo a aceitar uma obra por aquele preço. Portanto, funcionam as leis do mercado, o princípio da transparência, o princípio da livre concorrência e a lei da oferta e da procura. Isto é tão linear e tão claro quanto o estou a referir. -----

O processo de contratação pública nem sempre demora nos prazos mínimos e os concursos desertos prolongam desnecessariamente e atrasam o início dos trabalhos, este é o caso. Vocês têm vários exemplos que podia aqui citar-vos quer de obras do município, quer de obras das freguesias, quer de obras de IPSS. Olhe, estou-me a lembrar e desculpe lá, Senhor Presidente, mas o Senhor é um bom exemplo nesse sentido. Estou a reportar-me mais uma vez à União de Freguesias de Peso e Vales do Rio que teve e tem uma obra em curso que há de também merecer o apoio da Câmara Municipal, à semelhança das outras cinco que estão em idênticas circunstâncias, cuja obra também ficou deserta numa fase inicial. Querem ver que o Senhor

Presidente da União de Freguesias do Peso foi travar-se de razões com os senhores empreiteiros ou com as empresas que concorreram para que elas ocorressem ou não ocorressem! -----

Isto é uma questão de bom senso e uma questão de honestidade intelectual de quem quer ver e falar sobre as coisas e outra coisa é a realidade. A realidade é indesmentível, é incontornável e ela está aí e, por mais que a queiram mascarar, ela não é mascarável. A frase não é minha, mas “podemos enganar muita gente durante muito tempo. Não podemos enganar toda a gente durante todo o tempo” e, portanto, é algo que alguns tentam ingloriamente. Mas enfim, deixá-los tentar. Estão no bom caminho e recomendo que continuem nesse bom caminho que é o caminho desejável para que a credibilidade os não atinja. -----

Isto para dizer que, relativamente às obras, elas não começam exatamente quando a gente quer. Já lá vai o tempo em que um presidente de Câmara chegava, ordenava ou dava instruções ao Departamento de Obras, mandava elaborar o projeto, o projeto era elaborado. Nem era preciso concurso público, já agora. Já lá vai o tempo em que nem concurso público era preciso. E depois escolhia. Não estou a falar da Covilhã. Estou a falar do país para que não haja aqui leituras ínvias. Escolhia quem ia fazer a obra e ela começava quando ele quisesse. Já acabou esse tempo. Este tempo não existe e sei que alguns querem lançar poeira tentando enganar o Povo, tentando enganar os nossos concidadãos de que as coisas podem acontecer desta maneira. Não acontecem assim. É preciso fazermos essa pedagogia no bom sentido do termo, sem paternalismo nenhum relativamente a ninguém, mas é importante que se informem os nossos concidadãos de como é que funcionam as coisas. Nós hoje temos mesmo muitas instituições a fiscalizarem a ação camarária, da freguesia e de outras entidades, a começar pelo Governo da República nos mais diversos Ministérios. Hoje não há soluções miraculosas, nem “O homem sonha e a obra acontece”. Isso é em poesia porque, na realidade, as coisas não são assim. As empresas têm essa prerrogativa porque as empresas não estão sujeitas a concurso público. Estou a falar de empresas privadas porque as públicas já estão vinculadas a isso. As empresas privadas não precisam de lançar concursos. Escolhem o empreiteiro, fazem, não fazem, escolhem os trabalhadores, se os houver porque temos falta de mão-de-obra, mas partimos do pressuposto de que há necessidade e o mercado de trabalho tem esta disponibilidade e as coisas vão-se fazendo. Agora nas câmaras municipais, isso já lá vai o tempo. Temos que, de facto, cumprir a lei e fazer as coisas de harmonia com aquilo que ela impõe e que ela exige. Dizer, de facto, que as coisas não são como a gente quer. -----

E já agora, o caso da Avenida da Universidade que suscitou malévolas já habituais insinuações de que as obras são feitas desta ou daquela maneira. Querem ver que quando o Senhor Eng.º Jorge Vieira, como responsável do Departamento de Obras e Planeamento, pôs a concurso a obra, deu instruções para que se começasse aqui, acolá ou acolí! Desculpem o português incorreto. Era o que faltava! Portanto, rejeito e repudio, no mínimo. Aliás, isto não tem adesão nem a realidade, nem tem consistência sequer para merecer um reparo. Mas há coisas que não devem passar em claro e apenas me refiro desta forma muito leve e não proporcional na reprovação ao que aqui foi dito. É preciso lembrar alguém o que acontece à Rotunda do Rato quando chove muito? É um mar! É um lago! Aquilo é um autêntico lago! E, portanto, são precisas obras. Foi necessário projetar, fazer e executar obras que têm a ver com aquele contexto. O pavimento em torno da Rotunda do Rato apresenta uma elevada fissuração, apresenta aberturas concêntrica com a rotunda e isto é

um fenómeno que tende a agravar-se. O nosso objetivo não é só e apenas pôr ali o alcatrão para que se circule de forma fluída, serena, tranquila e calma. É preciso escoar as águas. É preciso renovar aquelas infraestruturas. -----

Já agora, dar-vos nota que o escoamento de águas pluviais proveniente da Rua Moraes do Convento e da Travessa da Fonte Santa tinha de ser intercetada e canalizada e, portanto, não é por acaso que se começa aqui ou se começa acolá. Não entendo nada de águas, nem de condutas, apenas confio, e bem, em quem dirige de forma superior, isenta e séria na Câmara Municipal. E os senhores sabem que isto tem um rosto e tem uma pessoa e fico profundamente chocado que alguém aqui faça insinuações porque não me estão a fazer a mim. Não são instruções de natureza política, nem pessoal. São questões de natureza técnica e os técnicos é que sabem quando mandam executar um projeto e os projetos são analisados Quem os elabora e quem os faz, fá-los com determinado sentido e pendor. -----

No caso dos passeios, começou-se naquele ponto onde o revestimento do passeio com pavê terminou e o objetivo é o de uniformizar todo o pavimento do passeio ao longo da avenida que é maioritariamente em betonilha, de cimento naturalmente. -----

Por outro lado, o passeio em frente das bombas de gasolina, para que não haja surpresas a seguir, vai alargar-se, ficando o estacionamento apenas com a largura necessária (que era excessiva), melhorando a circulação pedonal. Estou aqui a contrariar aquilo que foi dito por alguns aqui, que nós não queremos saber da circulação pedonal, etc. É com esse objetivo. Junta-se o útil ao agradável e fazemos tudo como deve ser. -----

Falou-se aqui no autocarro elétrico. Ele está a funcionar e está a transportar pessoas, associações, enfim, quem o solicita de acordo com os nossos critérios de utilização e que são imparciais nesse domínio e obedece ao princípio da necessidade e da urgência. Está a ser utilizado. Teve um período em que teve uma avaria. Foi reparada. Está dentro da garantia e está a funcionar felizmente. ----

Quanto aos parques infantis dizer o seguinte: o Município foi reunindo com as Juntas, às vezes com o Senhor Vereador das Freguesias, outras vezes através do Senhor Eng.º Vieira, outras vezes comigo, conforme as situações, e identificou quais os parques infantis existentes que deviam ser mantidos após a requalificação e quais deviam ser encerrados. Assim como acordou, com as Juntas de Freguesia, os parques infantis que seriam assumidos ou vão ser assumidos pelas Juntas e ficarão a cargo das Juntas de Freguesia. Quando eles estiverem prontinhos, e não é para sacudir a água do capote, é o chamado princípio da colaboração que deve existir de forma sã com as freguesias: as responsabilidades devem ser partilhadas. Sou adepto do princípio de que quem está mais próximo gere melhor. A verdade é que também têm que lhes ser dados os meios e estamos a dar os meios às Juntas de Freguesia, neste caso concreto os parques e depois também têm, obviamente, verbas incorporadas nos “apoios genéricos” que lhes são dadas para depois manterem estes mesmos parques. -----

O Município já contratou a requalificação de 13 parques infantis de utilização pública na área do Concelho, nomeadamente: os que já estão concluídos – Barco, Coutada, Unhais da Serra, Verdelhos, Bairro Penha Sol, Penhas da Saúde; os que estão em execução e em vias de conclusão – o parque infantil da Boidobra (Parque Duppigheim), o parque infantil do Jardim Público do Tortosendo, o do Peso (que já hoje o Senhor Presidente aqui referiu), o parque Infantil da Lage da

Torre em Peraboa, o parque infantil do Jardim do Lago, o parque infantil da Rua Alberto Rato no Largo da Estação junto à ACP, o parque infantil na Rua João Alves da Silva (mais concretamente junto ao Café Primor), o parque infantil no Jardim Público da cidade. -----

Há freguesias que já se disponibilizaram para assumir a requalificação de parques existentes no seu território e, portanto, assumir a sua posterior manutenção e conservação, como referi há pouco, pelo que esses parques não foram incluídos nas contratações do Município. É o caso, por exemplo, da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso. -----

Está em fase de concurso a requalificação dos parques infantis existentes no logradouro da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, os quais se manterão, obviamente, na alçada do Município. -----

Espero ter respondido a muitas das questões que aqui foram suscitadas. Vou tentar aqui voltar a outras e vou referir-me, porque foi das primeiras intervenções a este propósito, a um discurso. Quem está a ouvir-me e a ver-me à distância e que todos os dias circula pela Covilhã e conhece a Covilhã há muitos anos, e quando digo Covilhã estou a falar da Covilhã, da Vila do Carvalho, do Teixoso, de Cantar-Galo, da Boidobra, do Tortosendo e depois de todas as outras freguesias, sabem que a Covilhã é efetivamente um Concelho seguro e recomenda-se. -----

Digo, repito aqui e repeti-lo-ei à exaustão que não é por existirem três ou quatro focos, ainda que graves, que tornam a Covilhã insegura. Não é isso. Aliás, a única leitura que tenho para esta matéria é que algumas forças políticas decidiram antecipar-se a outras mais extremadas que hão de surgir aí nas próximas eleições autárquicas, e antes que lhe açambarquem o argumentário, nessas mesmas eleições autárquicas, decidiram antecipar-se. “Antes que venham aí outros a falar nisto, começamos já a falar nisto.” Este discurso é conhecido, é estafado, é desprezível, é horrível e nada tem a ver com a nossa cidade, com o nosso Concelho, com o nosso modo de vida e com a nossa pacatez. Lançar o anátema de que a Covilhã é uma cidade insegura, meus caros amigos, digo-vos uma coisa: continuem nesse caminho porque, para consolidarem ou arranjam base social de apoio, estão no bom caminho. Estão a perdê-la porque as pessoas veem que isso não é verdade. As pessoas constatarem que isso não corresponde à verdade. Não é uma andorinha que faz a Primavera. Arranjaram foi aí um pequeno filão: “vamos dizer que isto está inseguro” e encomendam umas intervenções e vêm umas pessoas queixar-se, algumas delas com muita razão, de certeza. Não estou a pôr isso em causa. Mas a verdade é que isso acontece. Infelizmente, aconteceu que duas ou três pessoas foram alvo de agressões bárbaras, injustificadas e inaceitáveis, mas isso não é de molde a que se agarre nesses casos e os transformem numa floresta de violência e de insegurança, como aqui querem fazer crer. -----

Como digo, só entendo isto por uma razão: é anteciparem o argumentário de uma força política que vai surgir obviamente (contem com ela, não evitam que ela surja). Mas isso estaremos cá para ver. Querem antecipar o argumentário tentando esvaziar aquilo que eles hão de dizer na próxima campanha eleitoral para as autárquicas, quer aqui quer noutros sítios. Ou seja, querem se apropriar do argumento básico, diria mesmo infantil, de apelo aos instintos mais básicos das pessoas que é o medo. Lançar o medo para que as pessoas distorçam a sua perceção sobre aquilo que na realidade não existe. -----

Mais. Até aqui foi dito, de uma forma um bocado alarve direi eu, que houve um assalto à mão armada. Então não é que fui perguntar ao Superintendente, que é o responsável da Polícia de

Segurança Pública da nossa cidade, e disse-me que não houve nenhum assalto à mão armada nem junto à Câmara, nem na Covilhã? Houve sim a captura de uns meliantes que tinham armas e tinham estupefacientes consigo. Quando o Comandante da Polícia de Segurança Pública diz isso, estão a ver a credibilidade que merecem pessoas como estas! Está tudo dito. Não preciso de dizer mais nada. Podem-se rir à vontade. Ainda por cima riem-se com coisas sérias. -----

Já agora duas coisas: nem houve assalto à mão armada, nem houve nenhum esfaqueamento. São duas mentiras que foram aqui repetidas por dois Membros, um do CDS e outro do PSD. Não houve nenhum esfaqueamento e não houve um assalto em frente à Câmara. Não é verdade. Isto foi-me relatado e dito pelo Senhor Comandante da Polícia de Segurança Pública da Covilhã há hora e meia. E, portanto, veem: estão aqui as pessoas a quem devem atribuir credibilidade e votarem nelas nas próximas eleições porque estão no bom caminho se os seguirem e perseguirem com esta fidelidade que eles merecem e credibilidade que eles têm e vos vão merecer. -----

Falou-se aqui no Turismo. A honestidade intelectual chega a atingir este patamar. Não basta a mentira. Atinge o patamar de se começar a ler um documento que tem oito páginas a dizer que aquilo que era o documento do Turismo e leem, falam nos bonés e noutros merchandising. Por uma questão de elegância, não vou aqui parafrasear o Vasco Santana a propósito dos chapéus. Aquilo são bonés, não são chapéus.” -----

3.3 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 3

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 4667 de 23.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A minha solidariedade com o Senhor Presidente da Câmara Municipal porque, efetivamente, notou-se nesta intervenção toda que aqui esteve algum cansaço. Vai respondendo a questões que lhe foram formuladas (até já foi na parte da manhã e até teve muito tempo para as preparar), mas efetivamente havia aqui um manancial tão grande para colocar aquilo que foi a atividade do Município nestes últimos dois ou três meses e, no fundo, foi a reboque só daquilo que lhe colocaram quando havia, de certeza, pano para mangas para marcar a agenda e para colocar as coisas em funcionamento. Portanto, nota-se algum cansaço. A minha solidariedade com o Senhor Presidente da Câmara nesse sentido e, portanto, fica aqui a minha palavra. -----

Relativamente ao ponto que estamos aqui a apreciar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cansaço que se nota também neste documento, *“vem a Câmara Municipal da Covilhã propor à Assembleia Municipal uma Proposta para proceder à terceira Alteração Orçamental Modificativa do Orçamento para o ano de 2024.* -----

À boleia da *“integração do projeto Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial - CIMBSE, no valor de 66.981,68 €, que é efetivamente a base da proposta técnica, propõe à Câmara Municipal um “ajustamento” (assim lhe chama) de cerca de 1 milhão de euros, entre o Plano Plurianual de Investimento e o Plano das Atividades mais relevantes, assim delineado:* -----

Reduções de 954.000 €, nas rubricas: -----

- *Aquisição, Construção e Reparação de Outros Edifícios (- 200.000,00 €);* -----
- *Arranjos Urbanísticos (- 90.000,00 €);* -----
- *Parque da Goldra (- 600.000,00 €);* -----
- *Orçamento Participativo 2017 (- 64.000,00 €);* -----

Por contrapartida do aumento de: -----

- *Limpeza e higiene (50.000,00 €);* -----
- *Despesas gerais de funcionamento (654.000,00 €);* -----
- *Eventos culturais (100.000,00 €);* -----
- *Festividades Cíclicas (150.000,00 €).* -----

Vejamos, -----

A Câmara Municipal propõe desistir de um grande projeto de requalificação de um espaço verde, o Parque da Goldra. Estamos a falar de 600 mil euros que irão diretamente para Despesas Gerais de Funcionamento, sem sabermos objetivos quantificáveis, projetos concretos ou ações específicas. -----

A Câmara Municipal da Covilhã propõe ainda a diminuição de 290 mil euros em Aquisição, Construção e Reparação de Outros Edifícios (- 200.000,00 €) e Arranjos Urbanísticos (- 90.000,00

€) que irão diretamente para Eventos culturais (100.000,00 €) e Festividades Cíclicas (150.000,00 €). -----

Dois pontos imediatamente a seguir ao ponto aqui debatido na Assembleia Municipal “3.1 – Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo e Espaços Verdes”, onde ouvimos juras de amor aos Espaços verdes, interessantes propostas para o Urbanismo e a promessa de um Concelho a caminho do Desenvolvimento Sustentável. -----

Em suma, vem a Câmara Municipal propor a alteração do Desenvolvimento Sustentável pela Navegação de Cabotagem, o Urbanismo pelo Bodo e os Espaços Verdes pelo deus-dará. -----

Esta proposta, nos moldes em que se encontra, não merecerá a nossa aprovação.” **(Doc.13)** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre questões de matéria orçamental e sendo instrumentos previsionais de funcionamento do executivo camarário, o meu princípio nesta Assembleia é de nunca votar contra aquilo que o Executivo entende fazer, apesar de não concordar com ele. Não sou como o PS a nível nacional que ameaça votar contra “se não estão lá as minhas coisas.” Acho que os orçamentos fazem parte dos instrumentos de execução política do Executivo, do Governo, da Câmara Municipal e, como tal, apesar de não concordar com eles e apesar de não ter as mesmas opções e as mesmas práticas ou não concordar com as práticas do executivo, nunca votarei contra nenhuma alteração orçamental, nenhum orçamento, porque tenho como respeito institucional e democrático que isto é, de facto, a forma de melhor se avaliar a execução de um executivo camarário. -----

Vou fazer apenas aqui um aparte no sentido de dizer que, de facto, já aqui falámos várias vezes sobre o Direito de Oposição e, mais uma vez, é feita uma alteração orçamental sem se consultar nenhum dos partidos da oposição sobre as posições ou sobre eventuais alterações ou propostas neste sentido, o que é, de facto, o grande respeito democrático que o Senhor Presidente da Câmara tem pelos eleitores do Concelho da Covilhã. -----

É óbvio que quando constatamos que, a meio do percurso, se vêm retirar valores significativos à aquisição, construção e reparação de outros edifícios 200.000 €, em arranjos urbanísticos menos 90.000 €, o Parque da Goldra morreu (menos 600.000 €, pasme-se!), que se retira o Orçamento Participativo de 2017 que não foi executado (salvo erro da Freguesia da Erada em que a Câmara não teve a capacidade de executar isto quando foi aprovado e foi incentivado pela Câmara a apresentação destes projetos) é, no mínimo, revelador da capacidade desta Câmara Municipal em fazer o que quer que seja ao executar o Orçamento que foi aprovado nesta Assembleia no final do ano passado. -----

Mas o problema aqui é, de facto, vemos para que é que são estas alterações. É que se tirássemos de um lado porque era necessário fazer obras no outro até seria aceitável, até se poderia aceitar uma situação deste género. Mas não. Aquilo que vamos fazer é tirarmos destes pontos, deitamos fora e vai se investir mais, supostamente 50.000 € em limpeza e higiene (espero bem que sim que sejam feitos) em despesas gerais de funcionamento da Câmara. A grande fatia 654.000 €. Ou seja, aquilo que esta Câmara está a fazer neste momento com esta alteração orçamental é reforçar a sua própria incapacidade de funcionamento. Vão contratar mais pessoas? Estamos fartos de dizer

isto: esta Câmara tem feito uma política de clientelismo, de contratação, sempre mais pessoal, mais pessoal, mais pessoal... Sempre, sempre, sempre com o cartãozinho rosa à frente! É isto que vai acontecer também nesta alteração orçamental? -----

Eventos culturais – Espero bem que se realizem e as festividades cíclicas são as festas recorrentes, as festas que já estão programadas durante todos os anos e que supostamente já estariam orçamentadas ou já deveriam estar orçamentadas? -----

Como digo, não posso concordar. Não concordo com estas opções e com esta forma de desgovernar a Covilhã. Por muito que me tentem achincalhar, não sou capaz de concordar com isto, mas a verdade é que isto não é a Covilhã que precisamos. Não precisamos de mais Câmara. Aliás, precisamos de uma Câmara mais eficiente. Só que com as pessoas e com os meios que já existem, se não são capazes de ser eficientes, se calhar o problema é mesmo de gestão. Se calhar o problema é não saber gerir a Câmara e infelizmente é isso que temos que constatar. -----

Como digo, não vamos votar contra, nem sou capaz de votar contra o instrumento. Espero bem que o PS também aprenda. Imaginem o que seria, não havendo aqui maiorias, assumirmos, mandarmos no Orçamento da Câmara e vocês fazer a política que nós queremos. Não é assim. Não é assim que se governa. Não é assim que se respeita democraticamente, nem é assim que se tem que se respeitar a divisão de poderes neste país. De qualquer maneira, está dita a nossa orientação de voto.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “Não é necessário escarpelizar, valor a valor, cada uma destas alterações que nos são propostas, mas não podemos deixar de assinalar este final do Orçamento Participativo de 2017 de onde desaparecem os 64.000 € e, na nossa perspetiva, isto é um desincentivo à participação cívica, quando o contrário é que devia ter sido promovido. -----

De qualquer das formas, com todas as alterações e já foram aqui faladas pelas intervenções que me antecederam, resta-me a pergunta: o que é que aconteceu ao projeto da Goldra? São retirados 600.000 € do investimento, não é considerado em nenhum dos anos seguintes. Quer dizer que o Executivo assumiu que não vai fazer nada neste espaço? E até diria que, depois de uma intervenção de um Senhor Deputado do PS durante a manhã, percebemos agora como o Parque não foi construído para pessoas, segundo o que ele dizia, para a circulação de pessoas, percebemos então que, se calhar, o abandono seja importante e nessa circunstância se calhar vamos esperar que não seja nenhum loteamento que esteja pensado para aquele espaço. -----

Depois percebemos também que há um reforço da despesa corrente em mais de 950.000 € em permuta com despesas de capital. Menos investimento, portanto. Situação que não é nova e que nos tem habituado e quero acreditar que os investimentos serão todos para 2025. Pensamos também que será uma mera coincidência. -----

De qualquer das formas, esperamos que este reforço corrente não coloca em causa a regra do equilíbrio corrente. -----

Ainda no esforço das despesas correntes, realçamos o aumento de 100.000 € em eventos culturais de assinalar muito bem e 150.000 € em festividades cíclicas. Apetece dizer que vale mais uma boa festarola do que uma boa infraestrutura.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “Ouvi com muita atenção aquilo que o Senhor Presidente disse. Tomou notas de todas as questões formuladas antes da hora de almoço, mas após o intervalo, nenhuma das minhas quatro questões ficou resolvida. Eu não ouvi absolutamente nada, nem tenho nenhuma resposta para levar para os habitantes de Peraboa acerca das questões que eu levantei.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Em relação ao Parque da Vila, dizer ao Senhor Presidente que existe um projeto que foi devidamente apresentado ao Senhor Vereador José Miguel. -----

No que respeita a esta modificação orçamental, queria só colocar aqui uma questão: se este aumento de 100.000 € para festividades contempla e houve o reconsiderar do não apoio da Câmara Municipal da Covilhã às festividades do 25 de Abril na freguesia de Abril (um apoio que tinha sido garantido numa reunião que o Senhor Vereador José Miguel na ordem dos 5.000 € às festividades da nossa freguesia). E se, eventualmente, vai haver um reforço das verbas para as freguesias que recebem 2.500 € para um evento no ano e se há aqui um reforço até ao final do ano.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS):** “Conforme antes afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, a possibilidade de uma modificação orçamental, no entendimento jurídico, implica que, por muitas vezes, venham a esta Assembleia alterações ao Orçamento. -----

Hoje é mais um destes casos. Desta vez é-nos apresentada uma alteração orçamental em que é diminuída a despesa do capital em cerca de 900.000 €. Neste caso, o mais relevante, sendo a diminuição da dotação para a requalificação do Parque da Goldra, estamos convictos que esta diminuição da dotação não implica o abandono deste desígnio, mas antes o humilde reconhecimento de que a verba prevista não será executada até ao final do ano. Conscientes contudo da importância deste projeto, acreditamos que é preferível pensar um pouco melhor no que queremos criar para esta zona e evitar cometer os erros anteriores que levaram ao investimento tão substancial e quase sem impacto para a nossa população. -----

Mais vale dar vida ao Parque do que ser apressada e perpetuar o jardim de pedra que já lá existe e que sempre foi pouco ou nada frequentado pelos Covilhanenses. -----

Importa ainda, neste aspeto, frisar que a mudança de despesa de capital para despesas correntes pode ser perigosa ou mesmo indesejável. Mas, neste caso e na Covilhã, estamos perante um Executivo que, como temos afirmado muitas vezes nesta Assembleia, financia muitas vezes as despesas de capital ou investimento com recurso a receitas correntes e que, neste caso particular, não há qualquer perigo de despesismo ou risco financeiro para mais quando aquilo que estamos

a reforçar é, em boa parte, para a atividade cultural e para o ordenamento do território que pode mesmo ser considerado um investimento para o futuro. -----

Assim, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “indo ao encontro das legítimas questões suscitadas pela Senhora Presidente de Junta de Peraboa, dar-lhe nota do seguinte: a Senhora Presidente tem presente que o assunto do sítio de carregamento dos veículos elétricos é uma espécie de elevador. Ora sobe, ora desce. Esteve para ser lá de trás, depois voltou para a frente. A Senhora, de uma vez por todas, com todo o respeito, vai ter que se entender com os seus concidadãos e decidir afinal onde é que quer porque dantes era lá atrás, depois passou para a frente, depois passou para trás, voltou para a frente e, portanto, andou por aí. E, portanto, tem que se decidir onde é que fica, como fica e se prevalece a sua autoridade como Presidente da Junta ou a do grupo de cidadãos que não querem que as coisas estejam naquele sítio (legitimamente também, porque, enfim, os cidadãos têm direito a expressar-se, têm o direito a indignar-se, têm o direito a querer alternativas àquilo que está ou que devia estar de outra forma). Portanto, é uma questão também da Senhora se situar relativamente a isso. -----

No que diz respeito à Casa Mortuária, fez alusão, e bem, a um telefonema que tivemos. Eu disse à Senhora Presidente que no próximo ano - que eu saiba ainda estamos em 2024 - terá um apoio substancial para a obra da Casa Mortuária. Se decidiram avançar já com ela, é uma prerrogativa e um direito que têm e, se calhar, terá feito muito bem, sendo certo que, apenas como lhe disse e estará recordada disso certamente, que ocorreria só e apenas no ano de 2025. -----

O parque infantil já está respondido. Ainda estamos em tempo. A obra está no estado em que está e, portanto, não está, digamos assim, numa situação irreversível. -----

Agora, com toda a frontalidade, vai ter que se entender com os seus concidadãos relativamente à localização do carregamento dos veículos elétricos. Estou totalmente aberto a uma alteração que reúna o seu e o consenso dos seus concidadãos.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa)**: Esclareceu que “não são concidadãos. Foi uma cidadã que nem sequer reside em Peraboa.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “seja uma, sejam vinte. Certamente que ela não fala sozinha, não fala por ela própria e é uma pessoa com grande poder de intervenção - uma ex-deputada do CDS. Uma Senhora que tem vontade própria e tem a noção de que interpreta a vontade de várias pessoas. Sei que não é uma questão pacífica em Peraboa e a Senhora sabe que eu sei que não é. Uma coisa é a sua vontade. Eu muitas vezes tenho vontade de fazer as coisas de determinada maneira...” -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal foi interrompido pela Senhora **Presidente da Junta de Peraboa** que referiu ser da vontade de todos os cidadãos de Peraboa e “nunca andou para trás nem para a frente. Está no mesmo sítio desde a primeira altura!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “a decisão de onde ficaria, ora ficaria ali, ora ficaria acolá. Que todos os problemas graves que tivéssemos para resolver no nosso Concelho fossem esses. -----

A estrada, obviamente como há de compreender, vou honrar a minha palavra como a honro em todas as outras questões. E, portanto, já lhe disse e vou-lhe dizer pela décima vez aqui que aquela estrada, que o designo de T, que vai do antigo Campo de Aviação até à rotunda que liga as duas freguesias e depois Peraboa passando por esta rotunda em direção à Ponte Pedrinha vai ser uma realidade. Quantas vezes é que preciso-lhe dizer isso, Senhora Presidente, com todo o respeito? Como dizia metaforicamente, também alegoricamente, o Senhor Presidente da Boidobra, mas até que a voz me doa repito-lhe aquilo que é a minha vontade e aquilo que está a ser feito para que isso aconteça... e vai acontecer. -----

A Casa mortuária terá o respetivo apoio. -----

Relativamente àquilo que referiu o Senhor Presidente David, repete-me o Senhor Vereador que aquilo que o Senhor Presidente fez a gentileza de lhe fazer chegar foi um estudo prévio, não um projeto. Há uma diferença e o Senhor sabe a diferença entre um estudo prévio e um projeto. -----

3.ª Alteração Modificativa – Sou do tempo, e não estou com isto a criticar quem na altura dirigia os destinos do Município, de assistir a 23, 24 e 25 modificações. Esta é a terceira modificação num ano. Vem algum mal ao mundo fazer uma modificação orçamental? O que estamos a fazer é aquilo que já aqui foi dito. Também devo reconhecê-lo com a honestidade intelectual de que, de facto, este é um documento previsional. É uma previsão e as previsões nem sempre acontecem como a gente deseja. Por mais bom gestor que seja, por mais boa vontade que tenhamos, não temos o condão de acertar 100% que vamos gastar 100 € naquilo quando às vezes gastamos 120 ou gastamos 80. -----

E, portanto, é um acerto: tiramos de umas rubricas e pomos noutras. O dinheiro não sai do Orçamento. O dinheiro está no orçamento não só e apenas por aquela razão que dizia o Senhor Presidente da Boidobra, não é só e apenas do cadastro da propriedade rústica e pela monitorização da ocupação do solo daquele projeto da CIMBSE. São quase 67.000 €. Essa é apenas mais uma verba. Mas acresce ainda que temos um ajustamento entre o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades e este ajustamento devemos fazê-lo. -----

Vou-vos enumerar concretamente o que é que vamos fazer. Onde é que retiramos de umas verbas para pôr noutras? Retiramos na aquisição, construção e reparação de outros edifícios 200.000 €. Exemplo: o município da Covilhã está em negociações com a RUDE para a aquisição do imóvel denominado Mercado Popular que permitirá a transferência dos trabalhadores afetos ao Departamento de Obras e Planeamento. Uma questão que é consensual. Todos achamos e entendemos que os nossos trabalhadores devem ter melhores condições e é para isso que as queremos criar. Portanto, enquanto decorrem as obras, eles vão para outro sítio. Como as obras

se preveem que não ocorram já durante este ano, mas só e apenas em 2025, íamos manter uma rubrica a tapar a utilização dessa verba só para não trazermos aqui a alteração? Estava lá o dinheiro que não se podia utilizar e, assim, pode-se utilizar noutras coisas importantes, como aquelas que todos reivindicam aqui, desde a casa mortuária, à deslocalização do carregamento elétrico dos veículos de Peraboa ou outro qualquer importante assunto que aqui foi hoje trazido.

Portanto, procedeu-se à afetação desta rubrica a outras rubricas. É retirar de um lado e pôr no outro. O que fazemos nas nossas casas. Quantas vezes pretendemos gastar de uma maneira, ou gastámos mais ou gastámos menos, e depois fazemos um reajuste?! Isto é a mesma coisa. É a mesma coisa que governar uma casa, só com a devida distância do formalismo e do cumprimento da lei. -----

Depois, arranjos urbanísticos. “Mas eles desistiram de fazer arranjos urbanísticos?” Estamos a retirar uma verba de 90.000 € que tinha a ver com pequenos arranjos urbanísticos, cuja tipologia de projetos tem sido delegada nas Juntas de Freguesia. Ora, se delegamos pontualmente nalgumas das vossas Juntas esses arranjos urbanísticos e essa rubrica não vai ser utilizada por que é que não agarramos esse dinheiro e o pomos noutro sítio?! É isto que estamos aqui a discutir. Não estamos a discutir outra coisa. -----

Outro exemplo muito concreto: o Parque da Goldra. Ninguém desistiu do Parque da Goldra. Ponto. Mais. Devo-vos dizer uma coisa: muito brevemente vou sentar-me com o Senhor Reitor porque temos uns acertos importantes a fazer a benefício da Universidade, da cidade e do Parque da Goldra que têm a ver também com o conceito e com o projeto que temos para o Parque da Goldra. Como não vamos consegui-lo implementar, até porque existe esta vontade importante da nossa Universidade fazer um ajustamento ali, de ceder algum daquele espaço para que a Universidade não fique tolhida na sua ação para levar a efeito determinadas infraestruturas. Portanto, não vamos cortar as unhas rentes, nem vamos deixar que este dinheiro que estava alocado a este projeto e pudesse já arrancar este ano (não vem mal nenhum ao mundo, em vez de arrancar em outubro, novembro ou dezembro, que arranque em janeiro ou fevereiro. Qual é o problema?). E vamos manter a verba de 600.000 € no Orçamento lá muito bonita a dizer Parque da Goldra?! Depois os Senhores vinham aqui dizer, quando fosse o Relatório e Contas, “olha, afinal estão a ver? Eles são uns nabos. Não fazem e estão aqui estes 600.000 €. Então estes 600.000 € deviam ter sido utilizados para outra coisa!” E agora criticam-nos por estarmos a fazer exatamente isso. Em que é que ficamos? Isto é-se preso por ter cão e por não ter cão! -----

Se estes 600.000 € não vão ser utilizados no Parque da Goldra neste ano, até dezembro, não podemos agarrar neste dinheiro e aplicá-lo? E ainda não esgotei as verbas de que estamos a retirar. -----

Orçamento Participativo – Aqui foi distorcido, mais uma vez, malevolamente, maldosamente faltando à verdade. Nem estamos a esgotar, nem a finalizar o Orçamento Participativo de 2017, nem a coisa é complexa. Vejam bem que este valor, para melhor perceberem, enquadrava-se no desenvolvimento do ringue da Erada, cuja construção foi assumida pelo Município em vez de ser pela Junta, estando já na fase de projeto. O que é que acontece? Temos ali o Senhor Presidente da Junta que não me deixa mentir. No subterrâneo do ringue existe uma garagem dos Baldios e, portanto, houve a necessidade de ajustar o projeto porque há ali uma questão de segurança. Ora,

se aquilo é uma garagem dos Baldios, temos que fazer com que aquela obra não ponha em causa a segurança, a solidez e a estrutura que dá segurança, no fundo, à entrada, permanência e saída de veículos dos Baldios. Tivemos que aqui ajustar as coisas e foi por isso que a Câmara também agarrou neste projeto e este projeto está pronto e vai ser concretizado. Eu sei que andaram a tentar “envenenar” o Senhor Presidente da Junta e até sei quem. Andaram-lhe a dizer “está a ver? Não lhe vão fazer a obra! Isso é conversa e tal.” É que depois a realidade desmente-os e vem-os desmentindo ao longo dos anos, ao longo do tempo. Este paleio roto, esta conversa gasta e desgastada vem acontecendo ao longo destes 10, 11 anos e depois riem-se das suas próprias tristes figuras e das suas mentiras. Depois a realidade desmente-os. É a obra que nasce que se encarrega de os desmentir. Mas depois deviam ser fustigados, devia haver uma pena com o rabo das perdizes que não caçam e dizem ter caçado ao longo dos anos. Deviam ser fustigados com essas penas simbolicamente no Pelourinho. Mas é a democracia. -----

Mas sabem qual é que é essa fustigação? Chamam-se votos, urnas e é isso que vocês, ao longo dos anos, vos tem acontecido. É que essa profecia da desgraça de que as coisas não são feitas, não estão a fazer, não acontecem, depois acontecem e é uma chatice e depois não votam neles e votam em nós. E vão continuar a fazê-lo. -----

Terminando. Isto foi o que retirámos de uma rubrica. O que é que foi colocado noutras rubricas? Limpeza e higiene. Estou a falar aqui concretamente da limpeza e higiene de espaços e equipamentos relativos a eventos e ao reforço da higiene nos Centros de Saúde, centros que estão disseminados pelo nosso Concelho. Estou a falar de 50.000 €. -----

Depois os tais 600.000 €, que eu vos falava há pouco da Goldra ou da Degoldra, sabem para onde vão? Para coisas que foram hoje aqui e têm sido e serão no futuro de certeza reivindicadas porque as obras nunca estão prontas e nunca estão acabadas. Acaba-se uma, começa outra. E, portanto, estou a falar-vos aqui de despesas gerais de funcionamento. E para quê? Há uma diversidade elevada de despesas, como sejam os casos de aquisição de matérias-primas e estou a falar-vos de massas betuminosas. Querem estradas, mas depois não querem que se gaste dinheiro a comprar massa betuminosa para colocar na estrada. É que as estradas não se fazem com conversa. As estradas não se fazem com mentiras. As estradas fazem-se com massa asfáltica, fazem-se com alcatrão e o alcatrão custa dinheiro. E, portanto, o dinheiro que não se utiliza este ano porque já não se vai utilizar naquelas verbas que acabei de referir vai utilizar-se para esse efeito: massas betuminosas, areia, *tout-venant*, cimento, entre muitas outras matérias-primas que são fundamentais para concretizar obras que são necessárias e são justamente e legitimamente reivindicadas aqui e nas freguesias. -----

E estou a falar também de pequenos bens de menor monta, prestações de serviços genéricas e não mais do que isso. -----

Depois, eventos culturais. O que é que nos estamos a referir? Estamo-nos a referir ao Teatro Municipal, aos museus, porque não basta só e apenas também dizer que ganhámos legitimamente e reconhecidamente o prémio de melhor Museu e depois não temos que os manter, este e outros museus, e de criar outros e mexer no do queijo já agora também, Senhora Presidente. Obviamente que é um desígnio. A Senhora ainda vai ter o prazer de assistir à alteração que queremos que seja importante e o mais profunda possível ao novo conceito que não desvirtue o que lá está, que é

generoso, que é bem pensado e bem-intencionado, num conceito melhor. E, portanto, também vamos apostar no Museu do Queijo. Está a ver aqui como as verbas saem de um sítio, vão para outro. -----

Por fim, fico muito triste quando oiço chamar “festarola” ao 25 de Abril. É o conceito de algumas Senhoras e Senhores Deputados! Vejam bem, o 25 de Abril para estas pessoas e para estes cidadãos são “festarolas”, são coisas de somenos importância! É a importância que eles dão ao marco dos marcos da nossa Democracia. O 25 de Abril para estes Senhores são festarolas, repito, foi dito aqui e está gravado. Ainda bem que estas sessões são gravadas como pretendiam porque os nossos concidadãos que nos estão a ouvir têm a oportunidade de ouvir de viva voz as barbaridades e as alarvidades que aqui são ditas a este propósito: de chamar “festarolas” ao 25 de Abril. É o conceito de Democracia, de Liberdade, de Solidariedade, de Fraternidade que tem esta gente! Tal como o Natal. Também é uma “festarola”. A passagem de ano já pode ter outro pendor menos familiar, menos intimista, com menos carga política e importância para o nosso futuro e para o nosso dever. Mas estou a falar disto tudo e por isso é que estamos aqui. Retirámos de umas rubricas, colocámos noutras. Tão simples quanto isto. E aqui está o anátema que foi lançado sobre esta modificação que é a terceira quando tive a oportunidade de assistir a 20 e tais e a 30 e tais.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Dizer que, de certa forma, não estávamos à espera do tempo que aqui foi definido já que pensámos que era uma simples alteração. É, de facto, uma alteração do Plano, mas que carecia, penso eu, de alguma explicitação inicial do Senhor Presidente da Câmara. -----

Consideramos que nesta alteração e relevando aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, é evidente que essas alterações resultam da incapacidade também de a Câmara Municipal executar aquilo que tem planificado para executar no ano de 2024 nas áreas que referiu, que não conseguiu executar e daí proceder à alteração dessas rubricas para outras porque não executou. O Presidente da Câmara, quando fez o Orçamento de 2023 para 2024, tinha como previsão gastar na Goldra os 600.000 €. Ponto. Se tinha o valor definido para a Goldra, e não é a abertura de rubrica para eventual intervenção, o Senhor Presidente da Câmara tinha lá 600.000 €, portanto, não me diga que inscreveu 600.000 € sem ter um plano de intervenção, sem ter um orçamento para este objetivo, não é?! Só se tivesse sido “olha, vamos aqui meter 600.000 € e depois logo se vê se fazemos ou não fazemos”. -----

A Câmara está, de facto, a fazer aqui uma alteração orçamental, a mudar de rubrica, para eventuais outras despesas, como é evidente, mas tem que assumir a incapacidade de ter de chegar a este mês do ano da execução orçamental e não o conseguiu fazer. Essa é que é a realidade. Portanto, é uma obra que fica, como afirmou, para umas segundas núpcias, para mais tarde executar. -----

Depois vem com as pavimentações. Agora, não é? Para serviços gerais. Os serviços gerais são muito gerais. O serviço geral é um conceito muito geral, Senhor Presidente da Câmara. Pode ir eventualmente para as matérias-primas que referi, mas eventualmente, como o dinheiro não tem campanhas, poderá ser utilizado em outros serviços gerais, como é evidente, porque falam de

limpeza e higiene, olhe, gostaria que nos dias da chervia tivesse existido uma intervenção da Câmara Municipal no sentido de assegurar a limpeza e higiene no espaço do evento, coisa que não tem feito, que não tem existido e espero que, no próximo evento existente, a Câmara Municipal pelo menos assuma essa responsabilidade porque estamos a falar de higiene e saúde pública. Vi situações naqueles dias que são lamentáveis e só acontecem porque não existem os equipamentos e hoje existem equipamentos móveis que a Câmara poderia ter alugado, criado dois ou três polos onde as pessoas, de facto, pudessem fazer as suas necessidades. Mas é evidente que se me tivesse dito que nos serviços gerais está aqui a pavimentação da Rua Dr. José Carvalho na freguesia do Paúl. Ou seja, pelo menos, está explicitado. Serviços gerais é muito geral, Senhor Presidente. Até pode dizer que vai pavimentar a estrada do Sobral de São Miguel a Casegas. Mas está lá escrito? Não está. Depois chegamos à conclusão que afinal o dinheiro foi gasto nos serviços gerais, mas de facto, como a rubrica é tão lata, aquilo que se verifica é que depois, no final do ano, aquilo que se diz que se quer fazer, depois não se faz.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Senhor Presidente da Câmara, ouvi-o com muita atenção e até agradecia que o Senhor fizesse 20 alterações orçamentais, desde que fizesse na prática alguma coisa com elas. O problema é que as suas alterações orçamentais são para não fazer, são para adiar, são para atirar para a frente. É constantemente isto. E, portanto, quem mente aos Covilhanenses não sou eu, Senhor Presidente, é o Senhor Presidente da Câmara com aquilo que sabe e com aquilo que tem. -----

Confesso-lhe que fiquei pasmo com a sua diligência e até agradavelmente surpreendido que ficasse preocupado com aquilo que eu aqui disse ao ponto de ligar ao Superintendente da Polícia de Segurança Pública da Covilhã. Eu não tenho contactos privilegiados, Senhor Presidente, mas aquilo que tenho é uma notícia da Rádio Clube da Covilhã a dizer: “PSP intercetou três indivíduos suspeitos de roubo na via pública no passado dia 21, pelas 04:05 da manhã. Segundo a polícia, após comunicação de um crime de roubo de pessoas na via pública, desenvolveu várias diligências que culminaram na intercessão de três indivíduos, um deles com uma arma de fogo.” Portanto, quem mente? Se alguém mente, tenho a certeza absoluta que não deve querer colocar em causa a idoneidade do jornalismo da Rádio Clube da Covilhã. Isto foi público. Eu sei onde é que foi porque feliz ou infelizmente conheço uma das vítimas e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a inventar e a mentir aos Covilhanenses, como os Senhores mentem descaradamente de chegarmos ao ponto de ser fustigados na praça pública. Isto nem na ex-União Soviética, caramba! Os senhores da União Soviética é que omitiam estas coisas, escondiam quando era possível, mas isto hoje não se consegue esconder. -----

Esta alteração orçamental é mais uma, Senhor Presidente, das várias que o Senhor faz para adiar questões, para mentir aos Covilhanenses a dizer que vai fazendo e não faz. -----

Como digo, não estou de acordo com essa posição, mas não posso votar contra ela. Vou-me abster na prática porque, de facto, fico à espera que o Senhor Presidente tenha a capacidade e a coragem de cumprir uma vez a sua palavra aos Covilhanenses que, até hoje, são raras as vezes que isso aconteceu.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Querida agradecer ao Senhor Presidente da Câmara alguns dos esclarecimentos que deu que, de facto, fizeram falta para a análise deste documento.

De qualquer das formas, Senhor Presidente, tenho aqui algumas dúvidas que lhe ia colocar. -----

Retirou 90.000 € dos arranjos urbanísticos. Dizia ser porque saíram por delegação de competências para as Juntas, mas não vejo a alteração permutativa para dar mais esse dinheiro às Juntas de Freguesia. Portanto, parece-me que o Senhor está a atribuir competências às Juntas, mas falta o tal envelope financeiro que o Senhor se queixou também de não receber por parte do Governo. -----

Depois, Senhor Presidente, o Orçamento Participativo é de 2017 e em 2024 ainda andamos à procura da garagem dos baldios e de resolver um problema?! Sete anos para resolver um problema?! Se isto não é adiar as coisas, também já não sei o que lhe hei de dizer. -----

Já agora, Senhor Presidente, quando fez o Orçamento para 2024, o 25 de Abril não estava já definido? Não sabia que eram os 50 anos do 25 de Abril? Não sabia já que em 2024 havia Natal? O Senhor ouviu-me chamar “festarola” ao 25 de Abril? É lamentável, Senhor Presidente. Felizmente está gravado. É lamentável. Ainda por cima, o Senhor falar aqui de populismo, vou-lhe dizer: é pena o Senhor não estar cá no próximo mandato porque, se tivesse, o Senhor concorria diretamente com os populistas que critica.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Compreendo bem a acrimónia com que a nossa oposição está neste tema. Aliás, puxando até para o assunto questões que não têm nada a ver com a alteração orçamental, que têm a ver com a questão da segurança que já aqui foi hoje falado e que é um tema muito importante e que, espero eu, tenhamos outras oportunidades nesta Assembleia para falar sobre isso com números e que sejamos factuais. Já agora, estava aqui a consultar a notícia que o Senhor Deputado evocou na Rádio Clube da Covilhã. Em nenhum sítio é dito que houve um assalto à mão armada. Diz-se que, mediante a comunicação de uma tentativa de assalto, a PSP intercetou, posteriormente, uns indivíduos que lhes foi apreendido umas armas. Todos podemos ir consultar a notícia. -----

Sobre a alteração orçamental, compreendo muito bem a acrimónia e a dificuldade até com que a oposição fala deste assunto porque esta 3.ª Alteração Orçamental vai provavelmente garantir que, em mais um ano, este Executivo Municipal e o Partido Socialista vão terminar o ano com uma taxa de execução orçamental acima dos 90%. Porque, obviamente, o Orçamento é um documento previsional e obviamente que, ao longo do ano, por várias vicissitudes, existe um conjunto de alterações, umas por opção política, outras por impossibilidades externas que os projetos não são conseguidos concretizar e aquilo que o Partido Socialista e o Executivo Municipal muito bem aqui faz é perceber que há um conjunto de projetos que tinham verbas alocadas no Orçamento para serem executadas, que até final do ano não vão ser executadas e atempadamente são retiradas e realocadas a outros projetos e a outras iniciativas para que possam ser executadas e para que aquilo que aqui os Senhores Deputados vêm dizer (os caminhos, as festas, os apoios, ...) possam ser executados. -----

Isto, muito provavelmente na Assembleia de março/abril quando fizermos a avaliação e aprovarmos as contas e atividades de 2024, vai dar mais um ano em que o Partido Socialista apresenta contas e resultados acima de 90%. -----

Senhor Deputado, já lá vai o tempo, e eu sou desse tempo, em que a maioria de direita a governar a Câmara Municipal apresentava taxas de execução de 20%. Esses tempos já lá vão. -----

O Partido Socialista tem naturalmente uma atitude diferente e tem procurado demonstrá-lo. Quero saudar, reiterando aquilo que já foi dito pelo meu colega de bancada, Vítor Pinho, na intervenção inicial que o Partido Socialista vai votar favoravelmente porque entende que esta é uma alteração favorável para resolver os problemas dos Covilhanenses e aquilo que os Covilhanenses entendem. -----

Mas não posso deixar de relembrar também uma coisa muito importante: o facto desta alteração orçamental ter descabimentado um conjunto de projetos deste Orçamento de 24, não significa que esses projetos não se realizem porque não tenho dúvida nenhuma que o Parque da Goldra vai ser requalificado. Não tenho dúvida nenhuma que o ringue da Erada vai ser feito. Não tenho dúvida nenhuma que as obras que foram retiradas do Orçamento de 24 vão ser feitas em 25 e os Covilhanenses podem ter a certeza absoluta que o Partido Socialista vai honrar, como até aqui, a sua palavra.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais n.º 3***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS e DMI's), 06 votos contra (PPD/PSD e CDU – PCP/PEV) e 02 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) e ainda o Deputado Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo.

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “A intervenção do nosso companheiro de bancada do Partido Socialista, Senhor Eng.º Hélio, vem de facto confirmar aquilo que foi a nossa afirmação. É que esta alteração orçamental visa tão só um objetivo: possibilitar gastar o dinheiro em despesas correntes, dinheiro que devia ser gasto em despesas de capital, para possibilitar uma taxa de execução, aquando as contas de gerência, elevada. -----

Portanto, o objetivo é este. Aliás, o teor da sua intervenção foi só este. “Fazemos esta alteração orçamental para, aquando das contas de gerência, vamos apresentar novamente uma taxa de execução elevada. Está gravado. Pode consultar a gravação.” -----

3.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE IMI PARA O ANO DE 2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4670 de 23.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente a Senhora **Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS)** que iniciou dizendo que “A proposta que nos é presente para a fixação do IMI a pagar no próximo ano, depois de aprovada por unanimidade na Câmara Municipal da Covilhã, fixa-se nos níveis mínimos, facto que resulta, como se pode ler na proposta, do contributo que a Câmara Municipal da Covilhã pretende dar às famílias para minimizar ainda os efeitos provocados pela Covid e pelas guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. -----

Recorde-se que as taxas Euribor continuam ainda em níveis muito elevados e que esse facto tem um grande impacto sobre as famílias. -----

Por outro lado, a inflação provocada sobretudo pelas guerras e pelo impacto que elas têm no mercado da energia, apesar de estar já controlada, significou um aumento dos preços que não terá retorno. -----

Refere ainda a proposta que o Município tem condições financeiras para dar este apoio às famílias e empresas sem fazer perigar a sua sustentabilidade, que é mais um sinal da rigorosa gestão que tem sido feita e que nos afastou dos tempos em que as finanças do Município exigiam a cobrança mais agressiva de receitas para fazer face à dívida herdada. -----

A proposta diferencia ainda a coleta para famílias mais numerosas, o que nos parece ser também relevante no apoio que se pretende dar. -----

Por outro lado, a mesma proposta traz ainda a penalização de alguns comportamentos que devem ser condenados no sentido de os corrigir, seja a penalização sobre prédios devolutos numa altura em que faltam casas, seja a penalização para prédios rurais abandonados. -----

Assim sendo, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu nota que “o Município tinha a prerrogativa, a possibilidade de fixar em 0,45, que é a taxa máxima de IMI para o nosso Concelho, para obter mais receita e, obtendo mais receita, poder fazer mais coisas mais rápido do que se pretende, tendo mais dinheiro, como é natural. -----

Mas não. Olhem que estamos a prescindir de 2,5 milhões € aproximadamente entre IMI e Derrama, sendo que só de IMI estamos a falar de cerca de 2 milhões €. -----

Como sabem, a taxa máxima, acabei de referir, é de 0,45 e estamos a aplicar a taxa mínima. Somos tão maus gestores que, ao contrário de outros municípios, de outras edilidades que são erigidas como modelo têm a taxa máxima. Nós, que somos mais maus gestores, temos a taxa mínima. Isto aqui é uma contradição nos princípios e alguém tem que explicar isto com muita clareza relativamente àquilo que acontece na realidade. Somos um dos poucos municípios da Beira Interior que aplica a taxa mínima aos nossos concidadãos, às nossas empresas e às nossas famílias.

Isso é uma realidade indesmentível e vamos continuar a aplicar o IMI familiar. O IMI familiar traduz-se num desconto de 30 € para as famílias com um filho, 70 € às famílias com dois filhos e 140 € para as que têm três ou mais filhos. -----

E porque hoje se falou a dizer que não cumprimos aquilo que prometemos, que andamos a empurrar com a barriga, que não executamos, que não fazemos, ora aqui está uma promessa que foi prometida e está a ser cumprida reiteradamente. Já não é a primeira vez que reduzimos para o mínimo. -----

É um azar dos diabos. É que desmentimos com factos. Para quem ouviu aqui há pouco o relambório das mentiras, ora aqui está. Prometi ou não prometi? Assumi ou não assumi o compromisso com os Covilhanenses de reduzir para o mínimo o IMI? Ora aqui está! Quem é que mente? Quem é que falta à verdade? Quem é que não cumpre? Está aqui a prova provada de que falamos verdade e que, efetivamente, cumprimos. Aqui está uma prova de que cumprimos as nossas promessas, cumprimos os nossos compromissos e de que os mantemos. Chegámos à taxa mínima, como tínhamos prometido, e vamos manter essa decisão apesar de isso significar que a Câmara tenha menos receitas de IMI. -----

É preciso dizer que este dinheiro não vai entrar nos cofres do Município. Olhem que é apenas quase três vezes mais do que aquele equilíbrio que estivemos aqui a fazer de contas entre aquilo que sai de uma rubricas e que entra noutras. -----

Portanto, isto para dizer que continuamos nesta senda e fixámos o mínimo, quer para os prédios rústicos, quer para os prédios urbanos, com estes benefícios para as famílias covilhanenses, ainda que isso implique menos dinheiro para gastar noutras rubricas, noutras ações, noutros empreendimentos que a Câmara podia levar ao efeito.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2024 a aplicar no âmbito da cobrança a ocorrer no ano de 2025:** -----

- **Prédios Rústicos: taxa de 0,80%** -----
- **Prédios Urbanos: fixação da taxa de 0,30%** -----

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI e das taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 sejam elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: -----

- **Prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio;** -----
- **Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas.** -----

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, que a taxa aplicável a prédios urbanos que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, e como tal, considerados prédios urbanos degradados, seja majorada em 30%; -----

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI, majorar no triplo a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ (vinte euros) por cada prédio abrangido. (Considerando-se em ruína o edifício que desmoronou ou foi demolido no todo ou em parte e que mantém total ou parcialmente as fachadas exteriores e/ou paredes resistentes (mestras), no qual se tornou impossível a utilização para o fim a que se destinava e cuja reparação/reconstituição apenas é possível por via de reconstrução (deverá considerar-se a definição de reconstrução constante do RJUE, na redação em vigor à data da aplicação no Concelho)); -----

Ao abrigo do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, que fixa o regime do IMI aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, na redação aditada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a fixação de uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1 Dependente a Cargo	30€
2 Dependentes a Cargo	70€
3 ou mais Dependentes a Cargo	140€

foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: “Que nesta unanimidade fique também registado que há um esforço por parte de todas as Juntas de Freguesia. Apesar de ser um valor mínimo, também fazem um esforço neste valor mínimo de IMI porque é menos receita também para as Juntas de Freguesia. Que fique esse registo.” -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4672 de 23.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**: “É evidente que não fiz intervenção sobre o IMI porque estávamos, digamos, na taxa mínima, apesar de termos feito a reflexão se não deveríamos diferenciar. Mas pronto, como estamos na taxa mínima, não há, digamos, possibilidades dessa diferenciação. -----

Quanto à Derrama, são uma receita principalmente provinda dos lucros das empresas e que, segundo o texto, as empresas têm sede no Concelho ficam isentas do pagamento da derrama, sendo que o Senhor Presidente da Câmara disse aqui que o Município irá perder 2,5 milhões na Derrama e no IMI. Terá a estimar aqui uma receita de 500 mil relacionados com a Derrama e refere aqui, de certa forma, a promessa de apoio às famílias. -----

Contudo, consultando o conjunto de deliberações na Assembleia de 2023, verifiquei que a Câmara nos trouxe à Assembleia Municipal uma outra isenção que é a TOS. Questionando o Senhor Presidente da Câmara, se continua para o ano 2025 com a isenção, apesar de essa deliberação não estar aqui hoje presente. Espero que, de facto, a TOS não seja cobrada depois em 2025 às famílias por ausência de deliberação da isenção.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Apenas uma alusão neste ponto e também à situação do IMI. De facto, sempre defendemos que devia haver políticas de atração de investimento e de pessoas e estas são as medidas que defendemos e que apoiamos. Portanto, obviamente que votaremos a favor da deliberação dos montantes que nos são aqui apresentados.

Apenas recordar, Senhor Presidente, que a Derrama nem sempre foi nos moldes em que está agora e, portanto, congratulamo-nos que tenha dado razão áquilo que tínhamos inicialmente chamado à atenção porque isto é, de facto, uma das medidas que consideramos fundamentais para trazer empresas e atrair empresas e criação de emprego.” -----

- **Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS):** “A proposta para a fixação da Derrama, a pagar no próximo ano, em que são isentos os sujeitos passivos com sede social no Município da Covilhã, bem como a fixação da taxa de 0,1% para os sujeitos passivos com um volume de negócio inferior a 150.000 €, representa uma medida positiva de incentivo à economia, sobretudo numa altura em que há sinais evidentes de abrandamento económico devido às guerras. -----

Apenas esta excecionalidade justifica, no nosso entender, a isenção a todos os sujeitos passivos com sede social no Município da Covilhã. Não fosse este o momento excecional e talvez esta isenção não se justificasse? Pelo contrário, as medidas para o fomento da economia local farão sempre sentido, independentemente do momento económico que se esteja a atravessar. -----

Estamos cientes que este apoio pode não parecer muito significativo, mas faz alguma diferença para as empresas. Estamos cientes que não resolve todos os problemas, no entanto, é uma ferramenta ao dispor do Município e que este, e bem, está a utilizar. -----

Desta forma, a bancada do Partido Socialista votará também favoravelmente esta proposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse, “muito telegraficamente, que os argumentos já foram expendidos, que esta não é a primeira vez que tomamos esta medida. Assim que pudemos, assim que tivemos folga, assim que tivemos possibilidade, avançámos para esta isenção.

Quero sublinhar que as empresas que não têm sede na Covilhã não estão, portanto, isentas e que se mantém a taxa normal, a taxa corrente em vigor porque isto é, efetivamente, um incentivo à fixação de empresas e à criação de emprego no nosso Concelho e as pessoas fixam-se no território porque existe emprego, porque têm razões para cá continuar, para cá fazer e continuar as suas vidas e é isso que pretendemos. E estes são os melhores indicadores, os melhores sinais, os melhores gestos que podemos assumir relativamente àqueles que têm a possibilidade, têm a criatividade, têm o capital para investir no nosso Concelho e está à vista. É por todo o Concelho. É por quase todas as freguesias, mormente nas do chamado X. Estou a falar no eixo Tortosendo, Covilhã, Teixoso ou Vila do Carvalho, Cantar-Galo, Covilhã, Boidobra, onde efetivamente as empresas estão e continuam a apostar mais fortemente (umas reforçam a posição que já tinham, outras vêm de novo, algumas estão na calha) com estes incentivos e não só. Recordo que reduzimos para metade as taxas e licenças urbanísticas. Falávamos de manhã em ordenamento do território, e bem o Partido Social Democrata também trouxe esta questão à discussão, do desenvolvimento económico. É assim que desenvolvemos o nosso Concelho. É, de facto,

concedendo apoios, concedendo benefícios, dando incentivos, razão de ser aos empresários para investirem e é por isso que estão a investir no Tortosendo, por exemplo. -----

Falávamos há pouco e a propósito de uma questão até que o Senhor Presidente da Junta colocava de umas casas no Bairro das Machedes, estamos a concertar posições com privados para ali naquele sítio no bairro das Machedes, um bairro difícil do ponto de vista da degradação do património, exatamente para revitalizar e recuperar para ali fixarmos criação de riqueza e empresas. -----

No Tortosendo ainda, a antiga FC Pinto vai ser um hotel. Trabalhamos nesse sentido. No Paul existem também outros investimentos. No Teixoso, nos parques industriais, há empresas que todos os dias surgem. Brevemente teremos uma aqui. Já está na Covilhã, mas vai crescer e vai-se deslocalizar, em princípio, aqui para o centro da cidade. -----

Portanto, temos muitas e boas razões para acreditar que o futuro seja cada vez mais risonho e é para isso que estamos a trabalhar, fazendo mais infraestruturas, criando melhores condições, dizendo aos empresários que vêm para cá que a nossa cidade e o nosso Concelho, para além de seguros que são, têm oferta de ensino do berço à universidade. Sendo certo que no que diz respeito ao berço, ele é mais da iniciativa das IPSS's que propriamente do sector público, puro e duro. E a verdade é que temos também a oferta do ponto de vista daquilo que é a prática desportiva, com todas as insuficiências que temos, com tudo aquilo que é necessário fazer, com tudo aquilo que ainda está por fazer, que é preciso fazer e que temos que nos empenhar para isso.

E é com estes sinais que olhamos com esperança para o futuro e damos esperança aos nossos concidadãos, venham eles de onde vierem, do estrangeiro ou de outras partes do país, uns para trabalhar, outros para investir e cá estamos para os acolher de braços abertos." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Fixação da taxa normal de Derrama para o ano 2024 em 1,00%; Redução da taxa de derrama, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, aos sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€ para a taxa de 0,10%, com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à grave crise que atualmente se verifica; e isentar de derrama aos sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configura como a delimitação do âmbito subjetivo de aplicação da isenção*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A ENERAREA – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR E SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – AQUISIÇÃO POR LOTES, DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE, BTN E IP – MUNICÍPIO DA COVILHÃ – AQUISIÇÃO DE MT – MÉDIA TENSÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas k) do n.º 1 do artigo 25.º, b) do n.º 1 do artigo 23.º e m) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4377 de 09.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e Repartição de Encargos e Assunção de Compromisso Plurianual – Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE, BTN e IP – Município da Covilhã – Aquisição de MT – Média Tensão*** foi a mesma ***autorizada por maioria, com 34 votos a favor (PS, PPD-PSD, CDU – PCP/PEV e DMI's) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI POR MAIS 5 ANOS – PROC. N.º 119/17

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 45.º do EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais, através do ofício n.º 4393 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prorrogação de Isenção de IMI por mais 5 anos, nos termos do n.º 6 do artigo 45.º do Estatuto de Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho na sua redação atual, relativamente ao prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo 927.º da Freguesia do Dominguizo – Proc. n.º 119/17**, foi a mesma aprovada por maioria com 36 votos a favor (PS, PPD-PSD, CDU – PCP/PEV e DMI's) e 2 abstenções (CDS-PP) -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

3.8 – TRANSMISSÃO DA CORREÇÃO MATERIAL DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE – ZONA SUL (PPPS-ZS)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de julho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 122.º e enquadrada na alínea e) do n.º 1 do artigo 122.º do RJGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) publicado no Decreto-Lei n.º 80/2014, de 14 de maio, através do ofício n.º 3636 de 22.07.2024 e seus anexos. -

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Foi **transmitida à Assembleia Municipal da Covilhã a Correção Material da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS).** -----

Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4676 de 23.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Dizer que estamos aqui, no fundo, a renovar um prazo porque passaram-se três anos e não foram, digamos, concretizadas as operações de reabilitação urbana destas ARU’s. Portanto, não foram concretizadas as ORU’s para ARU’s. -----

Ou seja, há freguesias onde foi concretizado. Aliás, aprovámos aqui a ORU de algumas freguesias e destas freguesias, passados três anos, a ORU não foi concretizada o que não permitiu aos residentes destas freguesias de beneficiar dos incentivos. Não é? Beneficiam na mesma sem as ORU’s? Pronto, então espero que nos próximos três anos as ORU’s sejam, de facto, concretizadas.”

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Neste seguimento, as entidades podem efetivamente usufruir dos benefícios fiscais previstos naquilo que estamos agora a aprovar, mas elas caducaram por via da não concretização das Oru’s. Ou seja, não concretizando as Oru’s, aquilo que estamos a fazer e que fizemos durante três anos é que qualquer privado põe e dispõe daquilo que é a propriedade privada e, portanto, é muito difícil a Câmara Municipal e os seus serviços de urbanismo dizer: queremos aqui uma tipologia de comércio, não queremos de habitação ou queremos uma tipologia mista, ou este espaço está reservado para espaço público, portanto, o ordenamento do território. -----

Efetivamente são instrumentos que fazem muita falta às freguesias e aos seus centros históricos porque, se cada uma das nossas freguesias, se o concelho estiver dependente daquilo que é o interesse privado, o interesse privado vai ser sempre na perspetiva de maximizar os x metros

quadrados que ali tem e, portanto, se puder fazer mais um apartamento T2, faz mais um apartamento de T2 ou se puder fazer mais três T1, faz mais três T1 e, às vezes, não é acautelada a questão do estacionamento. -----

Este instrumento é, de facto, muito importante para cada uma das freguesias, sobretudo para os seus centros históricos e, portanto, apelava a que daqui a três anos não estivéssemos confrontados com a caducidade destas ARU's por via da aprovação das ORU's que são essenciais ao desenvolvimento harmonioso de cada uma das freguesias." -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** "Há bocado foi referenciado e era neste sentido que tinha a intervenção. Tendo caducado as ARU's, pensei que não se pudesse ter beneficiado dos benefícios fiscais que elas lhe dão direito. Mas, se isso não aconteceu, não tenho nada a acrescentar." -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** "Saudar o Município e destacar este ato formal que hoje aqui fazemos que é, no fundo, a renovação das áreas de reabilitação urbana e, nos casos em que se aplica, das operações de reabilitação urbana que são, como também já aqui foi dito, instrumentos de planeamento, gestão e ordenamento do território essenciais. São essenciais para o território, para as pessoas, para os privados, para as Juntas de Freguesia, para a Câmara Municipal e não é demais destacar e lembrar que o Partido Socialista e este Executivo Municipal foi provavelmente o primeiro ou dos primeiros municípios a nível nacional em 2014 ou 2015, se não me falha a memória, a ter a capacidade e a antevisão de ter e definir ARU's – áreas de reabilitação urbana em todas as freguesias do Concelho. Isto é, até dada altura e até há poucos anos havia muitos concelhos que tinham ARU's aprovadas apenas e exclusivamente para os centros urbanos. Desde o primeiro momento que o Partido Socialista entendeu que estes eram instrumentos de planeamento, ordenamento e de incentivo à reabilitação urbana essenciais para recuperar os centros históricos também das nossas freguesias e das nossas aldeias. -----

E, portanto, aquilo que estamos aqui a fazer hoje é um ato processual e administrativo de renovação daquilo que são os prazos. As áreas de reabilitação urbana e as operações de reabilitação urbana têm prazos. -----

Quero saudar o Município por essa iniciativa e lançar até um desafio. Basta andar no nosso território, no centro urbano, no centro histórico da Covilhã e andar também no centro das nossas aldeias para perceber o número de reabilitações e de operações de reabilitação que estão em curso. Seria muito interessante, Senhor Presidente, se no futuro nesta Assembleia ou no âmbito do Executivo Municipal pudéssemos dar conta de quantas unidades ou quantas intervenções de reabilitação já aconteceram desde que o Partido Socialista e o Executivo Municipal criou as áreas de reabilitação urbana para todos percebermos o impacto que isto tem tido na reabilitação dos centros históricos das freguesias e do centro urbano da Covilhã porque também ouvimos muitas vezes aqui que os centros estão ao abandono e que se está a degradar. Portanto, seria muito interessante se tivéssemos esses números." -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** sublinhou “que a reabilitação e a regeneração urbanas têm-se afirmado nos últimos anos dos nossos mandatos como um tema incontornável nas políticas públicas, tanto a nível nacional como local. Como já aqui foi dito, é uma das nossas principais prioridades. -----

As áreas de reabilitação urbana (ARU’s) aprovadas pelo Município para os 28 centros urbanos integram uma estratégia global que é definida para todo o Concelho com o objetivo de inverter o processo de degradação dos núcleos urbanos, tornando-os mais atrativos, mais dinâmicos e mais competitivos. -----

Passaram três anos desde a aprovação das ARU’s. As limitações anteriormente aprovadas caducaram. A razão de ser de estarmos aqui hoje: definir novamente. Esta prorrogação tem a ver com a caducidade. Terminou para aquelas áreas que ainda não tinham ou não foram formalmente aprovadas as correspondentes operações de reabilitação urbana, as tais ORU’s. -----

Já agora, aqui uma nota: algumas Juntas de Freguesia, que não vou aqui enumerar, por coisas da vida, coisas do dia-a-dia, circunstâncias e dificuldades que tiveram, não conseguiram implementar essas ORU’s e, portanto, também por isso é importante que esta renovação seja efetuada. -----

Por conseguinte, tendo em consideração que as ARU’s oferecem um conjunto de benefícios fiscais, como há pouco dizia, incentivos municipais, estamos, na prática, a concretizar aquilo que de manhã não era mera conversa (quando vos disse que ainda hoje haveríamos de falar sobre importantes instrumentos de gestão do território, medidas que vamos tomar para exatamente inverter o estado de coisas e prosseguirmos, ao mesmo tempo, o bom caminho que já começámos). Dizer que, para além dos benefícios fiscais e incentivos municipais, promovem exatamente a reabilitação urbana com o intuito de dar continuidade, como dizia, à estratégia do nosso Município para regenerar o nosso Concelho do ponto de vista urbanístico e, por isso, esta reativação das ARU’s. -----

Dou-vos um exemplo muito claro de como isto faz toda a diferença. Não é por acaso que a Torre de Santo António está a ser recuperada. Tivemos que alargar até àquela área exatamente para efetivamente provocarmos esta regeneração. Sem este instrumento, e não posso dizer que tenho a certeza, mas estou profundamente convicto que dificilmente nós conseguiríamos recuperar, revitalizar e regenerar aquela zona da nossa cidade que tanto impacta na nossa paisagem e que é também, do ponto de vista económico, importante para aquela zona de Santo António e aquela zona da cidade. Isto para dizer da bondade e da boa vontade que temos e que não estamos a fazer nenhum favor. Estamos apenas a cumprir uma obrigação, como eu costumo dizer, aos centros urbanos da Aldeia de São Francisco de Assis, Aldeia de Souto, Boidobra, Canhoso, Cantar-Galo, Casegas, Cortes do Meio, Dominguito, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Peraboa, Peso, São Jorge da Beira, Sarzedo, Sobral de São Miguel, Teixoso, Tortosendo, Vale Formoso, Vales do Rio, Verdelhos e Vila do Carvalho. A proposta vai ao encontro exatamente daquilo que nestes centros populacionais queremos regenerar, revitalizar e recuperar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana**, foi a mesma **aprovada por unanimidade, para:** -----

- *Aldeia de São Francisco de Assis;* -----
- *Aldeia do Souto;* -----
- *Boidobra;* -----
- *Canhoso;* -----
- *Cantar-Galo;* -----
- *Casegas;* -----
- *Cortes do Meio;* -----
- *Dominguizo;* -----
- *Erada;* -----
- *Ferro;* -----
- *Orjais;* -----
- *Ourondo;* -----
- *Peraboa;* -----
- *Peso;* -----
- *São Jorge da Beira;* -----
- *Sarzedo;* -----
- *Sobral de São Miguel;* -----
- *Teixoso;* -----
- *Tortosendo;* -----
- *Vale Formoso;* -----
- *Vales do Rio;* -----
- *Verdelhos; e* -----
- *Vila do Carvalho.* -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Declarar e acrescentar o nosso voto a favor, como é evidente. Dizer que já temos algumas obras que foram feitas e que estão a usufruir dessas isenções. -----

Mas queria também apelar ao Senhor Presidente e à Câmara Municipal por que não fazer umas sessões de esclarecimento nas freguesias com o técnico da Câmara que se dispusesse a ir junto dos nossos cidadãos explicar melhor as zonas e a explicar o que é que são as ARU's." -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA COVILHÃ DURANTE O ANO ESCOLAR 2024/2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4378 de 09.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referindo que “a nossa questão tem vindo a ser a mesma de há uns anos a esta parte e é alertar para esta situação que, mais à frente noutras assembleias municipais, quando as Juntas de Freguesia vêm pedir os 5% ou os 10% do valor da Segurança Social, percebemos que não foram assegurados contratos de trabalho e que foram feitos contratos de prestação de serviços ou recibos verdes. E, portanto, os contratos estabelecidos entre o Município e as Juntas de Freguesia são mais veementes naquilo que diz nas obrigações da Junta de Freguesia manter os contratos de trabalho ainda que muitas vezes se consiga perceber que logo a seguir a dizer-se contratos de trabalho chama-se colaboradores ou colaboradoras e não trabalhadores. Pode ser só um defeito dessa linguagem que muitas vezes é inversa. Esperemos que seja isso. Portanto, alertar para esta situação. -----

Percebemos e conseguimos perceber pelo documento que são cada vez menos as Juntas de Freguesia, felizmente; que é a Câmara Municipal a assegurar o serviço universal em todas as freguesias cada vez mais. -----

Há determinados casos para resolver nesta componente de apoio à família, tanto nos jardins-de-infância como nas escolas de 1.º ciclo. Convinha uniformizar relativamente também a outras tipologias, como associações de pais que prestam o serviço e que, muitas vezes, não estão a ser regulados pelos preços da Câmara Municipal. Portanto, há diversas situações em que depois acabam por entrar aqui numa lógica de quase privado funcionando nos edifícios escolares e é

preciso atenção em relação a isso e fazer essa regulamentação para que todas as crianças em todas as freguesias e todos os pais tenham exatamente o mesmo nível de serviço, digamos assim.”

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia (Aldeia de São Francisco de Assis, Barco e Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Peraboa, São Jorge da Beira e Unhais da Serra) – Componente de Apoio à Família – Prolongamento de horário e fornecimento de refeições nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Concelho da Covilhã durante o Ano Escolar 2024/2025**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES DURANTE O ANO ESCOLAR 2024/2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4379 de 09.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que fez “a mesma nota da intervenção anterior”. ---

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia (Ferro e Teixoso e Sarzedo) – Acompanhamento do serviço de Refeições durante o Ano Escolar 2024/2025**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.12 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA JUNTA DE FREGUESIA DE PERABOA PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LETIVAS E NÃO LETIVAS E REFEITÓRIO DA EB E JI DE PERABOA DURANTE O ANO ESCOLAR 2024/2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4380 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo que não foram registadas inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Delegação de Competências do Município da Covilhã na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes do funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa durante o Ano Escolar 2024/2025***, foi a mesma autorizada por unanimidade. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.13 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – TRANSPORTES ESCOLARES DURANTE O ANO ESCOLAR 2024/2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para

efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4382 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo que não foram registadas inscrições. ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia (Erada e Cortes do Meio) – Transportes Escolares durante o Ano Escolar 2024/2025**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.14 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – AQUECIMENTO ESCOLAR DURANTE O ANO ESCOLAR 2024/2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4384 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes os Deputados Municipais:

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou reiterando “o meu pedido à Senhora Vereadora para, o quanto antes, se substituir a caldeira de aquecimento no Parque Escolar de Cortes do Meio. -----

Dizer-lhe também que pedimos que a substituição se faça pelo mesmo combustível, que seja a lenha porque, de facto, a Assembleia de Freguesia já se pronunciou sobre este protocolo e se for a manutenção da caldeira a lenha, vamos aceitar as competências; se passar a gásóleo, não o faremos por uma razão muito simples: com a lenha, mantemos viva a economia local junto dos produtores florestais, junto dos baldios; se for no gásóleo, vamos estar a contribuir para o grande capital e isso não o pretendemos porque o que vamos fazer é adiantar o dinheiro à Câmara Municipal e depois recebê-lo. Por isso, não tem interesse nenhum. Se for para manter a lenha, muito bem. Se for para gásóleo, a Câmara Municipal terá que assegurar essa competência.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Para assinalar que ouvimos a expressão “grande capital” e não foi um comunista a dizê-la. -----

Já dissemos também isto em anos anteriores. Ou seja, há aqui qualquer irracionalidade nestes contratos de delegação de competências que não conseguimos perceber. Quando os organismos públicos e as escolas se agrupam em centrais de compras, portanto, dizendo-nos que é mais viável, mais económico e traz vantagens financeiras fazer as compras em central de compras e aquilo que fazemos é, em 8, 9 ou 10 freguesias, a Câmara Municipal dá o dinheiro. Muitas vezes as Juntas de Freguesia têm que adiantar e depois a Câmara paga à Junta de Freguesia aquilo que a Junta de Freguesia pagou. Não nos faz muito sentido. -----

Quais é que são as vantagens? Nem consegue a Câmara Municipal explicar, penso eu, quais é que são as vantagens de não contratar o serviço diretamente a uma operadora. -----

Se nos explicarem as vantagens, eventualmente a gente vota favoravelmente; se não, não percebemos qual é que é a vantagem o Município andar a assinar protocolos com as Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia esperarem pelo dinheiro e, portanto, não nos faz muito sentido.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** justificou dizendo que “esta delegação de competências tem a ver com o chamado princípio da subsidiariedade, da proximidade. É muito mais fácil à Junta de Freguesia porque está lá, porque conhece bem, conhece os interlocutores, dá imediatamente conta da necessidade. Os responsáveis das escolas conhecem bem os Senhores Presidentes de Junta e imediatamente solicitam e pedem ajuda. É a rapidez e a capacidade de resposta que as Juntas conseguem ter e que uma empresa, ainda que seja muito bem organizada, não consegue ter. -----

É esta a razão. A razão de ser desta delegação tem a ver exatamente com isso e não com outra qualquer questão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia (Barco e Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiço, Ferro, Orjais, Paul, Peraboa, São Jorge da Beira, Unhais da Serra, Vale Formoso e Aldeia do Souto e Verdelhos) – Aquecimento Escolar**

durante o Ano Escolar 2024/2025, foi a mesma autorizada por maioria com 33 votos a favor (PS, PPD-PSD e DMI's) e 04 abstenções (CDS-PP e CDU – PCP/PEV). -----

Não votaram os Senhores Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS – Partido Popular abstém-se nesta matéria, obviamente que em face das reservas que foram manifestadas aqui pelos Presidentes de Junta, alguns deles envolvidos diretamente nesta deliberação. Abstém-se por causa das reservas e por se constatar que, na prática, nada muda ao longo dos anos nesta Câmara em que se utilizam as Juntas de Freguesia para adiantar dinheiro e depois logo se paga quando se poder.” -----

Continuou dizendo, “já não se estando na declaração de voto, não posso deixar de chamar a atenção à Mesa para as várias situações que têm sido suscitadas a nível nacional no que diz respeito à participação das Juntas de Freguesia nas deliberações. Peço desculpa não o ter feito na questão orçamental, mas em deliberações que lhe digam diretamente respeito porque coloca-se em causa, de facto, a incompatibilidade na votação desta matéria. É uma matéria que tem vindo a ser suscitada nos Tribunais a vários níveis e acho que a nossa Assembleia, para não colocar em risco a validade das deliberações que aqui são tomadas, deve tomar uma posição sobre esta matéria e dizer ou assumir se os presidentes de Junta podem participar nas votações em que diretamente têm interesse ou não podem participar nessas votações por forma a salvaguardar a legalidade das deliberações. É só uma e só uma ressalva.” -----

3.15 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE UNHAIS DA SERRA – AQUECIMENTO ESCOLAR DO ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4388 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que gostaria de “perceber por que é que vem desagregado da anterior. Percebemos que é relativamente ao ano letivo anterior, mas não conhecemos os moldes, ou seja, se foi mais valor gasto do que aquilo que foi pago e, portanto, é necessário fazer um aditamento ao contrato.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu afirmativamente. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Aquecimento Escolar do Ano Letivo 2023/2024**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV), Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.16 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE UNHAIS DA SERRA – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º CICLO E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR – ANO ESCOLAR 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4668 de 23.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo que não foram registadas inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-Escolar – Ano Escolar 2023/2024**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV), Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Agora já fazemos isto na Assembleia de Setembro. Houve alguns anos que se fez na de dezembro e estavam as juntas todas aqui à espera, mas agora parece que demos um passo atrás e estamos a fazer para o ano letivo anterior. E, portanto, é necessário acautelar isto porque, de facto, depois os cofres das juntas de Freguesia suportarem esta questão toda e o que é que, no fundo, se passou para que isto não tivesse sido acautelado durante o ano letivo em que decorreram os gastos e as necessidades.” -----

3.17 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE PAUL – AQUECIMENTO ESCOLAR DO ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4390 de 10.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo que não foram registadas inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Covilhã na**

Freguesia de Paul – Aquecimento Escolar do Ano Letivo 2023/2024, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.18 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ À RISCOS – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de setembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), in fine, do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, conjugados com o disposto no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, através do ofício n.º 4376 de 09.09.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão do Município da Covilhã à RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança** foi a mesma **autorizada por maioria com 33 votos a favor (PS, CDS-PP e DMI's) e 04 abstenções (PPD/PSD)**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: “A RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança é uma associação privada sem fins lucrativos, é um organismo

interdisciplinar na área dos riscos naturais antrópicos e mistos, bem como da prevenção e segurança. -----

A RISCOS é uma associação que desenvolve um trabalho exemplar, meritório e crucial na sua área de estudo/intervenção. -----

O Município da Covilhã é e bem, passo a citar “um Município alinhado com a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva que promove atividades em prol da preparação, gestão e redução de riscos, bem como a divulgação de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis” fim de citação. -----

É nosso entendimento que existe uma dualidade de muitas das funções desenvolvidas pela RISCOS e pela Proteção Civil, daí o nosso sentido de voto ser a abstenção.” (Doc.14 com as alterações introduzidas durante a leitura do documento) -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “É uma declaração de voto com pedagogia exatamente relativamente à RISCOS que é uma questão que se prende com a Proteção Civil e com os bombeiros, uma questão muito importante que já valeu aqui discussões profundas e até vídeos, se bem nos lembramos. E hoje já não há uma palavra. Hoje o que está na berra é um esfaqueamento que não foi.” -----

--- Sobre a Declaração de Voto do Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), o **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** comentou não “perceber este tipo de intervenções e a falta de respeito que é continuamente mantida por parte deste Senhor Deputado relativamente à oposição e aos comentários que são feitos. Fazemos intervenções, concorde-se ou não se concorde. É a nossa forma de estar e a nossa forma de pensar. Este Senhor está continuamente a desrespeitar isto. Senhor Presidente, peço-lhe a sua intervenção, de facto, porque senão temos de começar a tratar-nos da mesma forma e queríamos evitar chegar a esse ponto.” -----

3.19 – DESIGNAÇÃO DE 4 (QUATRO) CIDADÃOS ELEITORES – CPCJ, NOS TERMOS DA AL. L) DO N.º 1 DO ARTIGO 17.º DA LEI N.º 147/99, DE 01/09, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

--- Na sequência do ofício n.º 746, datado de 27 de junho de 2024, registado no dia 19 de julho de 2024, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma única lista a propor os seguintes elementos: -----

- Professor António Silva -----
- Dra. Joana Sardinha -----
- Professor Pedro Pais -----
- Dra. Maria do Céu Gil Ribeiro Morais -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes	37
- Número de Votos a favor	30
- Número de Votos Contra	02
- Número de Votos Brancos	05
- Número de Votos Nulos	00

Não se encontravam presentes na sala os Deputados Municipais: Dr. Casimiro Lopes dos Santos (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

--- Face ao resultado obtido, a ***Assembleia Municipal da Covilhã designou os seguintes cidadãos para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã:*** --

- ***Professor António Silva*** -----
- ***Dra. Joana Sardinha*** -----
- ***Professor Pedro Pais*** -----
- ***Dra. Maria do Céu Gil Ribeiro Morais*** -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2024

(Doc. 01)

Moção

Tomada de Posição sobre a Transferência de Competência Educação – Ano letivo 2024/2025

O Processo de Transferência de Competências para as autarquias na Área da Educação teve início em 1984, sempre alicerçado numa interpretação tendenciosa do princípio da descentralização e, mais recentemente do princípio da subsidiariedade. As reais intenções, porém, estiveram sempre à espreita, sob uma linguagem mais ou menos clara, lá se ia adiantando a ideia do não aumento, ou até da diminuição da despesa do Estado com a Escola Pública, num claro processo de desresponsabilização dos sucessivos Governos com esta função social do estado.

Enquanto se propalava a proximidade, avançava-se nos cortes na estrutura desconcentrada dos vários Ministérios da Educação, enquanto se defendia a descentralização concentravam-se nas autarquias as funções anteriormente exercidas pelos órgãos de gestão das escolas, aprisionando o princípio da autonomia do poder local a uma teia de encargos, de burocracia centralizada, sem recursos que permitissem travar o subfinanciamento crónico da Escola pública e, conseqüentemente a sua desvalorização. Foi e, lamentavelmente, é assim, apesar do enorme esforço que muitas autarquias empenham na defesa da Escola Pública.

O processo de transferência de competências para os Municípios, previsto na Lei n° 50/2018, constitui uma clara desresponsabilização do poder central de áreas sociais geradoras de descontentamento, que, resulta da falta de investimento público que garanta as respostas adequadas às necessidades dos cidadãos.

Com o Decreto-Lei n° 21/2019, o governo transferiu para as autarquias, competências na área da educação, algumas indevidamente retiradas às escolas, e, desresponsabilizou-se de problemas que têm vindo a gerar frequentes e justos protestos e insatisfações de pais, alunos, trabalhadores não docentes e professores.

Quando o Governo à data, decidiu impor o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, garantiu que iria transferir os meios financeiros necessários ao pagamento das competências transferidas e que por isso as competências transferidas não iriam onerar os orçamentos municipais.

Acontece que tal não corresponde à verdade, porquanto os meios financeiros são claramente insuficientes para pagamento das competências transferidas.

Esta transferência constituiu um acréscimo de responsabilidades dos municípios, num quadro de subfinanciamento, que, porá em causa o direito universal de acesso à Escola Pública gratuita e de qualidade. Decisões sobre a organização da educação e do ensino em função das opções seguidas e da disponibilidade de recursos existente em cada município põem em grave risco o carácter universal do direito constitucional à educação.

O Governo, com este Decreto-Lei, procurou alijar para o Poder Local responsabilidades que devem pertencer ao Governo e às escolas e agrupamentos. Contudo, o Governo continua a manter a decisão sobre o que de mais importante nas escolas poderia contribuir para o sucesso educativo das crianças e jovens, tal como constituição de turmas, organização dos horários, apoio a crianças que dele necessitam ou a organização de estruturas intermédias de gestão. Sobre estas matérias deverá caber às escolas e agrupamentos decidir, num quadro de reforço da sua autonomia, e não a outras entidades.

O governo, com o Decreto-Lei nº 21/2019, ao invés de descentralizar, (re)centraliza, uma vez que transfere para os Municípios competências que hoje são exercidas pelos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos.

A experiência demonstra que esta opção é um erro, levando ao acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios e à desresponsabilização do Estado pelo financiamento da Escola Pública, pondo em causa a igualdade de oportunidades e comprometendo o direito a uma educação de qualidade para todos.

Considerando que:

- a) Relativamente aos transportes escolares, o D.L. 21/2019 veio introduzir alterações substanciais ao atual regime, ampliando o acesso aos transportes escolares, que sendo positivas, colocam problemas de difícil resolução, quer a nível logístico, quer a nível financeiro e que não estão acautelados, tanto maiores quanto mais marcada for a sua dispersão geográfica e populacional e mais fraca a rede de transportes públicos existente.
- b) No que se refere ao Apoio Alimentar é alargada a competência de gestão dos refeitórios escolares (artigo 35º) para fornecimento de refeições, aos estabelecimentos de ensino de 2º e 3º ciclos do básico e secundário. Este alargamento teve um forte impacto financeiro e na operacionalização dos processos inerentes a esta gestão.
- c) A contratação de pessoal e a gestão de recursos humanos assumem um caráter muito preocupante uma vez que, o número de funcionários a transferir suporta-se numa portaria que estabelece critérios desajustados das necessidades reais das escolas, embora desde 2020 tenha já sido objeto de duas alterações. E a realidade e a experiência confirmam a inadequação do rácio e o conseqüente comprometimento do normal funcionamento da escola, quer ao nível da segurança e vigilância dos alunos, quer ao nível do trabalho administrativo.

Ainda no âmbito da gestão das competências em matéria de pessoal não docente importa referir que o DL 21/2019, de 30 de janeiro, não atenta um conjunto de outras obrigações legais: saúde e segurança no trabalho, trabalho extraordinário, fardamento, formação, progressão nas carreiras entre outras que ficaram à vontade e encargo de cada município e, que anteriormente não eram respeitadas pelos sucessivos Ministérios da Educação, numa clara violação dos direitos dos trabalhadores e da legislação laboral em vigor.

Assim se aprofunda o desequilíbrio entre a despesa e a receita, decorrente do necessário e justo aumento das componentes remuneratórias, incluindo horas extraordinárias, às quais há que somar custos indiretos, resultando em défices de milhões de euros.

d) As áreas de conservação e manutenção dos equipamentos educativos foram as que, ao longo dos anos, mais têm sido alvo de desinvestimento e subfinanciamento, nomeadamente a construção e requalificação do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, tendo sido também transferidas para os municípios as competências no âmbito da contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, água, outros fluidos e comunicações.

e) No que respeita à Requalificação do Parque escolar e Construção de Novas Escolas não se pode ignorar o estado de subfinanciamento dos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico e do ensino secundário, o estado de degradação em que as muitas escolas se encontram, a ausência de equipamentos, nomeadamente ginásios e pavilhões desportivos, assim como a insuficiência dos respetivos quadros de pessoal, tanto de assistentes operacionais e assistentes técnicos, como de profissionais de apoio à ação educativa. A perspetiva de garantir que a atual despesa com as competências que pretendem transferir seja repartida pelos municípios, deixa um ónus e uma pressão para que estes passem a assegurar responsabilidades financeiras que até hoje os governos nunca assumiram

O Programa para a Requalificação de Escolas, mesmo tendo mapeado 451 escolas, não integra todas as escolas em situação de elevada degradação (e muito menos a construção de equipamentos em falta nessas escolas), nem aí se encontram respostas para novas construções para ampliação da rede educativa.

O Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para o financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas dos 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário, subscrito em julho de 2023, não assegurou as garantias devidas aos municípios acrescentando incertezas e fatores de preocupação quanto à resposta a um problema que assume particular gravidade.

f) O Funcionamento das Comissões de Acompanhamento e Monitorização do processo de transferência de competências, na área da educação, demonstrou-se deveras importante permitindo aos Municípios em que funciona uma fundamentada demonstração do subfinanciamento deste processo e da falta de instrumentos do Ministério da Educação em várias áreas.

g) O desinvestimento e subfinanciamento crónico da Escola pública são uma evidência, mantém-se a necessidade de legislação de caráter universal e com fórmulas de financiamento claras, que não se encontra contemplada.

Importa sublinhar que as Lei do Orçamento de Estado de 2019, 2020 e 2021 não estabeleceram o normativo do Fundo de Financiamento da Descentralização. Embora o Fundo de Financiamento da descentralização tenha sido regulamentado em 2022, este fundo continua a não ter fórmulas claras de financiamento das várias subáreas transferidas, nem teve o reforço suficiente para suprir as carências identificadas, mantendo no geral os valores apurados com a despesa do Ministério da Educação nessas áreas no ano de 2018.

Ao que acresce ainda a complexidade e irracionalidade do modelo de reporte, que, visa, por um lado, subavaliar os gastos efetivamente ocorridos, no sentido de justificar como adequado o montante transferido e, por outro, transforma os municípios em meros agentes administrativos.

A questão central neste processo de transferência de competências na área da educação é mesmo a da universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, e que com a aprovação deste diploma passaram a estar pulverizados pelos municípios, suscitando preocupações sobre a existência de uma política nacional de educação e ensino, que é também garante de desenvolvimento individual e social.

A experiência confirma que não se trata de um verdadeiro processo de descentralização de competências para as autarquias locais. Na verdade, o que se verifica é um grande retrocesso, com base nos seguintes aspetos:

- Não salvaguarda do princípio da universalidade no direito à educação;
- Não garante o caráter público da gestão e exercício das várias “competências transferidas”;
- Contraria o princípio essencial da existência de uma delimitação clara de competências entre os diversos níveis de administração, realçando a necessidade de criação de Regiões Administrativas com competências próprias;
- Devido ao subfinanciamento crónico da Escola Pública, adensam-se diversos problemas de natureza financeira e orçamental na gestão autárquica;
- Provoca dificuldades no funcionamento geral dos serviços, exigindo soluções diferenciadas nas estruturas municipais e no reforço de trabalhadores em várias áreas, acrescentando ao esforço financeiro e administrativo das autarquias;
- Causa dispersão na definição das prioridades de intervenção descentrando as autarquias locais do que deviam ser as suas preocupações centrais;

- Transmite um sinal errado às populações do que devia ser um verdadeiro processo de descentralização com consequências imediatas e futuras.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 30 de Setembro de 2024, delibera:

- 1) Solicitar à Câmara Municipal cópia do Relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do balanço anual do desenvolvimento e da evolução das competências transferidas, relativos aos anos de 2018 a 2023, referido no nº5, do artigo 66º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro.
- 2) Solicitar que o Município da Covilhã desenvolva um conjunto de ações com vista o esclarecimento da comunidade educativa e da população em geral, identificando a análise realizada no âmbito das Comissão de acompanhamento e monitorização e dos meios que a transferência de competências para as autarquias pressupõe e do seu impacto na Escola Pública, nomeadamente através do agendamento de uma sessão específica do Conselho Municipal de Educação.
- 3) Exigir a suspensão do processo de transferência e a retoma das negociações com os Municípios com base no pressuposto que a questão central neste processo de transferência de competências na área da educação é a da universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, objetivos incompatíveis com a desresponsabilização do Estado por esta competência.
- 4) Solicitar ao Ministério da Educação ponto de situação atualizado sobre a estratégia de gestão da rede educativa, o financiamento e calendário a implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, incluindo cronograma de financiamento. 4) Solicitar ao Governo que salde as dívidas acumuladas desde 2022 e que reforce as verbas previstas para 2024 e anos seguintes.

A moção deverá ser enviada ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Educação, à Comissão de Educação da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Assembleia Municipal da Covilhã, 30 de Setembro de 2024

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV
Vitor Manuel Reis Silva
Marco Gabriel
Casimiro Santos



(Doc. 02)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2024

Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira, em 23 de Julho de 2024.

Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira, natural e residente no Souto da Casa, foi uma cidadã interveniente e exemplar.

Lurdes Figueira, professora de Geografia, exerceu a função docente na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na Covilhã e na Escola Secundária do Fundão.

Defensora da Escola Pública e da Gestão Democrática, foi membro do Conselho Diretivo da Escola Frei Heitor Pinto e exerceu o cargo de presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas do Fundão.

Pertenceu à direção do Sindicato de Professores da Região Centro (SPRC), desde 1987 até 2002.

Coordenou o Executivo Distrital de Castelo Branco, nos mandatos 93/96 e 96/99.

Fez parte do Conselho nacional da FENPROF em vários mandatos e foi delegada sindical na Escola Secundária do Fundão.

Foi eleita nas listas da CDU, fez parte da Assembleia Municipal da Covilhã e da Assembleia Municipal do Fundão.

Assim, os membros do Grupos Municipais do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Setembro de 2024, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Covilhã, 30 de Setembro de 2024

O Grupo Municipal do PCP
Vitor Reis Silva
Marco Gabriel
Casimiro Santos



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2024

(Doc.03)

Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de José Fernandes de Lemos, em 6 de Agosto de 2024.

José Fernandes de Lemos tinha 85 anos e foi um dirigente sindical Íntegro, sério, honesto e de uma entrega sem limites à causa dos trabalhadores e da sociedade covilhanense.

Foi Presidente da Direção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa antes e depois do 25 de abril

Iniciou a sua luta sindical em plena ditadura fascista, e foi daqueles dirigentes que marcaram e marcam a história do movimento sindical da Covilhã e do Distrito de Castelo Branco.

Foi um democrata, antifascista, construtor de Abril fazendo parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã, após o 25 de Abril e foi vereador pela CDU neste município no mandato de 1998 – 2001.

Assim, os membros do Grupos Municipais do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Setembro de 2024, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Covilhã, 30 de Setembro de 2024

O Grupo Municipal do PCP
Vitor Reis Silva
Marco Gabriel
Casimiro Santos



Proposta



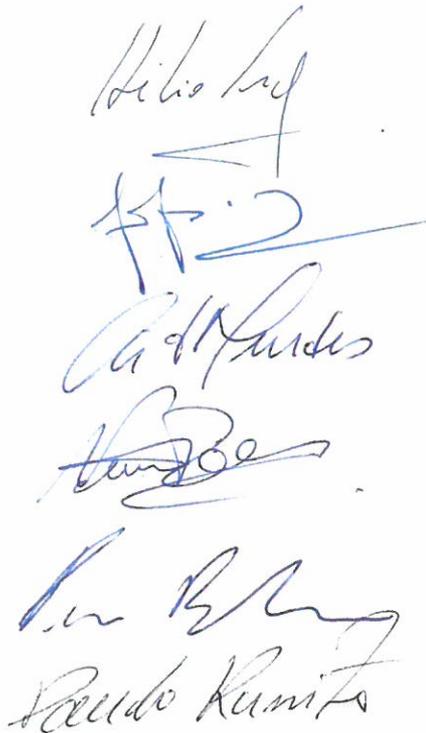
Voto de pesar pelo falecimento de José Fernandes de Lemos, de 85 anos.

Um defensor dos direitos dos trabalhadores, entregou-se a esta causa ainda antes do 25 de Abril, como presidente da direção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa.

Na sua luta pela Democracia, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã onde, entre 1998 e 2001, foi vereador eleito pela CDU.

A título de reconhecimento do valioso contributo que deu à causa pública na defesa dos direitos dos trabalhadores, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.





Grupo Municipal do Partido Socialista

Voto de Pesar

Romeu Conceição

pt AA

Voto de Pesar pelo falecimento de Romeu Conceição, aos 35 anos de idade.

Romeu Xavier Fontinha da Conceição, natural de Soutelo, concelho de Albergaria-a-Velha, residia na Covilhã desde 2008, formando-se em Engenharia Informática na Universidade da Beira Interior.

Durante cerca de 16 anos, Romeu Conceição não só viveu na Covilhã como a adotou como sua, tendo criado fortes laços com a comunidade covilhanense e contribuído positivamente para o sucesso de projetos de coletividades, de que é exemplo o andebol do CCD Oriental de São Martinho/AAUBI, equipa de que foi o primeiro capitão, ou a associação de apoio ao Sporting Clube da Covilhã, Alma Serrana 6200, onde mais uma vez demonstrou o amor que nutria pela terra que o acolheu.

O Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta este voto de pesar pelo falecimento do covilhanense Romeu Conceição a título de reconhecimento pelo seu contributo social junto da nossa comunidade.

Voto de Pesar

Antero Moraes Rodrigues Brancal, nasceu em 1933.

Oriundo de uma família de comerciantes, começou a sua carreira profissional num armazém de fazenda.

Na década de sessenta montou a sua primeira fábrica, "Lanifícios Monteserra", juntamente com o irmão.

No final da década de sessenta passou a administrador da "Empresa Transformadora de Lãs" e posteriormente Presidente do Conselho de Administração com o apoio do principal acionista o "Banco do Alentejo".

No início da década de setenta viu o furo dos fios para tricotar à mão e à máquina.

Iniciou a construção da fábrica "Empresa Têxtil Brancal", cujo o nome comercial era "Tricots Brancal".

Rapidamente a empresa cresceu e o passo seguinte foi a venda direta ao público com a abertura de lojas próprias de Norte a Sul do país num total de aproximadamente 80 lojas.

Na década de oitenta por divergências com o acionista "Banco Fonecas & Burnay", na altura acionista principal da "Empresa Transformadora de Lãs", abandonou o cargo e dedicou-se em exclusivo aos "Tricots Brancal".

Foi na década de oitenta e noventa Presidente da Direção da Adega Cooperativa da Covilhã.

Na década de noventa montou juntamente com o filho a empresa "Antero Brancal & Filhos, Lda.", que se dedica a produzir fios para a indústria de lanifícios, malhas, têxteis lar e também sector automóvel.

Apoiou atividades culturais dando apoio às atividades que a Câmara Municipal da Covilhã promovia.

No sector imobiliário tem vários investimentos tanto na área habitacional como industrial. Empregador de várias gerações de covilhanenses, deixa um legado empresarial relevante,

O Grupo Municipal do Partido Socialista e a Assembleia Municipal da Covilhã manifestam à família e amigos o seu profundo pesar pelo seu falecimento, reconhecendo e agradecendo o seu importante legado e exemplo de vida na nossa comunidade.



[Handwritten signatures]

Voto de Pesar

Dr.^a Júlia Duarte Dias Gomes Patrício nasceu em Belmonte, em 1920.

Veio viver para a Covilhã onde desenvolveu a sua atividade profissional na área da docência e farmacêutica, sendo proprietária da Farmácia Parente, onde se destacou pelo exercício da sua profissão de forma exemplar, com um forte pendor humanista, solidário e empreendedor.

O Grupo Municipal do Partido Socialista e a Assembleia Municipal da Covilhã manifestam à família e amigos o seu profundo pesar pelo seu falecimento, reconhecendo e agradecendo o seu importante legado e exemplo de vida na nossa comunidade.

[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Voto de Louvor

Samuel Barata

Samuel Barata, 31 anos e natural da Bouça, freguesia de Cortes do Meio, concelho da Covilhã, representou Portugal nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Nestes que foram os seus primeiros Jogos, o atleta covilhanense terminou a prova de maratona na 48ª posição, com um tempo de 2:13:23 horas, a sua melhor marca da temporada.

É sempre um orgulho para a Covilhã ver um dos seus representar o nosso país em provas internacionais, como o Samuel já tem feito por inúmeras vezes, mas torna-se ainda mais especial quando estamos perante uma participação em Jogos Olímpicos, o ponto alto na carreira de qualquer atleta.

A trajetória de Samuel Barata é um exemplo inspirador para os jovens atletas da região. Com dedicação e esforço, ele alcançou não apenas um sonho pessoal, mas também se tornou uma referência de perseverança e disciplina.

Como reconhecimento pela sua honrosa prestação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor ao atleta Samuel Barata.

Voto de Louvor

Telmo Guerra é um artista covilhanense, nascido em 1974 na freguesia do Tortosendo e emigrado na Suíça desde 2012, que se tem afirmado pela sua capacidade criativa e produção artística, no domínio das artes, especialmente em, gravação em baixo relevo.

Tendo como lema de vida “Criar para não morrer, porque criar talvez seja uma forma de eternidade”, Telmo Guerra utiliza a técnica de gravação em baixo relevo, para criar peças únicas que conjugam sobretudo rostos humanos com figuras geométricas e símbolos, servindo muitas das suas obras para homenagear personalidades e figuras de relevo contemporâneo ou histórico que o artista pretende distinguir.

Tem uma vasta obra espalhada por vários locais do mundo, desde logo, na sua cidade natal, a Covilhã, onde está instalado desde 2021, numa das paredes exteriores da Biblioteca Municipal da Covilhã, um painel de azulejo de 6mx3m, alusivo aos 150 anos de elevação da Covilhã a Cidade onde retrata várias imagens icónicas e identitárias das tradições, da paisagem e do património material e imaterial da nossa cidade.

Telmo Guerra tem também produzido várias obras para entidades ligadas ao desporto, nomeadamente o COI - Comité Olímpico Internacional.

Esse trabalho trouxe-lhe o reconhecimento do COI, que em 21 de junho de 2024, o distingue com a medalha de ouro Pierre De Coubertin, sendo o primeiro português a receber esta distinção.

Trata-se de uma distinção criada em 1964, que tem o nome do criador dos Jogos Olímpicos modernos - o Barão Pierre de Coubertin - e distingue atletas e pessoas envolvidas no desporto, que demonstram alto grau de desportivismo e espírito olímpico.

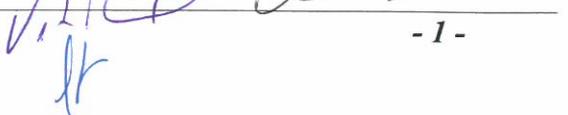
Trata-se de um justo e merecido reconhecimento a um covilhanense que, apesar de emigrado, mantém uma forte ligação à sua terra de origem.

A Assembleia Municipal da Covilhã pretende através da aprovação deste Voto de Louvor, expressar ao artista o orgulho e reconhecimento do seu trabalho, fazendo votos para que prossiga uma carreira longa de criação artística e, através dela, a perpetuação das suas origens e dos valores mais nobres e elevados do humanismo, do desporto e da paz.

Covilhã, 30 de setembro de 2024

O Grupo Municipal do Partido Socialista







VOTO DE LOUVOR ÀS FORÇAS DA PROTECÇÃO CIVIL

Chegámos ao Outono e uma vez mais o Verão foi de enorme dificuldade em matéria de incêndios em Portugal. Uma vez mais voltámos a assistir, impotentes, a este flagelo que tem assolado, ano após ano, o nosso país, a este flagelo que uma vez mais reivindicou vidas entre civis, mas também entre aqueles que com enorme sacrifício, por vezes até com o sacrifício supremo, se empenham em proteger-nos. Proteger a nossa vida e até mesmo os nossos bens materiais.

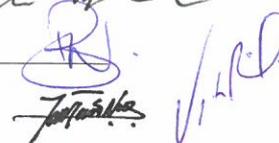
Este voto poderia também ser intitulado como voto de pesar, mas penso que louvar os seus camaradas é uma homenagem que muito agradaria àqueles que deram a sua vida recentemente.

Infelizmente, por via das alterações climáticas essencialmente, poderá ainda ser cedo para fazer uma avaliação final dos acontecimentos deste ano. Essa avaliação deverá fazer-se, não para “assacar responsabilidades”, não para rolares cabeças, não para se fazer política com a miséria ou com a desgraça. Deveremos retirar, a seu tempo, as lições que nos permitam melhorar de forma abrangente a abordagem a este flagelo, seja na sua prevenção, no combate ou na minimização das suas consequências – sem partidarites.

No entanto este é o tempo de louvar os agentes da Protecção Civil, todos sem excepção, que dão o melhor de si nos tempos mais difíceis. De louvar e reconhecer o tanto que fazem. De lhes dar alento dizendo que estamos reconhecidos e gratos. É tempo de lhes transmitir que não esquecemos os que, de entre eles, caíram para garantir que tantos de nós continuemos vivos.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida no dia 30 de Setembro de 2024 aprova o presente voto de louvor às forças da Protecção Civil, solicitando que o Serviço de Protecção Civil Municipal o faça chegar às forças que a integram.

Subscritores





Handwritten signature and initials in blue ink.

Voto de Saudação

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de saudação pela organização de eventos que tanto enriqueceram o nosso concelho ao longo do último Verão.

A Feira de São Tiago, que voltou a atrair milhares de pessoas, a Volta a Portugal e a Vuelta a Espanha, que levaram a Covilhã além fronteiras, a FIADA (Feira Internacional de Artesanato, Design e Outras Artes), que expôs a excelência da cultura criativa, o Verão no Centro Histórico e o Festival da Cherovia, que trouxeram vivacidade à zona histórica da cidade, foram todos eventos que propiciaram momentos marcantes, reuniram a comunidade e visitantes e divulgaram o que de melhor temos para oferecer, celebrando a cultura, a tradição e desporto.

Merecem igualmente a nossa saudação os eventos organizados pelas diversas coletivas do concelho e juntas de freguesia, fundamentais para promover a união e o envolvimento das nossas populações. Estes eventos têm um papel fulcral na promoção da vitalidade das nossas freguesias, contribuindo para o fortalecimento da nossa comunidade e a promoção da riqueza cultural do concelho.

Saudando os eventos, saudamos naturalmente o empenho das entidades organizadoras, principalmente as diversas coletividades que, com dedicação e visão, transformaram o concelho da Covilhã num verdadeiro centro de dinamismo cultural e desportivo.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de saudação aos vários eventos que tiveram lugar no concelho nos últimos meses e, conseqüentemente, a todas as entidades envolvidas na sua organização.

Voto de Louvor

A 1 de fevereiro de 2024 começou, finalmente, a funcionar a Unidade de Intervenção da Covilhã.

Um sonho antigo de alguns, uma ambição de vários e uma necessidade de toda a população da região, que viu finalmente no início deste ano a abertura de um serviço hospitalar crítico, na área da cardiologia, que reforça a capacidade de resposta do nosso Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, aumentando a segurança das nossas populações numa área tão crítica e tão impactante na vida e na sobrevivência de todas e todos aqueles que precisam, programadamente ou de urgência, deste tipo de especialidade na área da cardiologia

Ao fim de muitos anos, de muitas promessas, de muitos esforços e do trabalho, da resiliência e insistência de um conjunto - não muito grande - de pessoas, finalmente e com o apoio do Governo e todas as entidades da saúde, o nosso hospital viu começar o novo serviço da Unidade de Intervenção, realizado por equipas de excelência de nível nacional e internacional.

8 meses depois da abertura, são 243 dias de um serviço que funciona 24h por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Neste período, esta equipa, já realizou cerca de 1.000 intervenções e atos médicos que, tratando-se de cardiologia, na grande maioria dos casos equivale a dizer que já salvou 1.000 vidas!

Não é coisa pouca nem de somenos importância.

Porque os cuidados de saúde são, porventura, dos serviços mais importantes e essenciais das populações, e os cuidados de saúde rápidos e eficazes, nesta área específica da cardiologia, significam quase sempre a diferença entre a vida e a morte do paciente.

Pela importância deste serviço e pelo significado simbólico de em 8 meses se chegar ao número redondo de 1.000 intervenções, entendemos ser justo e merecido não apenas assinalar esta marca mas sobretudo agradecer e reconhecer o trabalho que todas as

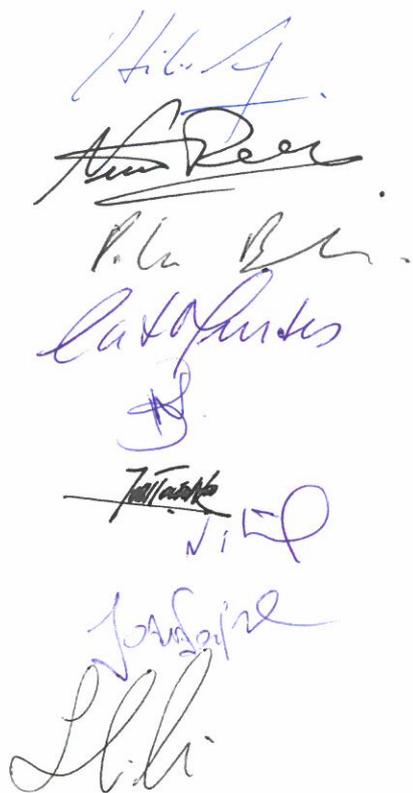
equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização deste serviço bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço.

A Assembleia Municipal da Covilhã pretende através da aprovação deste Voto de Louvor, expressar a todas e a todos o penhorado agradecimento e o sentido reconhecimento do seu trabalho, fazendo votos para que prossiga com um trabalho de excelência, a salvar vidas e a ser um referencial de segurança, de confiança e de esperança para todos aqueles que vivem na Covilhã, no interior e no país.

Sendo aprovado, este voto deve ser enviado ao Presidente da ULS Cova da Beira, ao Coordenador de todas as equipa da Unidade de Intervenção, à Ministra da Saúde, ao Diretor Executivo do SNS e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.

Covilhã, 30 de setembro de 2024

O Grupo Municipal do Partido Socialista



Handwritten signatures in blue ink, including names like Hilário, António, João, and others, representing the Municipal Group of the Socialist Party.



Handwritten initials 'PS' in blue ink.



(Doc. 13)
3.03

MG
A

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.3 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 3

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados,

Vem a Câmara Municipal da Covilhã propor à Assembleia Municipal uma Proposta para proceder à terceira Alteração Orçamental Modificativa do Orçamento para o ano de 2024.

À boleia da “integração do projeto Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial - CIMBSE”, no valor de 66.981,68, que é efetivamente a base da proposta técnica, propõe a Câmara Municipal um “ajustamento” (assim lhe chama) de cerca de 1 milhão de euros, entre o Plano Plurianual de Investimento e o Plano das Atividades mais relevantes, assim delineado:

Reduções de 954.000€, nas rúbricas:

- Aquisição, Construção e Reparação de Outros Edifícios (- 200.000,00 €);
- Arranjos Urbanísticos (- 90.000,00 €);
- Parque da Goldra (- 600.000,00);
- Orçamento Participativo 2017 (-64.000,00 €);

Por contrapartida do aumento de:

- Limpeza e higiene (50.000,00 €);
- Despesas gerais de funcionamento (654.000,00 €);
- Eventos culturais (100.000,00 €);
- Festividades Cíclicas (150.000,00 €)

Vejam,

**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS****Assembleia Municipal da Covilhã**

A Câmara Municipal propõe desistir de um grande projeto de requalificação de um espaço verde, o Parque da Goldra. Estamos a falar de 600 mil euros que irão diretamente para Despesas Gerais de Funcionamento, sem sabermos objetivos quantificáveis, projetos concretos ou ações específicas.

A Câmara Municipal propõe ainda a diminuição de 290 mil euros em Aquisição, Construção e Reparação de Outros Edifícios (- 200.000,00 €) e Arranjos Urbanísticos (- 90.000,00 €) que irão diretamente para Eventos culturais (100.000,00 €) e Festividades Cíclicas (150.000,00 €).

Dois pontos imediatamente a seguir ao ponto aqui debatido na Assembleia Municipal “3.1 - Desenvolvimento Sustentável, Urbanismo e Espaços Verdes”, onde ouvimos juras de amor aos Espaços verdes, interessantes propostas para o Urbanismo e a promessa de um Concelho a caminho do Desenvolvimento Sustentável.

Em suma, vem a Câmara Municipal propor a alteração do Desenvolvimento Sustentável pela Navegação de Cabotagem, o Urbanismo pelo Bodo e os Espaços Verdes pelo deus-dará.

Esta proposta, nos moldes em que se encontra, não merecerá a nossa aprovação.

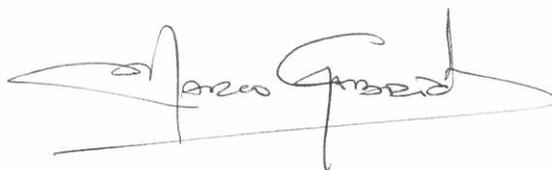
Disse.

Os Eleito do PCP

Marco Gabriel

Vitor Reis Silva

Casimiro Santos





Covilhã, 30 de setembro de 2024

DECLARAÇÃO DE VOTO

3.18 – Apreciação e deliberação sobre a proposta de Adesão do Município da Covilhã à RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 60.º do Regimento da AMC, fazer constar em ata da Reunião Ordinária do órgão em apreço, realizada no dia 30 de setembro de 2024 a sua declaração de voto referente à proposta apresentada para «**Apreciação e deliberação sobre a proposta de Adesão do Município da Covilhã à RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança**» que mereceu o voto – abstenção do Partido Social Democrata.

A RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, é uma associação privada sem fins lucrativos, é um organismo interdisciplinar na área dos riscos naturais, antrópicos e mistos, bem como da prevenção e segurança.

A RISCOS é uma associação que desenvolve um trabalho exemplar, meritório e crucial na sua área de estudo/intervenção.



[Handwritten signature]

O Município da Covilhã é e bem, passo a citar “um Município alinhado com a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva que promove atividades em prol da preparação, gestão e redução de riscos, bem como a divulgação de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis” fim de citação.

É nosso entendimento que existe uma dualidade de muitas das funções desenvolvidas pela RISCOS e pela Proteção Civil, daí o nosso sentido de voto ser a abstenção.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Jorge Vaz,
Vanda Ferreira,
Luis Rodrigues,
Lino Torgal,
Valéria Garcia